

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CAMPO BRASILEIRO: conteúdo das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI



FABIANA BORGES VICTOR

Uberlândia-MG
2016

FABIANA BORGES VICTOR

CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CAMPO BRASILEIRO: conteúdo das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

**Uberlândia-MG
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V642c Victor, Fabiana Borges, 1987-
2016 Conflitos socioespaciais no campo brasileiro : conteúdo das
manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século
XXI / Fabiana Borges Victor. - 2016.
182 f. : il.

Orientador: João Cleps Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Conflitos de terra - Teses. 3. Movimentos
sociais rurais - Minas Gerais - Teses. 4. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem-Terra - Minas Gerais - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962-. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.



FABIANA BORGES VICTOR

**CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CAMPO BRASILEIRO: conteúdo
das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século
XXI**

Professor Dr. João Cleps Júnior - UFU

Professora Dr^a. Janaína Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 21 / 03 de 2016

Resultado: Aprovado com Distinção.

As propostas de mudanças no campo aqui defendidas, que atendem aos interesses da população brasileira, dependem de um processo de luta permanente do povo, no campo e nas cidades, para conseguir acumular força suficiente para impor essas mudanças. Mudanças que as classes dominantes, os latifundiários e empresas transnacionais jamais aceitarão, pois eliminaria seus mecanismos de exploração e acumulação. [...] o povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular. Somente a construção de um amplo movimento popular, que reúna os milhões de trabalhadores e trabalhadoras interessados nas mudanças na sociedade, poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias. Para isso, é necessário organizar, massificar e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações de forma permanente.

AGRADECIMENTOS

Neste pequeno trecho do trabalho ora finalizado está expressa a gratidão por todos aqueles que estiveram presentes e trilharam juntos este caminho. São poucas linhas, porém de intenso agradecimento pelo apoio, encorajamento, orientação e contribuições. Muitos foram e são fundamentais neste processo, disso tenho certeza e guardo em minha memória.

Meu especial “muito obrigada” é ao orientador e amigo João Cleps, com quem venho caminhando os passos geográficos desde a extensão universitária, passando pela iniciação científica, monografia e agora finalizando juntos o mestrado. Sua confiança em nós orientandos sempre foi motivadora, o que nos permitiu liberdade nas escolhas ao indicar as direções da pesquisa.

Aos meus pais dedico as primeiras palavras. À minha mãe Sirlene, obrigada pelo cuidado com suas duas filhas, em nossa criação e formação, sei que tenho seu apoio em minhas decisões. Ao meu pai Sirlaine, guardo na lembrança o quanto foi maravilhosa a vida enquanto você estava nesse mundo. Tenho em mim o seu melhor. Saudades!

Minha irmã Fernanda, agradeço antes de tudo por ter te encontrado nessa vida. Obrigada por dividir comigo os medos, as dúvidas, as alegrias e as risadas principalmente, pelas infinitas besteiras que tanto nos fizeram rir. Com os anos cada uma foi tomando seu rumo, é assim, mas o amor é para sempre. Te amo muito! E claro, ao meu querido afilhado Breno, dedico todo o meu carinho e amor de madrinha. E à Suellen duplamente agradeço, pela amizade e por cuidar destas duas pessoas mais que preciosas.

Tenho muito a agradecer também à Silma e Célio, que sempre foram mais que tios. Com toda a admiração e respeito, serei eternamente grata pelo cuidado e amparo comigo nos momentos em que mais precisei. Não poderia me esquecer dos tios Simeia, Sineir, Guite, meus padrinhos Solange e Valdivino, Shirlei, Silnei, Silneide; dos primos Saionara, Vinielle, Ludmilla, Gisele; vovós Maria e Paixão, vovôs Alceu e Honorpino. Enfim, estas e outras mais pessoas são as responsáveis em construir uma família grande e que, quando reunida, proporcionam momentos mais que felizes. Agradeço por fazer parte de tudo isso. Amo cada um de vocês.

Natália Pereira, que se empenha diariamente em contribuir com este caminho acadêmico que resolvi trilhar, muito obrigada mais uma vez. São gestos singelos que no final conformam um universo mais do que favorável no dia-a-dia, seja pelos almoços, pelas vezes que não pudemos encontrar os amigos ou a família porque precisava ficar em casa escrevendo, ou nas entrevistas transcritas, seu apoio foi e sempre é fundamental. Obrigada por esta construção, farei o melhor para retribuir. E sem jamais esquecer do nosso querido amigo e seu irmão Victor, que muito ajudou a descontrair nas sessões de videogame ou de cinema em casa. Obrigada também ao Natanael e Ivanilda.

Agradecimentos igualmente para a turma do Laboratório de Geografia Agrária, do qual participo desde o primeiro ano de graduação. Daise, Jéssica, Alison, Gledmar, Airton,

Geraldo, Ricardo Luis, Thiago, Natália, e tantos outros que passaram por este espaço de conhecimento não só geográfico, obrigada pela amizade.

Especialmente ao Thiago, um grande amigo com quem venho passando os “apertos” da graduação e do mestrado de forma um tanto única, já que até os desesperos acabam em risadas. Essa é a vida, não é mesmo! Sua amizade é mais que valiosa, e espero que os planos de viajantes continuem. Que venham outras etapas juntos. Ricardo Luis, meu bom amigo, obrigada também, por tantas conversas e encontros divertidos, quero de coração continuar nossa amizade.

À minha amiga Natália Campos, mais uma vez obrigada. Sempre esteve presente nos diferentes momentos acadêmicos e da vida, tanto na graduação e agora no mestrado, contribuindo de modo ímpar na finalização deste trabalho. Primeiro, agradeço pela amizade, pelas conversas, por ser companheira na UFU e nas caminhadas no parque. E agradeço eternamente pelos mapas e disposição em fazê-los. A você e ao Thiago, obrigada por me esperarem para almoçar no RU.

Aos amigos da vida mais uma vez agradeço. Pedro e César, Danielle Borges, Lara e Ana, Renata Barreto, Alana Dantas, Juliana Nazar, pessoas que muito contribuíram nos momentos de diversão, nos essenciais encontros para tomar uma cerveja e conversar por horas sobre coisas diversas.

Agradeço também aos Professores Janaina Francisca de Souza Campos Vinha e Marcelo Cervo Chelotti pela participação nas bancas de defesa de projeto, qualificação e defesa final, trazendo contribuições fundamentais para o melhor desenvolvimento deste trabalho e para minha construção enquanto pesquisadora.

Do mesmo modo sou grata aos movimentos de luta pela terra e seus integrantes das regionais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sempre atenciosos e receptivos com os estudantes que buscam aprofundar o conhecimento sobre a questão agrária em Minas Gerais, contribuindo sobremaneira com esta pesquisa, seja por meio dos encontros dos quais participei, seja pelas entrevistas gentilmente cedidas, onde foram colocadas as diferentes perspectivas da realidade por eles vivida. Em especial, obrigada aos amigos Manezinho, Maria Eleusa, Dim Cabral, Xandão, Aguinaldo, Leila, e tantos outros que encontrei nesse caminho. Obrigada também à Rede DATALUTA e seus pesquisadores das diferentes regiões do país, que proporciona importantes discussões acerca da luta pela terra e seus desdobramentos, enriquecendo cada vez mais o conhecimento geográfico.

Destaco o atendimento dos secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, e especialmente à Izabel sempre disposta a nos ajudar com sua educação e atenção. Por fim, agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro durante os anos na pós-graduação, apoio essencial para a continuidade da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos e por tudo!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo das reivindicações evidenciadas nas manifestações de luta pela terra enquanto expressão da questão agrária, promovidas pelos movimentos socioterritoriais no estado de Minas Gerais, destacando os espaços apropriados para as ações, bem como as organizações envolvidas e os tipos de manifestações empreendidas. Para o estudo, a principal fonte de dados é o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, organizado a partir da coleta e sistematização das informações referentes aos conflitos no campo e ao processo de luta pela terra no Brasil. A escolha desta temática envolve a reflexão sobre a importância que as mobilizações públicas, carregadas de significado político e social, exercem como instrumentos de reivindicação dos direitos que devem ser garantidos à população em sua totalidade, responsáveis por significativas mudanças políticas, econômicas e culturais na sociedade. O recorte temporal está estruturado conforme a metodologia de sistematização do DATALUTA, com registros das manifestações a partir do ano 2000. Assim, o estudo está fundamentado na compreensão dos tipos de manifestações do campo, em Minas Gerais e especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tais como bloqueio de rodovia e ocupação de prédio público, bem como dos movimentos envolvidos, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST, investigando essa realidade a partir das reivindicações expostas, a saber, desapropriação de áreas ocupadas, contra a injustiça e violência no campo, educação e saúde, infraestrutura, dentre outros. As questões abordadas neste trabalho indicam que os sujeitos e movimentos de luta pela terra organizam-se, unem forças e se articulam em diferentes escalas de ação, pautados na experiência do cotidiano e na formação política, sendo a pressão popular um meio fundamental para se alcançar as mudanças propostas.

Palavras-chave: Manifestações. Conflitos no Campo. Luta pela terra. DATALUTA. Questão agrária. Minas Gerais.

ABSTRACT

This work aims to study the evidenced claims in the demonstrations of struggle for land as an expression of the agrarian question, promoted by socio-territorial movements in the Minas Gerais state, highlighting the appropriate spaces for the actions as well the organizations involved and the types of demonstrations undertaken. For the study, the main source is the database the Struggle for land – DATALUTA, organized from the collect and the systematization of information about the conflict in the countryside and the struggle for land in Brazil. This theme choice involves the reflection about the importance of public demonstrations, full of political and social meaning, as tools of claim rights that should be guaranteed to the population as a whole, responsible for significant political, economic and cultural changes in the society. The time frame is structured according to the DATALUTA's systematization methodology with records of events starting from the year 2000. Thus, the study is based on understanding the types of countryside manifestations, in Minas Gerais and especially in Triângulo Mineiro / Alto Paranaiba, such as highway lock and occupation of public building, as well as the movements involved, including the Movimento dos Trabalhadores sem Terra- MST and Movimento de Libertação dos sem terra – MLST, investigate this reality from the exposed claims, to know, expropriation of occupied areas, against the injustice and violence in the countryside, education and health, infrastructure, among others. The questions approached in this study show that subjects and movements of struggle for land organize themselves, join forces and are articulated at different scales of action, guided by the everyday experience and political education, being the popular pressure as a fundamental mean to gain proposed changes.

Keywords: Demonstrations. Conflicts in the countryside. Struggle for land. DATALUTA. Agrarian question. Minas Gerais.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupos de pesquisa que compõem a Rede DATALUTA	24
Figura 2 – Participantes reunidos na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, 2005	86
Figura 3 – Ocupação de agência bancária em Governador Valadares, 2010	94
Figura 4 – Ocupação de prédio privado em Ouro Preto, 2009	97
Figuras 5 e 6 – Bloqueio da rodovia BR-153 pelo MST no Norte de Minas Gerais, 2013	107
Figura 7 – Manifestação do Movimento dos atingidos por barragens em Indaiabira, 2014	109
Figura 8 – Caminhada do MST pelas vias de Belo Horizonte contra a injustiça e a violência, 2013	112
Figuras 9 e 10 – Bloqueio de ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce em Tumiritinga, 2013	112
Figura 11 – Bloqueio da BR-367 no Vale do Jequitinhonha, 2009	117
Figuras 12 e 13 – Ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, 2012	120
Figura 14 – Concentração diante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Belo Horizonte, 2014	125
Figura 15 – Manifestação no município de Laranjal, Zona da Mata, 2009	127
Figuras 16 e 17 – Ocupação do DNOCS em Montes Claros, 2014	128
Figura 18 – Marcha no município de Salinas, Norte de Minas, 2011	131
Figuras 19 e 20 – Local do crime contra lideranças do MLST na estrada MGC-455 em Uberlândia, 2012	143
Figuras 21 e 22 – Audiência Pública no Fórum Abelardo Penna em Uberlândia, 2012	144
Figura 23 – Formação de acampamento na Praça Cívica da Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2010	145
Figura 24 – Manifestação do MST em Uberaba, 2011	146
Figura 25 – Audiência pública no Auditório do Centro Administrativo de Uberlândia, 2014	147
Figuras 26 e 27 – Acampamento na Praça Cívica da Prefeitura de Uberlândia, 2015	148
Figuras 28 e 29 – Caminhada e chegada do MST à Prefeitura de Monte Alegre de Minas, 2015	150
Figura 30 – Entrega da pauta de reivindicações ao prefeito de Monte Alegre de Minas, 2015	151
Figuras 31 e 32 – Retomada da caminhada rumo à praça central de Monte Alegre de Minas, 2015	152
Figura 33 – Placa da entrada do assentamento em Monte Alegre de Minas, 2015	152

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Processo de criação e consolidação do DATALUTA no Brasil	25
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: número de ocupações de terras e de famílias por UF, 1990-2014	57
Gráfico 2 – Minas Gerais: número de ocupações e de famílias por ano, 1990-2014	60
Gráfico 3 – Minas Gerais: ocupações e assentamentos rurais por ano, 1990-2014	63
Gráfico 5 – Brasil: Número de manifestações e de famílias por macrorregião, 2000-2014	66
Gráfico 6 – Número de manifestações e ocupações em Minas Gerais por ano, 2000-2014	75
Gráfico 7 – Minas Gerais: características das manifestações, 2000-2014	99
Gráfico 8 – Propósitos segundo as reivindicações das manifestações em Minas Gerais, 2000-2014	103
Gráfico 9 – Minas Gerais: participação dos movimentos socioterritoriais nas manifestações, 2000-2014	134
Gráfico 10 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: características das manifestações, 2000-2014	153
Gráfico 11 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: representatividade das reivindicações expostas nas manifestações, 2000-2014	156

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Minas Gerais: Divisão mesorregional (1990)	20
Mapa 2 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: divisão municipal	21
Mapa 3 – Minas Gerais: ocupações por município, 1990-2014	59
Mapa 4 – Minas Gerais: assentamentos rurais por município, 1986-2014	64
Mapa 5 – Minas Gerais: número de manifestações por município, 2000-2014	69
Mapa 5 – Divisão municipal do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	140

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1 – Minas Gerais: tipologia das manifestações de luta pela terra Número de manifestações por município, 2000-2014	89
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes consultadas pelo DATALUTA Minas Gerais, 2015	26
Quadro 2 – Minas Gerais: tipologia das manifestações de luta pela terra, 2000-2014	79

Quadro 3 – Minas Gerais: tipos de reivindicações e os propósitos das manifestações de luta pela terra, 2000-2014	101
Quadro 4 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: tipologia das manifestações de luta pela terra, 2000-2014	140
Quadro 5 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: tipos de reivindicações expostas nas manifestações de luta pela terra, 2000-2014	154
Quadro 6 – Movimentos socioterritoriais atuantes nas manifestações do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 2000-2014	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: número de ocupações e de famílias por macrorregião, 1990-2014	56
Tabela 2 – Minas Gerais: número de ocupações de terras e de famílias por mesorregião, 1990-2014	57
Tabela 3 – Brasil: número de assentamentos rurais por macrorregião, 1986-2014	62
Tabela 4 – Brasil: número de manifestações e de pessoas por macrorregião, 2000-2014	66
Tabela 5 – Minas Gerais: número de manifestações e de pessoas por mesorregião, 2000-2014	67
Tabela 6 – Minas Gerais: tipos de manifestações de luta pela terra, 2000-2014	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APR – Animação Pastoral e Social do Meio Rural
CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GECA – Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária, Conservação da Biodiversidade e Pantanal (UFMT)
GEOLUTAS – Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (UNIOESTE)
GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (UFPB)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABERUR – Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (UFS)
LABET – Laboratório de Estudos Territoriais (UFMS)
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária (UFU)
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
LOC – Liga Operária Camponesa
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAG – Núcleo de Estudos Agrários (UFRGS)
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (UNESP)
OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo (UFES)
PA – Projeto de Assentamento
PE – Projeto de Assentamento Estadual
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRB – Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens

PROEX – Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (UFU)

PT – Partido dos Trabalhadores

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

TCU – Tribunal de Contas da União

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 QUESTÃO AGRÁRIA, DISPUTAS TERRITORIAIS E LUTA PELA TERRA: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO	29
1.1 A temática da pesquisa pela perspectiva dos estudos geográficos	29
1.2 Configuração da questão agrária: elementos históricos e recentes	38
1.3 Disputas pelo território e seus desdobramentos	47
1.4 A luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais: análise das ações coletivas no estado de Minas Gerais	53
1.5 A manifestação e seu caráter político e social	70
2 PRÁTICAS CONTESTADORAS DOS MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS: TIPOS E CONTEÚDOS DAS MANIFESTAÇÕES	78
2.1 Os tipos de manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI	78
2.2 Os espaços onde são realizadas as ações e seus significados	91
2.3 O que move estes sujeitos na luta? As reivindicações expostas em cada prática contestadora	98
2.4 A atuação dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais na diversidade de mobilizações	133
3 AS REIVINDICAÇÕES MATERIALIZADAS NAS MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	139
3.1 Tipologia das manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	139
3.2 As reivindicações materializadas nas manifestações de luta pela terra da região	153
3.3 Os movimentos socioterritoriais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e as conquistas da luta pela terra	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICES	178

INTRODUÇÃO

A história da formação territorial do Brasil tem em sua essência a concentração de terras, um cenário amplamente discutido, porém pouco alterado até os dias atuais. Diante do acúmulo de riquezas sob domínio de uma minoria dominante, pautada, entre outros fatores, na concentração de terras, tem-se como resposta a luta pela terra a partir dos movimentos sociais. Trata-se de um cenário complexo, que reflete as condições e contradições socioeconômicas da população, não só do campo, mas sim na sua totalidade, rural e urbana, discussão essa pertinente na análise da questão agrária. Compreender os aspectos dessa temática e da luta pela terra permite desvendar os diferentes significados e sujeitos envolvidos na disputa por um outro desenvolvimento do campo, em contrapartida ao modelo hegemônico ditado pelas regras de mercado nacional e internacional, que propõe destinar as terras aos que dela necessitam para viver e trabalhar, promovendo assim uma redução das desigualdades sociais impostas.

Se então essa é a realidade, cabe discutir as ações e reações apresentadas, sejam por aqueles atingidos diretamente pelo problema, engajados em movimentos sociais, seja pelos demais que se identificam e apoiam a causa. Considerando as manifestações de luta pela terra uma dimensão da questão agrária, e uma das formas de ação territorial neste contexto, tornam-se o objeto de estudo da presente pesquisa.

Nosso tema de investigação versa sobre as reivindicações expostas nas manifestações públicas promovidas pelos movimentos sociais que lutam pela terra no estado de Minas Gerais, destacando os espaços apropriados para as ações, bem como as organizações envolvidas e a divulgação dos fatos pela mídia e sua influência na sociedade. Para tanto, é fundamental ao desenvolvimento do estudo utilizarmos como fonte de dados o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, engajado na coleta e sistematização das informações referentes aos conflitos no campo e ao processo de luta pela terra no Brasil.

Ao estabelecermos a ideia de conteúdo das manifestações, trata-se das reivindicações colocadas em pauta, isto é, os temas e as razões pelas quais os sujeitos vão às ruas em protesto e que dão sentido a esta ação pública; são os porquês das mobilizações. Desapropriação de uma área ocupada ou denúncia de violência e impunidade no campo são, a título de exemplo, conteúdos das manifestações. Defini-los e analisá-los permite compreender a atualidade da luta pela terra a partir da pressão popular, bem como a resposta do Estado para as questões do campo, ao revelar as demandas dessa população que se manifesta, além de identificar os tipos de conflitos em cada região mineira.

A escolha desta temática envolve a reflexão sobre a importância que as mobilizações públicas, carregadas de significado político e social, exercem no cenário nacional e internacional como instrumentos de reivindicação dos direitos que devem ser garantidos à população em sua totalidade. É preciso considerar que estas são ações praticadas há décadas, marcadas na história brasileira e mundial, responsáveis por significativas mudanças políticas, econômicas e culturais na sociedade.

Pela etimologia, manifestação, do latim *manifestus*, corresponde ao ato ou efeito de manifestar ou de se manifestar; expressão, revelação; expressão pública de opiniões ou sentimentos coletivos. Esta última é a principal interpretação que embasa nossa compreensão. No contexto brasileiro e da luta pela terra, as manifestações do campo são entendidas como ações políticas que expõem variadas reivindicações, buscando denunciar as falhas do governo no assentamento das famílias e na proposta de políticas voltadas para o campo; a expropriação do camponês para expansão do agronegócio; a morosidade nos processos de desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária; e principalmente a violência cometida contra os trabalhadores e integrantes de movimentos sociais.

No estado mineiro, por sua vez, é identificado um expressivo número de movimentos envolvidos nos conflitos e ocupações de terras, compreendendo diversas organizações atuantes, como por exemplo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Luta pela Terra - MLT, Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL, Movimento pela Reforma Agrária – MPRA, entre outros.

Os próprios movimentos sociais indicam o quê e a quem se deve combater para uma efetiva democratização do acesso à terra. Essa concentração, expressa anteriormente à chamada modernização da agricultura nas décadas de 1950 a 1970 na forma dos latifúndios improdutivos, hoje é representada principalmente pelo agronegócio brasileiro, que continua sendo incentivado pelo Estado. Desse modo, as organizações têm o agronegócio como oponente da reforma agrária, entendido como a expressão dominante das relações capitalistas no campo do século XXI. Somam-se neste contexto as grandes empresas multinacionais, que cada vez mais se instalaram nas terras brasileiras e destas exploram para o mercado internacional, consideradas pelos contrários à democratização da terra a representação do desenvolvimento do campo e do país.

Frente essa configuração, cabe aos movimentos sociais intensificar outras estratégias de ação no processo de luta pela terra, somadas às ocupações de terras que, por sua vez, confrontam diretamente os latifúndios improdutivos e hoje também dominados pelo agronegócio, como se sabe, altamente produtivo e excludente. Não afirmamos aqui o

desaparecimento do latifúndio, posto que ainda se mantém a alta concentração fundiária e as grandes extensões de terras privadas, entretanto, este está transfigurado em outras roupagens, outra configuração, o que modifica também toda a dinâmica da luta pela terra.

Adquirem destaque, então, as manifestações que buscam reivindicar os direitos por meio de políticas voltadas para o campo. Um comparativo inicial elucida nossa interpretação, que revela o total de 519 ocupações e 687 manifestações no período de 2000-2014 em Minas Gerais, considerando ainda o número de pessoas envolvidas em cada tipo e a expressiva quantidade de participantes nas manifestações.

Tanto as ocupações de terras quanto as manifestações são ações territoriais praticadas pelas organizações coletivas, que interferem e são capazes de modificar o espaço e o território, mas se diferenciam nos objetivos a que se propõem. A primeira ação visa principalmente a obtenção da terra para o assentamento das famílias, e consequente reestruturação do campo a partir da desconcentração fundiária; já a segunda estratégia abrange além destes objetivos, visando atender a demandas não somente de acesso, mas sobretudo de permanência na terra conquistada, garantindo direitos básicos, além de exercer maior poder em catalisar a atenção do Estado bem como da sociedade.

É o que Fabrini (2015) aborda como lutas estruturais e lutas reivindicativas. A ocupação tenta atingir a estrutura da propriedade da terra, que acarreta em abalar os pilares do capitalismo no campo. Quando não atinge essa estrutura da produção capitalista, são aliadas as lutas de natureza reivindicativa, sendo estas as manifestações, vinculadas à cidadania e na garantia de direitos previstos por lei, são lutas feitas no arco da ordem estabelecida.

A finalidade em particularizá-las se faz no intuito de melhor compreender as manifestações enquanto um instrumento de luta e resistência, já que são, especificamente as relacionadas à questão agrária, ainda timidamente discutidas pelas pesquisas científicas no âmbito da Geografia. A intenção aqui é compreendê-las à luz do conhecimento geográfico

São identificados diferentes tipos de manifestações promovidas pelos movimentos sociais, umas com maior destaque e poder de mobilização, articuladas regional e nacionalmente, outras de cunho mais específico, que visam solucionar situações pontuais e locais. Do mesmo modo, as reivindicações se diversificam, tendo como pauta a cobrança de políticas públicas, agilidade da reforma agrária, denúncia às impunidades dos crimes cometidos no campo, entre outros. Portanto, tais elementos permitem elaborar detalhadamente uma tipologia das reivindicações, o que se pretende aprofundar no desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse sentido, o objetivo central do presente estudo é compreender as reivindicações evidenciadas nas manifestações de luta pela terra enquanto expressão da questão agrária,

promovidas pelos movimentos sociais do campo no estado de Minas Gerais. Para tanto, é significativo considerar os tipos de práticas contestadoras e os espaços apropriados em cada ação. A expectativa está fundamentada na compreensão da configuração atual da luta pela terra no estado mineiro, bem como das estratégias de ação em que se pautam os movimentos sociais, fazendo uso político dos diferentes espaços públicos e privados, em busca da conquista de seus direitos e de melhorias para a população do campo.

Ressaltamos que nosso recorte temporal, ao tratar o início do século XXI, está construído de acordo com a metodologia de sistematização do DATALUTA, que possui um banco de dados das informações referentes às manifestações a partir do ano 2000, com base principalmente no levantamento da Comissão Pastoral da Terra – CPT, e que incorporou essa categoria em suas análises e nos relatórios anuais a partir de 2010.

Especificando os objetivos que definem o estudo, destacamos a opção em apresentar a atualidade da questão agrária, evidenciando o modelo de desenvolvimento do campo pautado no agronegócio e sua territorialização no estado mineiro; analisar as manifestações no contexto da luta pela terra e dos conflitos no campo em Minas Gerais; analisar os tipos de manifestações e os movimentos sociais atuantes, conforme a sistematização dos dados registrados e representações cartográficas; investigar essa realidade a partir das reivindicações expressas, os espaços apropriados e as principais alterações resultantes dessas ações políticas; compreender o cenário das manifestações e suas reivindicações na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Torna-se primordial destacar a trajetória acadêmica enquanto pesquisadora, que revela os caminhos trilhados dentro da temática e que resultaram na elaboração da presente dissertação de mestrado. Os dados aqui discutidos são decorrentes de pesquisas realizadas no período da graduação, por meio de projetos desenvolvidos no Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – IG/UFU. O ingresso no laboratório se deu no início de 2010, atuando inicialmente como colaboradora no projeto *Agricultura Familiar como base para o Desenvolvimento Territorial Local e Sustentável: avaliando experiências de projetos de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro*, apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX/UFU), momento em que houve o contato inicial com as temáticas da reforma agrária e assentamentos rurais. O objetivo do projeto foi investigar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural e intercâmbio interinstitucional por meio de estudos de experiências locais sobre as formas de organização dos assentamentos rurais, visando o fortalecimento da agricultura familiar nos projetos de reforma agrária.

No mesmo ano, os estudos se pautaram na pesquisa *Territorialização do capital e luta pela terra em Minas Gerais: uma pesquisa sobre os movimentos socioterritoriais do Triângulo Mineiro*, um projeto de extensão executado com apoio financeiro da PROEX/UFU, atuando a partir desse momento como bolsista. No projeto buscamos a elaboração de um banco de dados sobre a Reforma Agrária, e o desenvolvimento de metodologia para os estudos da questão agrária e dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais, particularmente na região do Triângulo Mineiro.

Em 2011, como bolsista de iniciação científica do projeto *Geografia dos Conflitos no Campo em Minas Gerais: pesquisas, metodologias e estudos a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq, continuamos os estudos e debates. Neste projeto, foram desenvolvidos estudos sobre os conflitos no campo em Minas Gerais com base na sistematização e análise dos dados básicos da reforma agrária a partir do DATALUTA, a partir das categorias ocupações, manifestações, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.

Entre 2012 e 2013, participamos do projeto *Questão Agrária, Território e Agronegócio em Minas Gerais: as disputas territoriais na produção de agroenergia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*, como bolsista do CNPq. Esta pesquisa teve por objetivo compreender o movimento de expansão do agronegócio voltado para a produção de agroenergia em Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e as implicações desta atividade sobre a reprodução familiar/campesina através de pesquisas em áreas e projetos de Reforma Agrária.

Durante esse período, atuando na coleta diária, sistematização dos dados e elaboração anual do Relatório DATALUTA Minas Gerais, bem como participando dos encontros com os demais pesquisadores do projeto, vários aspectos suscitararam o interesse em investigar com maior profundidade as práticas contestadoras dos movimentos que lutam pela terra, por se perceber o quanto estas ações movimentam o cotidiano da população, gerando questões que exigem o debate político e acadêmico, e além disso, exercem a pressão popular muitas vezes determinante na solução dos problemas. O contexto estava posto, foi necessário investigá-lo.

Este conjunto de elementos culminou na elaboração da monografia de bacharelado em Geografia, intitulada *Da resistência à conquista da terra: as formas de manifestações de luta pela terra em Minas Gerais* defendida em 2014. Neste trabalho analisamos a luta pela terra no estado mineiro a partir das formas de manifestações, com base na identificação de uma tipologia das ações territoriais, composta pelos tipos sistematizados no DATALUTA: abraço,

acampamento, audiência, bloqueios de ferrovia, pedágio e rodovia, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, greve de fome, greve de sede, interdição, manifesto, marcha, mutirão, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, panfletagem, pedido de demissão, retenção de veículos, romaria, saque, temática e vigília.

Estas são as formas estabelecidas pelos movimentos para materializar e espacializar a luta pela terra em Minas Gerais. Fica claro que a reivindicação determina como a ação será realizada, é este o conteúdo que dá forma e sentido ao ato público, demonstrando aos pesquisadores que os estudos em relação à temática não se esgotaram, havendo muitos pontos a serem ainda explorados. Portanto, a dissertação por ora apresentada é resultado da trajetória acadêmica pautada no amadurecimento da pesquisa e da pesquisadora, destacando a importância em participar e desenvolver projetos científicos desde o início da graduação.

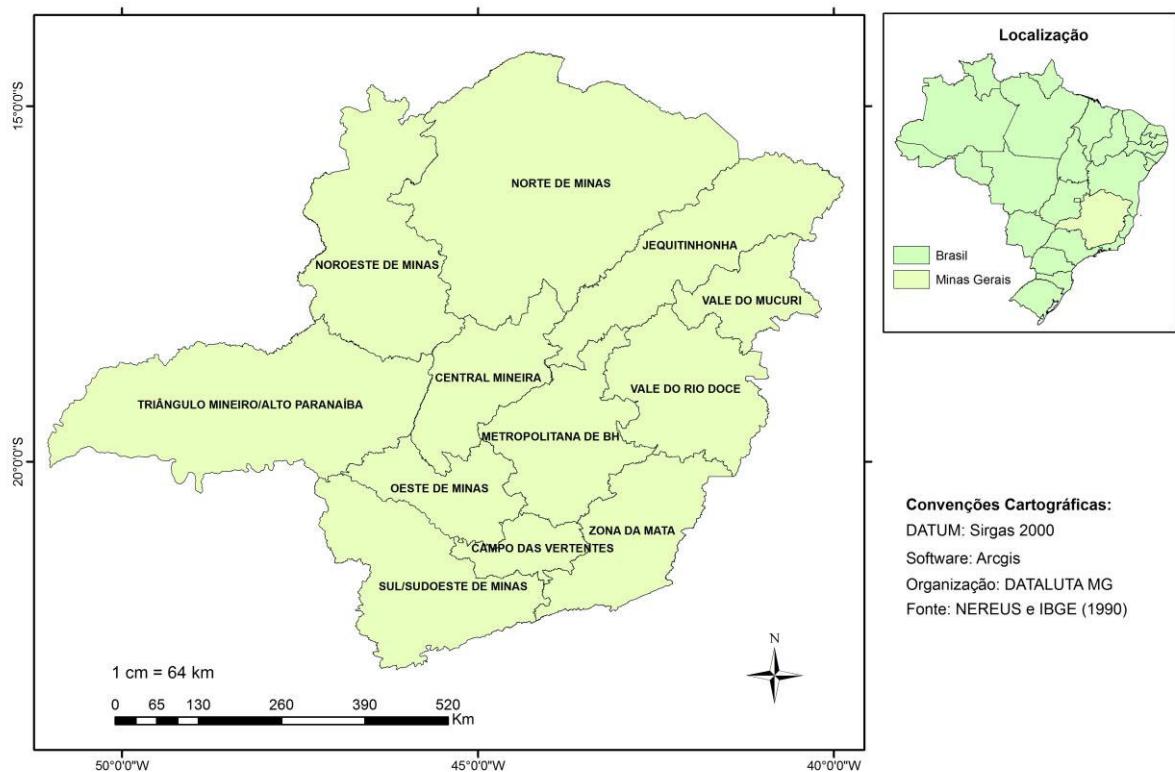
É a partir dos fatores elencados que se justifica a pesquisa, diante do problema central: quais são e como se caracterizam as reivindicações das lutas políticas e socioespaciais do campo mineiro, a partir do ano 2000, segundo as manifestações de luta pela terra em Minas Gerais? Assim, pretende-se aprofundar uma importante discussão de acordo com elementos chave, tais como a questão agrária no tempo presente em Minas Gerais; os rumos da luta pela terra; estratégias de resistência diante das ações do Estado voltadas para o campo; os movimentos sociais atuantes no estado mineiro, suas ações e reivindicações; principais tipos de manifestações do campo promovidas baseando-se na tipologia, e como estes se regionalizam no estado. O desenvolvimento do estudo é justificado, também, por se pautar numa temática ainda pouco discutida pela perspectiva geográfica, especialmente tendo como recorte espacial todo o estado de Minas Gerais. Este é, igualmente, o desafio proposto.

Sendo assim, a pesquisa se faz importante para a compreensão das ações coletivas que refletem as reais necessidades de melhores condições de vida no campo dos diversos atingidos pela falta de uma efetiva política de desconcentração de terras e riquezas, entendida em outras palavras por reforma agrária. Considerando a configuração do campo e principalmente do modelo de desenvolvimento capitalista expresso pelo agronegócio, as manifestações tornam-se tão importantes quanto as ocupações de terras, conquistando destaque nos últimos anos, principalmente ao serem noticiadas pela mídia. Pois as propostas de mudanças no campo dependem de um processo de luta permanente do povo, no campo e nas cidades; o povo deve ser o sujeito de todo o processo, e as possibilidades de mudanças acontecem principalmente com a pressão popular.

Para a metodologia da investigação, trata-se de uma fase fundamental, pois é por meio dela que alcançamos os objetivos propostos, a partir de uma reflexão teórica aprofundada e do conhecimento do objeto de pesquisa. Ela reúne o conjunto de elementos que definem as etapas a serem percorridas na pesquisa. Como já foi dito, a temática escolhida reflete os resultados de trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores, determinando o interesse em dar continuidade na compreensão do processo de luta pela terra.

Consideramos como recorte espacial o estado de Minas Gerais composto pelos 853 municípios, e sua divisão político-administrativa em doze mesorregiões, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1990), representada pelo Mapa 1. Neste item destacamos uma das possibilidades da pesquisa, que busca quantificar e espacializar por município as manifestações de luta pela terra e suas respectivas reivindicações.

Mapa 1 – Minas Gerais: divisão mesorregional (1990)

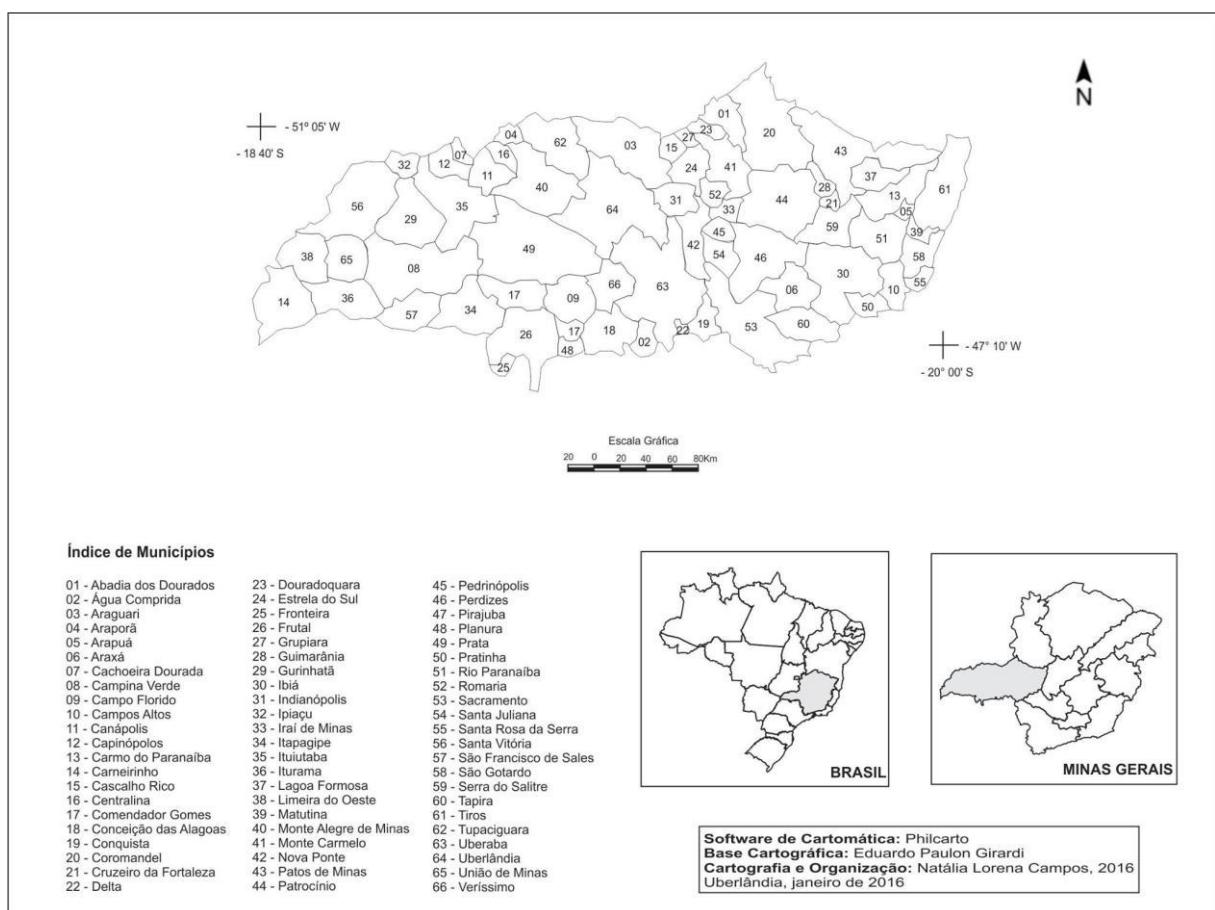


Essa divisão permite visualizar as ações que se pretende analisar numa escala intermediária entre o estado e os municípios, visto que as características identificadas numa mesorregião, somadas à sua configuração política, podem ser determinantes no contexto da luta pela terra. É o caso, por exemplo, ao considerarmos a região Metropolitana de Belo

Horizonte, que tem na capital mineira o principal palco das manifestações públicas, influenciando no contexto das cidades do entorno e da mesorregião em sua totalidade. Com base na divisão mesorregional, espacializamos os elementos que compõem a questão agrária no estado de Minas Gerais, tais como as ocupações de terras, as manifestações e a localização dos assentamentos rurais.

Num segundo momento, consideramos também a escala regional para a análise da temática proposta, especificamente tratando da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, representada pelo Mapa 2. Para isso, são abordados os dados sistematizados pelo DATALUTA referentes à região e aos municípios que a compõem.

Mapa 2 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: divisão municipal



Esta é uma região expressiva no contexto da luta pela terra, tanto em relação às disputas territoriais e o interesse econômico pelas áreas do Cerrado mineiro, quanto pela atuação das organizações coletivas, fatores que serão abordados no decorrer do trabalho.

É importante sinalizar, também, que o estudo está pautado essencialmente numa abordagem dialética, na interpretação da realidade a partir do movimento e da contradição

inerentes à sociedade e a seu processo histórico. Vale ressaltar ainda que, assim como afirma Ramos (2003), compreendemos os conflitos como produtores de práticas sociais, uma vez que as formas de mobilização dos trabalhadores para resistir aos mecanismos de exploração e expropriação garantiram e garantem conquistas e direitos aos trabalhadores.

Para o desenvolvimento do trabalho, é basilar a revisão teórica acerca das reflexões abordadas pelos autores da Geografia e áreas afins, bem como pelas demais ciências, que norteiam as discussões quanto aos conflitos no campo e as estratégias de ação dos movimentos sociais que lutam pela terra e pelo território, a partir de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos. Análises quanto ao território, questão agrária, espacialização, disputas territoriais, mobilizações públicas, entre outros, delineiam a pesquisa.

Subsidiando o estudo a partir de seus registros, o DATALUTA desenvolve uma sistematização de dados que compõem uma base de informações referentes à questão agrária a partir das categorias de análise *manifestações do campo, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais*, e mais recentemente vem discutindo a questão da *estrangeirização da terra*. A partir dos dados obtidos, é possível traçar estudos comparativos ano a ano, bem como nas escalas estadual e nacional, além de outros tipos de análises.

Esse levantamento de dados é realizado diariamente por pesquisadores da graduação e pós-graduação, e seus respectivos professores coordenadores, buscando por meio de *sites*, jornais impressos e *online*, os dados correspondentes a cada classe pesquisada no projeto. Trata-se de um trabalho detalhista, que exige o comprometimento e disciplina dos envolvidos para construir um banco de dados completo e que possa corresponder através de seus elementos à realidade estudada.

Vale ressaltar que a CPT por meio da publicação anual do *Caderno Conflitos no Campo Brasil* realiza um detalhado levantamento dos conflitos no campo em todo território nacional, se constituindo como uma das fontes de dados para o DATALUTA nas categorias ocupações, movimentos socioterritoriais e manifestações. Para esta última, os dados registrados concernem ao período do ano 2000 em diante, e desse modo é que se optou por destacar as manifestações do campo no início do século XXI, abrangendo as informações até o ano 2015.

O propósito dessa organização de dados é publicar e discutir as ações referentes às lutas de resistência dos povos na terra e nos territórios, revelando as regiões brasileiras onde se concentram os principais conflitos, bem como as causas pelas quais lutam os diferentes sujeitos envolvidos nessa realidade.

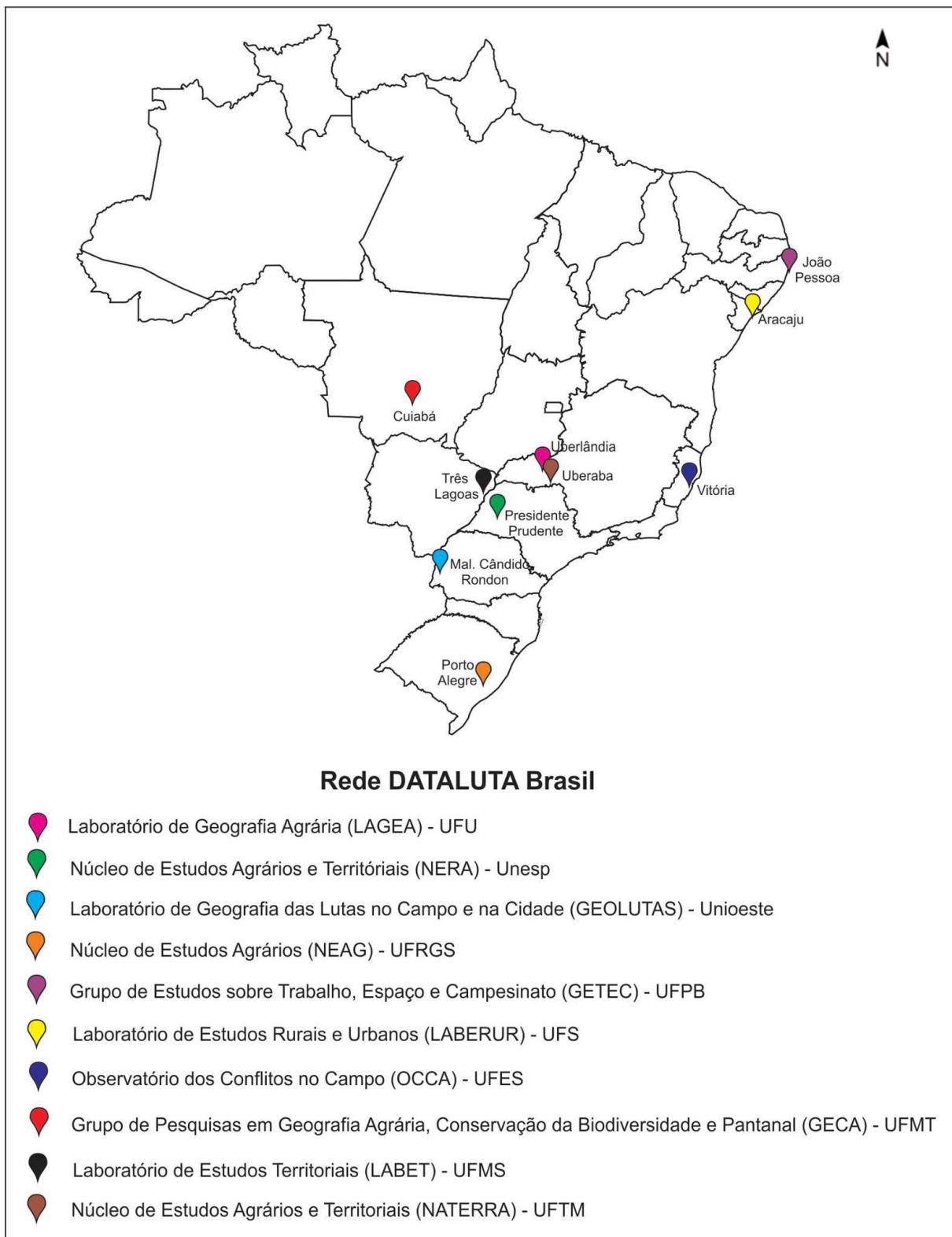
O DATALUTA se constitui num projeto de pesquisa e extensão em nível nacional, desenvolvido por pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior e em diferentes regiões do Brasil. Foi criado em 1998 na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente, pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, e liderado pelo pesquisador Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Os dados desse mesmo ano compuseram o primeiro Relatório DATALUTA Brasil no ano seguinte, e daí em diante anualmente o relatório é elaborado a partir dos dados sistematizados da questão agrária e luta pela terra no campo brasileiro.

O grupo de pesquisa em Geografia Agrária da UFU/MG se associou ao projeto em 2005, a partir do LAGEA em parceria com o NERA, e desde então vem desenvolvendo o relatório estadual da luta pela terra no campo mineiro, bem como análises periódicas sobre a temática, divulgados por meio de palestras, monografias, dissertações, artigos científicos em revistas e congressos acadêmicos.

A Rede DATALUTA é uma articulação nacional composta por dez instituições de ensino superior e seus respectivos grupos de pesquisa, formando um coletivo de pensamento e estabelecendo cooperações internacionais¹ com vistas à mobilidade de seus pesquisadores a outros países para levar as experiências brasileiras e apreender sobre a realidade agrária das demais localidades no mundo. O intercâmbio entre instituições nacionais também é uma conquista a partir do projeto e fator enriquecedor das pesquisas. Por meio da Figura 1 visualizamos a espacialização da Rede DATALUTA no Brasil.

¹ Relatório Brasil 2014. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Figura 1 – Grupos de pesquisa que compõem a Rede DATALUTA



FONTE: DATALUTA, 2015.

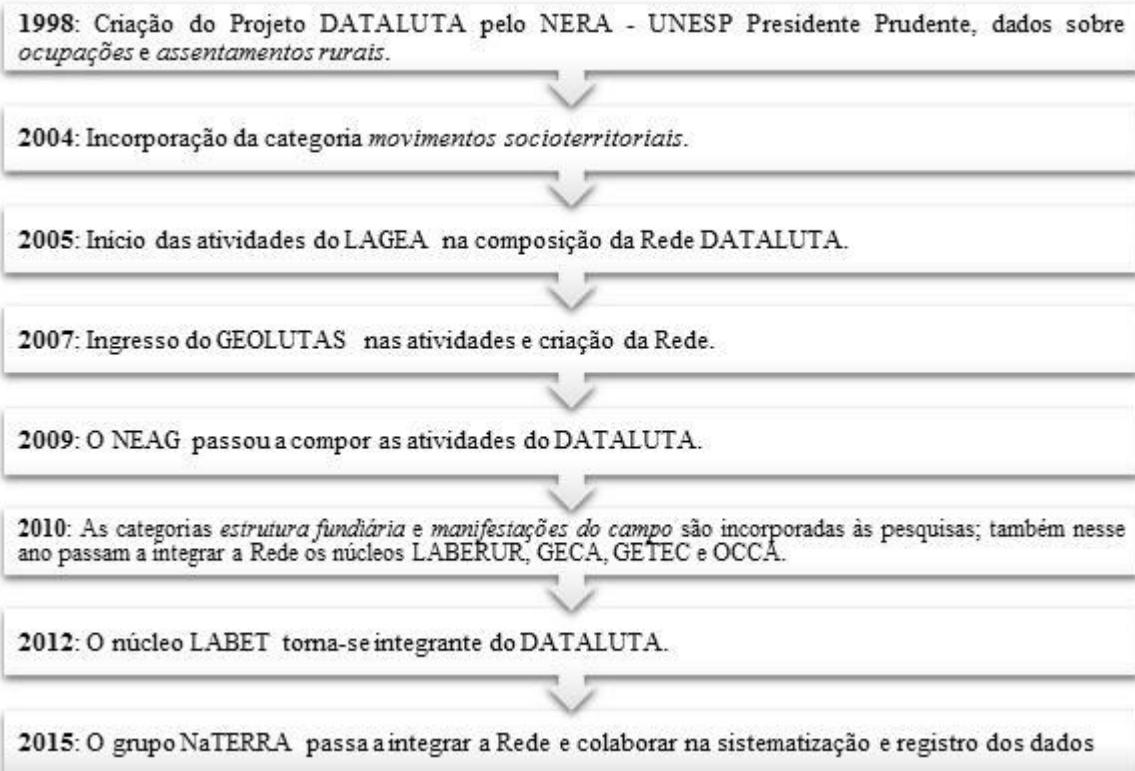
Elaboração: CAMPOS, N. L.; 2015.

Os grupos associados à Rede, vinculados a instituições de ensino superior estaduais e federais, estão espacializados nas diferentes macrorregiões brasileiras, com exceção apenas da

região Norte. O projeto DATALUTA é desenvolvido por pesquisadores em nível de graduação (extensão, iniciação científica e de apoio técnico), pós-graduação e professores, estes que atuam na coordenação dos diferentes processos². Tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, havia uma falta de sistematização, dificuldades de acesso e dispersão das informações, principalmente referentes aos dados sobre as ocupações, assentamentos rurais e movimentos sociais de luta pela terra, estruturando assim um cenário que até então dificultava as pesquisas dos estudiosos da questão agrária. Estes foram os elementos que tornaram necessária a elaboração de um banco de dados.

Uma síntese da recente trajetória do projeto pode ser representada no esquema a seguir, compreendendo as etapas em que foi se constituindo e a integralização de categorias analisadas, além dos grupos que se somaram à pesquisa.

Fluxograma 1 – Processo de criação e consolidação do DATALUTA no Brasil



FONTE: DATALUTA 2015.

Org.: A autora, 2015.

² Os estudos para sistematização do Banco de Dados recebem apoio institucional, principalmente na concessão de bolsas de estudos aos pesquisadores, das entidades Fundação de Amparo à Pesquisa dos Estados de São Paulo (FAPESP), Minas Gerais (FAPEMIG), Sergipe (FAPITEC) e Mato Grosso (FAPEMAT); Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial - UNESP; Pró-Reitorias de Extensão das respectivas Universidades; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Programa CAPES-COFECUB); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

É importante ressaltar que a inclusão dos dados referentes às manifestações do campo, que passam a ser tratadas em 2010 como consta no quadro acima, reflete a compreensão dessa geografia da prática contestatória cada vez mais visível e presente na pauta política do país, desenvolvida pelos sujeitos sociais envolvidos nas organizações coletivas. Uma vez que há a manutenção das condições desiguais na sociedade em pleno século XXI, expressa por exemplo na concentração de terras, cabe aos movimentos a continuidade de suas ações territoriais, das ocupações de espaços físicos para transformá-los em espaços políticos, mesmo que momentaneamente.

A sistematização do banco de dados tem como fontes os órgãos públicos e as organizações de apoio à luta pela terra, além dos próprios movimentos envolvidos. Destacamos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra para os *assentamentos rurais*; Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR para *estrutura fundiária*; *ocupação de terras*, *movimentos socioterritoriais* e *manifestações do campo* obtidos pelo próprio levantamento de dados dos grupos que integram o DATALUTA e pela CPT. Confrontados e organizados, estes dados conformam um conjunto que revela, ano a ano, o panorama da luta pela terra e da realidade agrária, tanto no campo brasileiro quanto em escalas estaduais, estas que por sua vez abordam as informações de modo mais detalhado em suas menores escalas.

Para a análise de como essa luta vem se espacializando em Minas Gerais, as informações sistematizadas pelo LAGEA são estruturadas por mesorregiões; municípios; acumulados por períodos e por ano; constituindo dessa forma a metodologia da pesquisa. Além disso, como especificado no Quadro 1, são utilizados *sites*, jornais impressos e *online* como fontes na obtenção diária dos dados e reportagens.

Quadro 1 – Fontes consultadas pelo DATALUTA Minas Gerais, 2015

A Gazeta News	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG
Agência Brasil de Fato	
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES	G1
Jornal de Brasília	Jornal Correio de Uberlândia
Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG	Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Correio Cidadania	O Tempo
Estado de Minas	Radioagência NP
Folha de São Paulo <i>online</i>	Resistência Camponesa

FONTE: DATALUTA 2015.

Org.: A autora, 2015.

As fontes de pesquisa exercem uma dupla função, pois além de fornecer as informações no levantamento dos dados, revela também o modo como são divulgados pela mídia as ações promovidas pelos movimentos sociais, bem como a atuação do Estado nesta questão. Os pesquisadores estabelecem, em seus respectivos grupos de pesquisa, o conjunto de fontes que serão utilizadas, buscando alcançar todas as regiões do estado para se obter a maior abrangência possível. Além disso, o contato direto com os movimentos socioterritoriais mantém atualizadas as informações referentes às ações.

Para complementar o tratamento e interpretação dos dados, e com sua devida importância, foram realizadas entrevistas junto às lideranças, assentados e integrantes dos movimentos sociais atuantes no estado mineiro, somando a teoria com a prática da pesquisa, elemento fundamental que caracteriza a relevância dos estudos geográficos. As entrevistas pautaram-se em perguntas previamente estruturadas somadas às questões inerentes ao entrevistado, que complementaram os primeiros questionamentos, bem como nossa análise e interpretação. Em síntese, os entrevistados apresentam, por meio do diálogo voltado para a temática da pesquisa, as perspectivas dessa luta do campo; das mobilizações que organizam e participam; da conjuntura econômica e política atual do país; da importância da pressão popular e das organizações sociais no alcance dos direitos; entre outras questões. Optou-se pela não identificação dos entrevistados, atribuindo-lhes letras para cada um que contribuiu com a presente pesquisa. O Roteiro de Entrevista e a Carta de Autorização estão anexados ao final deste trabalho, na seção Apêndices.

Tanto as observações junto a esses sujeitos coletivos do campo, especialmente na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, bem como o registro direto das ações, se fazem fundamentais para o enriquecimento da presente pesquisa. Isso possibilita analisar e compreender a amplitude e complexidade das mobilizações públicas e as organizações que as conduzem.

Os dados secundários analisados são trabalhados na elaboração das representações cartográficas, a fim de ilustrar através de mapas temáticos a localização dos principais focos das manifestações, compreendendo as especificidades de cada região e os tipos de manifestações nestas registradas. Esta etapa é desenvolvida com base em *softwares* cartográficos específicos, tais como *Philcarto* e *Corel Draw*. Por fim, as reportagens coletadas na mídia são utilizadas como exemplificação das ações, a partir de análise e comparação dos textos e imagens de diferentes fontes, sejam elas da mídia de caráter tradicional, ou aquelas que atuam pela perspectiva dos militantes.

Assim, o trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução na qual consta a metodologia, considerações finais e referências que foram citadas e consultadas para o desenvolvimento do estudo. No primeiro capítulo são abordados os elementos que fundamentam a discussão, numa análise sobre a questão agrária, as disputas territoriais, a luta pela terra, os movimentos socioterritoriais, entre outros elementos, considerando os níveis nacional e estadual no tratamento dos dados. Destaca-se que o objetivo nesta seção é situar o debate pela lógica e compreensão da Geografia. Além disso, analisamos a manifestação de luta pela terra a partir de seu caráter político e social.

No segundo capítulo, o ponto central é a análise quanto aos tipos e conteúdos das manifestações, entendidas como práticas contestadoras com potencial transformador, como aponta Feliciano (2009). Desse modo, abordamos a tipologia das manifestações em Minas Gerais segundo os registros a partir do ano 2000, tais como bloqueio de rodovia e ocupação de prédio público, buscando compreender também os sentidos dos diferentes espaços apropriados pelos atos públicos. Por conseguinte, discutimos os elementos que movem os sujeitos na luta, tratando das reivindicações e denúncias expostas em cada ação contestadora realizadas pelos movimentos socioterritoriais, e os objetivos pretendidos. Desapropriação, assistência técnica, infraestrutura, contra a injustiça e violência, são alguns dos exemplos destas reivindicações.

Por fim, no terceiro e último capítulo a abordagem é conduzida pela escala regional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, marcado pela territorialização do capital a partir da incorporação e intensificação das atividades agrícolas no Cerrado, e expressivo no processo de luta pela terra no estado de Minas Gerais. Para tanto, elaboramos a tipologia das manifestações realizadas na região, bem como as especificidades das reivindicações e denúncias destas ações públicas, considerando principalmente os movimentos socioterritoriais que lutam pela terra nesta porção do espaço agrário mineiro.

1. QUESTÃO AGRÁRIA, DISPUTAS TERRITORIAIS E LUTA PELA TERRA: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

Nesta primeira seção, o propósito é situar a temática que se pretende como investigação pela lógica e compreensão da Geografia, especialmente no que concerne ao entendimento da questão agrária. Isso por julgarmos que este é o ponto inicial para desencadear os desdobramentos da pesquisa, uma vez que, a luta pela terra, os movimentos sociais engajados nesse processo, o espaço agrário brasileiro, os espaços apropriados pelas lutas que denominamos como políticas e socioespaciais, dentre outros, se configuram como elementos da questão agrária. Assim, mostra-se relevante considerar a análise empreendida pela Geografia Agrária, e seu interesse geográfico pelo estudo do meio rural, fundamentando desse modo nossa pesquisa e utilizando-nos também dessa geografia para embasar o estudo.

Substancial se faz igualmente a discussão quanto aos movimentos de luta pela terra na perspectiva geográfica, situando-a para além das demais ciências humanas que apresentam estudos consolidados sobre a questão. Logo, percebe-se o empenho dos geógrafos no objetivo de construir e consolidar a análise geográfica sobre estas organizações coletivas. Estas que por sua vez empreendem a luta pela terra no estado mineiro, analisando-a com base nos dados do DATALUTA.

1.1 A temática da pesquisa pela perspectiva dos estudos geográficos

um conhecimento sobre o campo é quase tão antigo quanto a própria história do homem, pelo menos aquela referente ao homem cuja prática da agricultura alterou as possibilidades de desenvolvimento social³

Enquanto ciência, a Geografia procura, em sua abrangência de temas, compreender o espaço e a relação que o homem estabelece neste, relação homem-natureza numa variação tempo-espacó, compreendendo os elementos físicos, sociais e econômicos que caracterizam os processos históricos e atuais nas escalas local, regional e mundial. Dentro dessa ciência, são definidos campos de interesse científico que especificam os estudos em determinados temas e análises, a fim de aprofundar as compreensões, tais como geografia da população, geografia agrária, geografia da indústria, geografia urbana, dentre outras.

Suzuki (2007) demonstra que a geografia agrária é muito recente, e sua definição como um conhecimento não ultrapassa meio século. Por outro lado, o conhecimento sobre o

³ SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 17-39.

campo praticamente acompanha a própria história do homem, na qual a prática da agricultura teve forte influência no seu desenvolvimento social.

Ao pensar no recente processo histórico desse ramo de pesquisa, Ferreira (2001) aponta que

Os trabalhos geográficos sobre agricultura até a década de 1950 podem ser enquadrados em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana. (FERREIRA, 2001, p.47).

Esse estudo geográfico se caracterizava pelo caráter descritivo das técnicas de produção, das áreas cultivadas e seus elementos físicos e naturais, da comercialização dos produtos, enfim, estava mais voltado para o aspecto produtivo e econômico desse contexto, explicando a realidade a partir da observação. A análise das relações sociais não eram o eixo central das pesquisas. Há de se ressaltar que essa explicação descritiva foi natural ao processo de surgimento e consolidação da ciência geográfica, diante a necessidade de compreender a paisagem e suas funções a partir da ação humana, explorando aspectos ainda pouco conhecidos.

Destaca-se que até os anos de 1950 a maioria da população residia na área rural. “Nesse período, a geografia agrária tornou-se um importante ramo da geografia no Brasil, com um imenso território agropecuário e extrativista a ser explorado” (BRAY, 2007, p.12). Ainda segundo o autor, a partir da abordagem da geografia agrária, o trabalho do geógrafo possibilitou a caracterização dos diferentes gêneros de vida, e também dos diferentes tipos humanos e tipos de agricultura através dos diversos sistemas agrícolas existentes.

Com os vários tipos de agricultura, os geógrafos agrários, desenvolviam estudos sobre a paisagem rural, as formas variadas de agricultura, os regimes agrários, o sistema de divisão dos campos, os tipos de produção vegetais, enfim, os gêneros de vida ligado aos criadores e agricultores. (BRAY, 2008, p. 7).

É nesses moldes que se constituía os estudos geográficos sobre o agrário brasileiro, segundo o autor, buscando compreender as relações estabelecidas entre os grupos de indivíduos e a natureza utilizada para trabalho e sobrevivência, analisando as ações e interações nessa realidade, enfim, o desenvolvimento das atividades agrícolas e o comportamento dos agricultores.

Prevalecia, até então, uma geografia agrária pautada na quantificação, utilizando-se da matemática e estatística para explicar a realidade pesquisada. Marca também esse pensamento a pressuposta neutralidade da ciência geográfica. A partir da década de 1960, inicia-se um significativo processo de alteração dentro da geografia, aproximando-se da filosofia e alcançando o teor crítico necessário, processo expresso, conforme apresenta Bombardi (2008), nos estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Outra contribuição é apresentada por Bray (2007), afirmando que

A influência da teoria crítica tornou-se um referencial para compreendermos as transformações pelas quais a agropecuária passou e passa sob o Estado industrial, o capitalismo monopolista e a internacionalização da economia e dos produtos agropecuários. (p. 13).

Segundo o autor, a teoria crítica de base marxista revela uma relação entre sujeito e objeto, pois o sujeito do conhecimento é inserido em um processo histórico, que o condiciona e molda. “A teoria crítica está organicamente presa a um juízo existencial: libertar a humanidade do jugo da repressão, da ignorância e da inconsciência, isto é, usar a razão como instrumento da libertação” (BRAY, 2007, p. 13). Muda, desse modo, o caráter neutro da ciência, e por esta perspectiva, o pesquisador geográfico imprime também suas ideologias e percepção de mundo.

O que é também exposto pelo escrito de Moraes (2005) com sua primeira edição na década de 1980, no qual retrata a História do Pensamento Geográfico e afirma que essa postura crítica da Geografia se dá frente à realidade e à ordem constituída. “São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo” (p. 42). Diferenciando-se do caráter tradicional, esses autores de postura crítica assumem um posicionamento político frente ao conhecimento, fazendo uma avaliação das razões da crise de modo a evidenciá-la. Essa Geografia passa a buscar uma sociedade mais justa ao revelar e interpretar as contradições sociais de um mundo capitalista.

Complementamos nosso entendimento a partir de Ferreira (2001), ao sinalizar que para a década de 1970, grandes mudanças revelam um objeto de estudos modificado para o pensar geográfico sobre agricultura, uma vez que o processo de modernização dessa atividade levou ao campo novas formas de produzir e relações de trabalho pautadas à lógica do sistema capitalista. “Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, consequentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Nessa configuração, a indústria se tornou produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas. E complementa a autora,

Os trabalhos ligados especificamente à definição e à explicação da Geografia Agrária demonstram preocupação com a definição de uma nova ordem teórico-metodológica que responda ao conteúdo e à natureza da atividade agrícola, praticada sob nova lógica, em consonância com as diretrizes do novo paradigma geográfico. (FERREIRA, 2001, p. 51).

Diante as mudanças ocorridas no campo e no processo produtivo da agricultura, com base em novos e mais complexos elementos e relações de trabalho, aos geógrafos agrários surgiram novas preocupações, tomando relevância os aspectos sociais nos estudos. As preocupações com os elementos até então aprofundados, como as técnicas e sistemas de cultivo, paisagem rural, entre outros, foram complementados a partir dessa nova atuação dos autores da geografia agrária.

É também sinalizado por Bray (2007) essa nova configuração dos estudos do agrário brasileiro, onde

Nos anos pós-70, novas análises sobre os Estados capitalistas foram elaboradas e atingiu-se uma melhor compreensão de como a agricultura caminhava em relação às transformações do capitalismo nas diferentes formações sociais. As abordagens através da teoria crítica nos estudos da agropecuária brasileira vieram sintetizar todo o avanço e o drama por que passava a industrialização da agricultura sob a égide do capital monopolista. (p. 14).

O processo de modernização da agricultura trouxe profundas transformações ao campo e para a sociedade, principalmente por se constituir num marco na história brasileira e em especial para quem estuda o espaço agrário. Inovações tecnológicas implantadas para aumentar a produtividade, a industrialização acelerando esse processo produtivo, exigência de mão-de-obra e maiores áreas de terra, enfim, elementos que reconfiguram o campo e as relações sociais estabelecidas neste.

Entretanto, essa modernização estaria ao alcance de uma parcela mínima de agricultores que estivesse capitalizada para investir nessas novas tecnologias. Aqueles que não se enquadrassem nesses quesitos, consequentemente seriam excluídos do processo. Este é um ponto, dentre vários, onde é identificado o caráter contraditório dessa modernização capitalista no campo, sendo a teoria crítica capaz de amparar a compreensão desse contexto.

Para os geógrafos que entendiam ter a geografia o objetivo de desvendar os problemas sociais e as desigualdades socioespaciais, era preciso ir além de localizar e distribuir o fenômeno, a partir das técnicas modernas de cartografia e estatística junto aos dados

quantificáveis. Precisava-se, com urgência, a discussão sobre os processos formados das desigualdades, como afirma Alves (2010). E complementa,

Nesse sentido, as mudanças ocorridas no corpo teórico da geografia no final da década de 1970, aproximou-a em metodologias e teorias das ciências sociais, com abordagens sociológicas, políticas e econômicas, salientando o caso do materialismo histórico-dialético. (p. 187).

E assim, essa abordagem crítica é construída de modo a buscar respostas à sociedade para os problemas identificados na organização espacial e gerados pelo processo histórico de formação do território, considerando a complexidade da relação sociedade-natureza e tendo como base também os aspectos sociais, políticos e econômicos que careciam de estudos e interpretações.

No final da década de 1970, Milton Santos, ao fazer uma crítica às teorias espaciais que enfatizavam o aspecto econômico em detrimento de outras questões não levadas em conta, sustenta a ideia de que tais teorias ignoravam as estruturas sociais e levava a que não se preocupassem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais, sendo necessário, portanto, a renovação do pensamento dentro da Geografia que abarcasse e discutisse essa configuração social⁴. “O descontentamento com a pouca reflexão em relação à própria prática científica, assim como ao engajamento ideológico e social do geógrafo passou a estar na pauta de debates” (PEDON, 2013, p. 16).

A partir da década de 1990, identifica-se uma pluralidade de ideias e concepções na geografia (ALVES, 2010), encontrando nesse período uma teia de possibilidades nas pesquisas geográficas.

a pluralidade de visões sobre o espaço reforça a tendência de multiplicidade metodológica existente na geografia atual, questões como a complexidade do espaço, abordagem sistêmica para entender a organização espacial ou entender os processos de produção do espaço e das formações socioespaciais estão em voga no discurso epistemológico geográfico. (p. 216).

Nessas últimas décadas, onde o debate sobre as perspectivas teórico-metodológicas se faz mais recente, é identificada uma diversidade de questões que são abordadas pela geografia agrária, no diálogo com outras áreas do conhecimento, como a história, sociologia, antropologia. Fator este que contribui mutuamente para o avanço da ciência e também dos conceitos geográficos.

⁴ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6^a Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

O destaque a essa diversidade temática nos estudos relacionados à geografia agrária é posto por Sukuki (2007), “sobretudo por conta das possibilidades de aprofundamento de elementos presentes nas abordagens que precederam os anos 80, cujas raízes fortes e sólidas permitiram avançar, com segurança, em muitas reflexões” (p. 30).

Além daqueles debates já colocados anteriormente, como as preocupações com os sistemas de cultivo, habitação e paisagem rural, os temas abordados pela geografia agrária em seu percurso histórico envolvem, como bem salienta o autor ao pensar a gênese e diversidade desse ramo geográfico, a leitura acerca da desigual apropriação da terra no Brasil, debatendo os conflitos no campo; a apropriação capitalista da terra, especialmente em projetos de colonização; preocupações com os movimentos sociais e de luta pela terra, e reforma agrária; modernização da agricultura e complexos agroindustriais; êxodo rural; relações de trabalho e gênero; relação entre produtor agrícola e indústria. Acresentam-se também os estudos sobre o campesinato, contribuindo para o debate sobre as populações tradicionais; ou ainda os trabalhos sobre a agricultura familiar; além das pesquisas quanto a expansão das atividades não-agrícolas no campo. Prossegue, por fim, ao mencionar os caminhos da análise da relação campo-cidade, e da relação entre meio técnico-científico-informacional e agricultura (SUZUKI, 2007).

São estas, e outras mais, as questões suscitadas pela também diversidade de autores que propõem a leitura da organização do espaço e da relação que a sociedade estabelece neste a partir da geografia agrária. Cenário que a cada momento apresenta novos elementos a serem discutidos, pensando e interpretando cientificamente essa complexa realidade do campo com vistas a trazer respostas aos problemas colocados.

Bray (2007) destaca o amadurecimento científico dos geógrafos agrários em virtude dos referenciais teórico-metodológicos acumulados no século XX e início do século XXI. O autor elenca, do mesmo modo, as questões que devem ser discutidas na atualidade,

o trabalho infantil, o trabalho escravo e os direitos humanos universais dos trabalhadores; as novas tecnologias, que têm substituído a mão-de-obra humana; as políticas dirigidas à preservação das florestas; o avanço contínuo das frentes agropecuárias; o respeito aos territórios dos povos indígenas; o papel dos nossos órgãos de pesquisa voltados para a agropecuária; o destino do patrimônio genético nas mãos das empresas multinacionais; e, por fim, o processo monopolista do setor. (BRAY, 2007, p. 16).

Estes são os elementos que foram descortinados no processo histórico de configuração do campo brasileiro e da agricultura. Evidencia-se a preocupação com a abordagem ambiental, adequando-se à atualidade por ser um assunto discutido em diferentes esferas de modo a repensar a melhor forma de uso dos recursos naturais, e denunciar os problemas

gerados com o uso inadequado destes, que causam danos muitas vezes irreversíveis ao ambiente e à população.

É frente a tais elementos e à configuração socioespacial, desencadeados no decorrer da história do país, que se faz legítima a compreensão e contextualização dos movimentos sociais do campo e da cidade, com atenção específica aos envolvidos na questão agrária. É por meio das ações destes sujeitos coletivos que também se colocam visíveis os problemas provocados pelo processo histórico da formação territorial e consequentes contradições sociais, os quais são discutidos no âmbito geográfico.

Afirma Porto-Gonçalves (2006) que é possível construir uma teoria geográfica dos movimentos sociais considerando a experiência de homens e mulheres que, através das suas lutas, esperam mudar de lugar, “a esperança de construção de uma nova ordem éposta no centro do debate da sociedade contemporânea” (p. 21). Para o autor, movimento é literalmente mudança de lugar, e assim pensando, todo movimento social é portador de uma outra configuração social possível, em maior ou menor grau.

Para tanto remetemos novamente à década de 1970 a partir da incorporação do materialismo histórico e dialético, pois foi “no contexto das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do final da década de 1970 que ocorre a inserção de ideias relativas à valorização das ações políticas mais amplas no campo da pesquisa geográfica” (PEDON, 2013, p. 15). Questões que passam a ser colocadas em relevo e teorizadas nos encontros dos pesquisadores da Geografia em nível nacional.

O mesmo autor sustenta ainda que, foi em meados de 1980 que os movimentos sociais, a organização e efetivação das lutas populares, passam a ser alvo de interesses dos geógrafos brasileiros de modo mais sistemático, realidade que já tinha sido incorporada, principalmente nas Universidades, por outras ciências humanas, como a história e sociologia, vindo destas os principais referenciais teóricos.

Importante ressaltar que esse foi o período de abertura política do país, insurgindo nesse momento trabalhadores de diferentes setores reclamando coletivamente por direitos e salários, já que essa exposição de argumentos e enfrentamento timidamente voltava a ser possível a partir da redemocratização brasileira. No que concerne à realidade do campo, a luta tomaria novo impulso, dando continuidade à atuação principiada pelas Ligas Camponesas na década de 1950 na região Nordeste, ponto que foi crucial para o surgimento de outras organizações que hoje são consolidadas. Na primeira metade do século XX, foi da luta dos

foreiros⁵, dos pequenos rendeiros contra os proprietários que os queriam expulsar dos sítios ocupados, que surgiu o caso do engenho Galileia, na região da Mata Pernambucana, e que deu origem às famosas Ligas Camponesas lideradas pelo advogado e político Francisco Julião (ANDRADE, 1963).

Faz-se essencial a reflexão para compreender os movimentos sociais além de suas formas de organização, levando em consideração os processos que desenvolvem, os espaços que constroem e os territórios que dominam (FERNANDES, 2000). É neste conjunto de elementos que se configuram os estudos geográficos acerca dos sujeitos coletivos que imprimem suas ações e objetivos no espaço e no território, do mesmo modo que nestes manifestam-se também as estratégias de reprodução do capital, conformando assim o cenário de conflitos e disputas de poder.

Um movimento social só existe numa perspectiva de classe, quer dizer, se estiver inserido numa totalidade na qual a classe é uma categoria que engloba o conjunto de suas práticas concretas. [...] Sua real existência vai depender da capacidade dos envolvidos em se contrapor aos interesses que os mantêm numa situação de subordinação ou aos mecanismos que os mantêm fora dos processos decisórios. (PEDON, 2013, p. 46).

O movimento representa um grupo social, uma classe que se opõe a outra por meio de suas estratégias de ações, que está contextualizado no tempo e no espaço, conforme a conjuntura política e econômica, moldando assim as características que o delimitam como um movimento social e as bandeiras pelas quais luta. É nesse entendimento que se tem também os problemas levantados e que impulsionam o movimento nas diferentes formas de enfrentamento e resistência.

A partir de um resgate na história do Brasil, Gohn (2001) realizou um mapeamento das ações empreendidas nos séculos XIX e XX por diferentes classes e categorias sociais que lutaram por direitos ou bens e equipamentos considerados necessários, bem como das ações contra injustiças, discriminações ou atentados contra a dignidade humana, considerando para tanto cada fase histórica. É o que a autora denomina como um mapeamento da construção da cidadania das classes sociais no Brasil, com exemplos de revoltas, movimentos grevistas, estudantis e sindicais, passeatas contra aumento de passagens de ônibus já na década de 1980, entre outros. Este estudo oferece um apanhado das principais mobilizações, lutas e protestos

⁵ Com a crise do açúcar na primeira metade do século XX, os senhores de engenho costumavam dividir os engenhos em pequenos sítios e alugar a foreiros, que por sua vez cultivavam lavouras de subsistência e pagavam ao proprietário um pequeno aluguel anual. Com a posterior valorização do açúcar a partir do fim da grande guerra em 1945, estes foreiros começaram a ser expulsos dessas áreas para que a produção açucareira fosse retomada pelos senhores de engenho (ANDRADE, 1963).

no país e suas causas, revelando os problemas com os quais se defrontava a população no contexto socioeconômico e político brasileiro. E ao final afirma que a participação da população é um fato real, que gera aprendizados tanto ao povo quanto aos governantes, que reelaboram seus discursos e políticas (GOHN, 2001).

Ao tecer suas considerações pautando-se nesse trabalho, Pedon (2013) assinala que a cultura política gerada a partir dessas manifestações serviu à construção da cidadania do povo brasileiro, que por sua vez não se deu de forma linear, tendo avanços, retrocessos, perdas e ganhos que serviram à demarcação do campo de atuação política dos populares em cada momento, destes que nem sempre ficavam passivos aos desmandos e privilégios das elites. “É provável que essas ações resultassem, ao menos, de uma interpretação de sua situação de exclusão e exploração e da busca pelas condições de sua superação” (2013, p. 61).

Pela Geografia comprehende-se o espaço pensando também o sujeito, que constrói a história e a sociedade, pois o espaço é fabricado pelo sujeito, é produto deste. Nestes moldes, o movimento social é também articulador e motivador de transformações na sociedade e no espaço. Assim como é no espaço que as desigualdades são inscritas, é também nele que se organizam para lutar, e dele fazem uso político por meio das estratégias de ação, dentre elas as manifestações.

No intuito de compreender pela perspectiva e processos geográficos essas organizações coletivas que buscam as mudanças sociais, Martin (1997), Fernandes (2000) assim como Pedon (2013), dentre outros, elaboraram conceitos e reflexões que sustentam a análise aqui empreendida. O primeiro autor aborda suas reflexões dando atenção especial aos movimentos socioespaciais, aqueles que têm o espaço como trunfo, tratando, “sobretudo, do sujeito e da ação dos movimentos sociais, da reafirmação desta dimensão tão evidente, que foi contudo esquecida, e muitas vezes para os próprios geógrafos: a sua dimensão espacial” (MARTIN, 1997, p. 2).

Os outros dois autores dão continuidade à reflexão e abordam o conceito de movimento socioterritorial, aqueles que têm o território como trunfo, compreendendo os processos desenvolvidos e formadores destas organizações, na perspectiva da interação, considerando o território e/ou espaço com condição para a formação do movimento social.

O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. (FERNANDES, 2000, p. 68).

Essa organização e capacidade de atuação em diferentes lugares projeta o movimento e lhe fornece um caráter de maior abrangência, o que aumenta do mesmo modo seu poder de mobilização e também de visibilidade. No primeiro momento, considera-se a lógica de expropriação que faz da ocupação uma estratégia de resistência desses movimentos, ocupação que “corresponde a um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento socioterritorial” (PEDON, 2013, p 149). Portanto, a ocupação é uma prática definidora na construção desse conceito, que continua a ser aprimorado pelos diversos autores que buscam pensar as organizações coletivas pelo viés geográfico.

Desse modo, neste trabalho será utilizado também o termo *movimentos socioterritoriais* pautando-se nos estudos geográficos, ao tratar as organizações coletivas que imprimem por meio das manifestações suas reivindicações e buscam com isso as transformações na sociedade e no espaço. Mesmo que a análise das manifestações, objeto do estudo, tenha referência maior ao uso dos diferentes espaços políticos, a essência do movimento busca a conquista da fração do território, somada às outras demandas do grupo que visam a permanência nesse território conquistado e a garantia dos direitos básicos da cidadania, logo justificando a escolha.

Esta exposição dos caminhos trilhados pelos estudiosos da Geografia nos ampara numa noção geral de como foi construída e foi se consolidando esse ramo da ciência. A Geografia e seus conceitos, especialmente a geografia agrária, apoiada em outras áreas do conhecimento científico, se configuraram na base para situar a temática e responder diversas questões que se colocam diante desta pesquisa, que busca compreender a questão agrária atual, a luta pela terra especificamente em Minas Gerais, e a atuação dos movimentos sociais ou socioterritoriais nessa realidade. Desse modo, seguimos com a discussão.

1.2 Configuração da questão agrária: elementos históricos e recentes

O sistema de posse e uso da terra foi sempre, desde o período colonial, um motivo de tensões e lutas no meio rural brasileiro.⁶

O ponto inicial para delinear nosso debate perpassa pela análise da questão agrária, tema que sempre esteve presente na história do Brasil, pensando principalmente na perspectiva da formação do território brasileiro. Esse conteúdo carece ainda de discussão por se perceber que as condições de trabalho e de vida dos sujeitos que vivem no campo, e da

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Duas Cidades, 1980.

terra provêm o sustento familiar, não atingiram um grau econômica e socialmente adequado, permitindo-os usufruir dos meios de produção e dos lucros do próprio trabalho.

Isso por entendermos que a questão agrária diz respeito ao desenvolvimento do campo, fator que responde diretamente ao desenvolvimento econômico do país, uma vez que a agricultura movimenta sobremaneira a economia brasileira. Consequentemente dizemos também do desenvolvimento social, pensando a população que vive no campo e da agricultura, e do mesmo modo a população das cidades, abastecida pelos alimentos do campo e pela matéria-prima base para produtos industrializados. Indústrias estas, que por sua vez, são localizadas também no campo para otimizar a logística da proximidade com a matéria-prima a ser processada, aumentando a rentabilidade do processo produtivo.

Ou seja, ao pensar a questão agrária, vamos identificando até onde incidem os fatores que a envolvem, seja no campo e na agricultura diretamente; na relação campo-cidade, pensando estes como indissociáveis; o desenvolvimento brasileiro; produção de alimentos e de matéria-prima; industrialização, entre outros. Estes são, dentre outros mais, os termos que identificamos na temática que se pretende discutir.

Oliveira (1999) destaca que o processo de desenvolvimento da agricultura, sobretudo pela via da industrialização, tem eliminado a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, a agricultura e a indústria. Os camponeses também lutam na cidade procurando obter melhores preços para seus produtos, ou vantagens creditícias e/ou técnicas que possam garantir as condições para continuarem produzindo com sua família na terra. A cidade, pois, é “palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (p. 104).

Primeiramente, compreendemos que a questão agrária ainda está em pauta de discussão por existirem fatores contraditórios nessa realidade, como por exemplo, condição inadequada de vida e trabalho de quem vive no campo, pois não foi a maioria dessa população que teve acesso às inovações tecnológicas ou a créditos para acompanhar a modernização da agricultura, pelo contrário, foi uma minoria. Quem não conseguiu participar desse processo, ou foi expropriado de suas terras e migrou para a cidade, ou se submeteu à alienação de sua força de trabalho em propriedades alheias.

O acesso e uso da terra é uma das dimensões da questão agrária. Daí, adentramos no contexto da estrutura fundiária brasileira, retomando a noção do quão concentrada é essa terra sob domínio da minoria. Talvez mais emblemático ainda seja pensar que essa configuração

fundiária pouco se alterou no decorrer dos séculos, e mais ainda, perceber que não é interesse político, pelo menos fica evidente, alterar essa realidade.

Como colocado na afirmação do início deste capítulo, essa estrutura de posse e uso da terra sempre foi determinante das tensões e lutas no meio rural, realidade que perdura ainda hoje.

Quando se estuda a questão agrária, quer do ponto de vista teórico, quer de um ponto de vista empírico, de análise do problema em determinadas áreas e em certos momentos históricos, observa-se que um dos problemas mais sérios, mais difíceis é o da forma como se distribui a propriedade da terra, entre os habitantes de um país ou de uma região, ligado ainda ao problema da maior ou menor facilidade de acesso à propriedade da terra, por parte de agricultores não-proprietários. (ANDRADE, 1980, p. 15).

Essa forma de distribuição da propriedade da terra, que indica o nível de concentração fundiária do país, indica do mesmo modo a concentração de renda, da riqueza proveniente do uso dessa terra, e traz consigo consequências mais profundas, implicando no antagonismo dentro da população que vive diretamente essa realidade, de um lado a minoria que detém essas terras e riquezas, e principalmente poder político, e do outro a maioria que vive à margem desse acesso e vende sua força de trabalho. O alerta a essa questão foi feito também por Prado Jr na década de 1960, oportunidade na qual sinalizou que

por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como as demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. (PRADO JR, 1979, p. 15).

Disso decorrem a pobreza e as condições inadequadas de trabalho e vida no campo, agravando ainda mais essa realidade. Tudo isso conforma um problema explorado pelos estudiosos da questão já nas décadas passadas, e que ainda hoje existe face às insuficientes mudanças empreendidas, que na maioria das vezes foram conquistadas perante a resistência dessa maioria.

Dizemos das mudanças insuficientes principalmente devido à pouca atuação do Estado voltada especialmente para resolver essa concentração de terras que gera mais pobreza, pois este é responsável em promover, ou não, as devidas soluções para os problemas agrários brasileiros, e considerando que o próprio Estado é articulado pela minoria que detém posse e riqueza da terra, há de se compreender os motivos pela não alteração da estrutura fundiária.

A principal resposta ou alternativa apresentada por quem analisa esse contexto agrário está na efetivação da reforma agrária, por outro lado dita não praticável pelos que entendem

ser a grande propriedade a responsável pelo desenvolvimento e progresso econômico do país. Inicialmente como redistribuição de terras, e com o aprofundamento de sua compreensão, pautada também em políticas de acompanhamento e orientação junto aos agricultores. Trata-se não pura e simplesmente em distribuir terras aos que dela necessitam, mas principalmente dar subsídios para se manter na terra.

Armado do Estatuto da Terra poderia o Governo ter intensificado o processo de reestruturação agrária, em vez de vir intensificando o processo de concentração fundiária, uma vez que a reforma agrária não é a simples divisão de terras, mas a divisão acompanhada de uma política de orientação dos agricultores e de informação para modernização da atividade agrícola. (ANDRADE, 1980, p. 46).

No entanto acontece o movimento contrário, onde existe sim o subsídio e apoio do Estado à agricultura e aos agricultores, já que esta é atividade primordial para a economia brasileira, mas que atende sobremaneira aos mais capitalizados entendidos como maiores geradores de lucros. Assim, há na verdade a manutenção da estrutura e além disso, a incorporação cada vez maior de terras, em que pese seu caráter mercadológico, aos já proprietários. O mesmo autor observa que, no Brasil, “o sistema da grande propriedade latifundiária, monocultora, voltada para o mercado externo e, mais recentemente, para o abastecimento dos centros urbanos e empregadora de mão-de-obra barata, vem sendo intensificado cada vez mais” (p. 46). É contrário a este contexto que lutam os movimentos sociais.

Não se trata de uma reforma na estrutura agrária de maneira uniforme e homogênea, e nem há tal possibilidade, visto a diversidade do território brasileiro e as diferenças regionais impostas principalmente pelo modo que foi administrado o desenvolvimento. Cada região e localidade exige um conhecimento e uma prática diferenciados, respeitando suas características para se pensar a melhor forma dessa reorganização agrária. Mas para tanto é necessário o interesse dos que governam o país. Se não há o interesse, haverá luta e resistência.

Ao situar a questão agrária brasileira, Prado Jr (1979) a estabelece no conjunto de fatores que envolvem a situação de pobreza da população rural brasileira causada pelo tipo de estrutura agrária, que consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária. Vai além, criticando aqueles que situavam o assunto naquele momento apenas pelos aspectos comerciais, técnicos e financeiros das atividades agrárias, relegando à pouca importância a análise das condições de vida da população rural e das relações de trabalho aplicadas na agricultura. Para o autor, os problemas agrários, assim como qualquer outro problema social,

têm no aspecto humano a sua questão central, e por isso devem ser considerados em principal análise o homem e a posição que este ocupa nas atividades agropecuárias, configurando todas as questões a serem analisadas com base nesse elemento central.

A questão agrária é essencialmente uma questão política, característica do mundo contemporâneo (MARTINS, 1997). Logo, a alternativa proposta, a reforma agrária, também é primeiramente política, no desafio de criar condições econômicas, sociais, políticas e também culturais, àqueles que vivem no campo para assim participarem do desenvolvimento do país.

A questão agrária não está apenas em sua causa na concentração fundiária; ela está também em suas consequências sociais urbanas. É uma questão agrária porque há no país uma alta e, sobretudo, irracional concentração da propriedade da terra, inutilmente, nas mãos de uma população muito diminuta de grandes proprietários. Esses proprietários usam suas terras, quando as usam de modo economicamente correto, estimulados pelo Estado, através do emprego de tecnologia sofisticada, de altos financiamentos subsidiados, etc. (MARTINS, 1997, p. 24).

Revelam-se as consequências sociais urbanas devido a essa expulsão do campo causada, entre outros fatores, pelas transformações das relações de trabalho, e aqueles que perdem suas terras ou perdem o direito de viver nas propriedades que trabalham, destinam-se, sem outra alternativa, para as cidades. E assim, vão se formando os problemas sociais também nas cidades, característicos da segunda metade do século XX, espaços que não estavam preparados para receber esse contingente que buscava moradia e trabalho.

Acentuando-se a aplicação do modelo capitalista, na década 1971/80, ocorreu que nem a reestruturação agrária foi estimulada, tendo toda a política acionado o dispositivo de mera modernização, favorecendo a formação de grandes empresas capitalistas, a penetração das empresas transnacionais na exploração agrícola e a proletarização e empobrecimento do trabalhador rural. (ANDRADE, 1980, p. 89).

O processo de modernização a partir da política agrária não visou a mudança nas estruturas de poder, muito menos teve a participação das classes menos favorecidas. Pelo contrário, continuou favorecendo as classes dominantes e consolidou a dominação do latifúndio, caracterizado como improdutivo e espoliador naquele momento e nas décadas seguintes.

O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, implantado pelos governos militares (1964-1978), pretendia a aceleração da modernização da agricultura baseada na grande propriedade, principalmente a partir de créditos e subsídios. Devido a esse modelo, para alguns setores da agricultura houve a modernização tecnológica, passando a depender cada vez mais da indústria produtora de insumos e menos dos recursos naturais, e ao mesmo

tempo causando profundas transformações no campo. Se de um lado aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja, e também intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados, em contrapartida agravou a situação da agricultura de base familiar, representada pelos pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros, entre outros. Estes continuaram excluídos da política agrícola. Conhecida como modernização conservadora, essa política promoveu o crescimento econômico da agricultura concentrando ainda mais a propriedade da terra, e expropriou milhões de pessoas que migraram para as cidades e outras regiões do país (FERNANDES, 1999).

A propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia, o que torna ainda mais difícil resolver os problemas revelados na questão agrária. Grandes grupos econômicos, bancos, empresas nacionais e multinacionais, todos têm interesse na propriedade da terra. A proposta de reforma agrária é sinônimo de desafio aos interesses dessa elite, já afirmava Martins na década de 1990, principalmente considerando o período do regime militar. Se naquela época era assim interpretado, nos dias atuais é, possivelmente com maior intensidade, mais difícil efetivar essa reestruturação agrária, que se contrapõe aos interesses dessa minoria detentora de poder político e econômico, que acima de tudo exerce forte influência nas decisões do Estado.

Há dois lados de resistência desse processo: os que resistem para não serem efetivadas as reformas de base, neste caso da estrutura fundiária visando a equidade no desenvolvimento social da população, e do outro os que resistem contra esse grupo e são atingidos diretamente por ele, seja pela expropriação ou pela falta de acesso à terra. Se medíssemos pelo fator quantidade, o segundo grupo estaria em benefício por ser maioria. O problema está que o embate é medido pela representação política que a elite proprietária de terras influi na gestão pública e automaticamente no desenvolvimento e implementação de políticas públicas. O primeiro grupo não é expressivo em número, mas sim em influência nessa correlação de forças.

A reforma agrária se constitui em dois principais pilares, a política fundiária e a política agrícola (OLIVEIRA, 2007). A primeira se refere ao conjunto de normas que definem o processo de apropriação privada da terra, como por exemplo os limites de tamanho da propriedade, bem como as normas que regulam os encargos e o uso da terra. O segundo pilar, a política agrícola, especifica as ações de governo

que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nestas ações: educação e saúde públicas, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias, etc. (OLIVEIRA, 2007, p. 71).

Estes são os elementos fundamentais a serem implantados por meio da reforma agrária, num conjunto de ações governamentais a partir de programas que estudem e considerem as características específicas de cada região. Vale destacar que, num país de extensão territorial tal qual é o Brasil, essa política de reestruturação não deve ser enrijecida para toda e qualquer região, pelo contrário, exige-se respeitar as especificidades tanto físicas quanto humanas de cada parte, de modo a se adequar a todos os aspectos envolvidos neste contexto.

Fernandes (2013), analisa que as conjunturas político-econômicas mudam a questão agrária, gerando novos problemas sem eliminar o problema central, que é a desigualdade socioterritorial acompanhada da expropriação. Com as mudanças nos diferentes momentos da história, são criados novos desafios tanto para quem vive a realidade quanto para quem a estuda.

Dessas mudanças surgem novos elementos com a permanência dos antigos elementos sem que sejam mais os mesmos, porque foram transformados pelo novo. O latifúndio e a reforma agrária são exemplos de permanência e atualidade. Mas são diferentes do que foram nas décadas de 1950 ou 1980. Destacamos a formação de um novo elemento, o agronegócio, que modificou ambos. (FERNANDES, 2013, p. 29).

O agronegócio, forma de organização do capital, necessita cada vez mais de terras para a produção de *commodities* e ampliação da capacidade produtiva. Se antes o latifúndio, muitas das vezes sinônimo de improdutivo e especulativo, era o principal representante do capitalismo no campo, na década de 1990 em diante altera-se esse cenário, tornando-se o latifúndio altamente produtivo por meio do agronegócio, muitas vezes gerido por grandes empresas multinacionais para atender ao mercado global. É o latifúndio moderno-colonial, como afirma Porto-Gonçalves (2009), que para se territorializar, desterritorializa populações indígenas, quilombolas e camponesas, e repreende a luta pela terra com violência.

“Entramos o século XXI com a questão agrária ainda mais acirrada, propagando sua essência de desigualdade, dominação por subalternidade, expropriação e resistência” (FERNANDES, 2013, p. 30). Esse novo modelo de agricultura, pautado na concentração e exploração dos recursos naturais, incita ainda mais as disputas territoriais. O autor acredita

que a questão agrária deste século terá como destaque a soberania alimentar, envolvendo a produção e qualidade dos alimentos.

Nesses termos, identificamos as questões ambientais também como elementos que configuram tal realidade. O intensivo uso de agrotóxicos e a técnica de transgenia na agricultura; o extensivo uso das terras para atender ao modelo agroexportador em substituição à produção de alimentos; problemas de acesso à agua, necessária tanto ao homem quanto à agricultura; os grandes projetos que interferem sobremaneira na dinâmica da natureza, tudo isso conforma elementos a serem debatidos na questão agrária, colocados principalmente pelos movimentos socioterritoriais.

Para Girardi (2008), as causas defendidas pelos movimentos socioterritoriais representam o que existe de mais atual na questão agrária. Ao abordar sobre o MST, o mais expressivo no Brasil, o autor afirma que para eles

a questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio-ambiente (água, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica. O MST, através de suas ações, luta pela solução dos problemas concernentes à questão agrária, questionando o governo, as grandes empresas, os fazendeiros e a sociedade acerca das práticas socialmente injustas e ambientalmente predatórias disseminadas no campo pelo modelo agrícola dominante – o agronegócio. O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no campo, na cidade e na floresta a partir da resolução dos problemas da questão agrária. (GIRARDI, 2008, p. 114).

Tanto este movimento, quanto as demais organizações coletivas de atuação nacional, regional ou local, são os principais responsáveis por manter em foco a discussão dos problemas agrários, entendendo que sem o desempenho destes, o tema seria pouco ou nada debatido, acortinado pelos interesses dominantes. Ao se organizarem em atos públicos, ou ocupando terras, ou em reuniões com órgãos públicos, colocam em evidência as desigualdades sociais ainda existentes no país.

Dentro de todo esse contexto, Minas Gerais apresenta suas especificidades. Localizado na região Sudeste, é um estado de grande extensão territorial, o quarto maior em km², ficando atrás de Amazonas, Pará e Mato Grosso. A análise da estrutura fundiária mineira está atrelada às transformações do Cerrado brasileiro⁷, a partir, entre outros fatores, da expansão da

⁷ O estado de Minas Gerais é composto por três biomas: Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, sendo predominante o bioma Cerrado na maior parte da área territorial mineira.

fronteira agrícola com a incorporação de novas áreas e inserção do estado no cenário nacional de produção agrícola, com consequente intensificação do agronegócio.

Analisando a modernização da agricultura no cerrado, Cleps Junior (1998) sinaliza que é necessário considerar a estratégia de expansão capitalista adotada pelo estado mineiro, para então compreender o processo que provocou a especialização da produção agrícola de Minas Gerais, a partir da incorporação de terras baratas do cerrado pautada nos incentivos para criação de infraestruturas, correção dos solos e alta mecanização. Prossegue o autor afirmando que a implantação de projetos estratégicos no cerrado é uma forma de assegurar a apropriação monopolista do espaço. “A centralização das terras nas mãos do Estado e sua redistribuição controlada são uma das bases do seu fortalecimento” (p. 125).

Indispensável é assinalar a estratégica posição geográfica do estado mineiro no território brasileiro, caracterizando as condições que o tornaram área de interesse econômico a partir da agricultura. Próximo aos grandes centros urbanos e industriais, que consequentemente se tornaram centros políticos, como São Paulo, Rio de Janeiro, e posteriormente Brasília, sua localização foi um fator primordial para inserção no cenário nacional. Além de dispor de uma importante malha rodoviária, especialmente na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, limítrofe com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, fator determinante para o escoamento da produção agrícola rumo aos portos para exportação.

Os programas e políticas governamentais dirigidos para expandir a agricultura capitalista nas áreas do Cerrado servem de base na compreensão do contexto agrário de Minas Gerais. Os principais programas de desenvolvimento regional, de abrangência também em outros estados, foram o Programa de Crédito Integrado (PCI) para a incorporação dos Cerrados (1972-75), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP (1973-74), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO (1975-1979), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, este iniciado em 1978 e composto por outras fases nas décadas seguintes (CLEPS JUNIOR, 1998).

As ações governamentais por meio dos programas de colonização e exploração agrícola resultou na conquista dessas áreas do Cerrado, tornando-as uma das maiores produtoras de *commodities* para o mercado internacional. A ampliação da fronteira agrícola, a partir dessa modernização do campo, gerou transformações na utilização das terras, substituindo as grandes pastagens por monoculturas como a soja e milho, destinadas à

exportação. Tudo isso inseriu a região na competitividade agrícola brasileira, tornando-a representativa no contexto do agronegócio e alvo de interesses econômicos.

Por outro lado, essas transformações que consequentemente aumentaram a produtividade, contribuíram também para o aumento do êxodo rural e da concentração fundiária no estado mineiro, aprofundando as desigualdades, processo característico do modo de produção capitalista. Esse desenvolvimento marginalizou do processo produtivo parte da população, visto que muitos venderam suas pequenas propriedades devido a especulação do preço da terra ou foram inseridos como mão-de-obra. Destaca-se também a substituição do trabalho pela mecanização da agricultura.

Desse modo, verifica-se os elementos que caracterizam a questão agrária em Minas Gerais, mais uma vez tendo como ponto central a concentrada estrutura fundiária, e suas consequências tais como o êxodo rural e exclusão econômica, a agricultura capitalista representada hoje pelo agronegócio e a influência de capitais internacionais.

1.3 Disputas pelo território e seus desdobramentos

Em todos os casos os atores se verão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação.⁸

Além de se configurar como um conceito de análise da ciência geográfica, o território é fundamental também para compreendermos os conflitos pelo uso e posse da terra no campo brasileiro, e especificamente em Minas Gerais. No processo de luta pela terra, é no e pelo território que os conflitos acontecem, pois este representa modos de vida e referência de identidade, e é também por estes elementos que a resistência se mantém. Além disso, pensar uma reestruturação fundiária a fim de desconcentrar a terra, que é uma das reivindicações expostas pelas manifestações aqui analisadas, é pensar na reorganização do território.

Entende-se que o território se estrutura no espaço; este é anterior ao território. Ele resulta de uma ação humana que estabelece relações ao se apropriar de um espaço e territorializá-lo (RAFFESTIN, 1993). O território é o espaço físico construído socialmente, modificado, adaptado às necessidades dos sujeitos e grupos sociais nele instituído, marcado

⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

por relações de poder legitimado pelo grupo. “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território” (SOUZA, 2000, p. 111).

Haesbaert (2004) fundamenta o conceito de território em três lógicas principais. Na primeira, jurídico-política, o território é um espaço delimitado e sobre ele é exercido um poder, em especial do Estado. A outra lógica, cultural, prioriza questões simbólicas e mais subjetivas, e neste aspecto se torna produto da apropriação feita por meio da identidade social sobre o espaço. Por fim, a terceira lógica é econômica, na qual o território se destaca como produto espacial do choque entre classes sociais e da relação capital-trabalho. Esses três elementos integram-se num mesmo conjunto de relações socioespaciais, compondo uma territorialidade ou uma espacialidade complexa. Esta pode somente ser compreendida a partir das três lógicas justapostas.

A forma mais emblemática é o Estado-nação representado pelo território nacional. De um modo geral, este é um espaço geográfico apropriado, contido de recursos naturais, sistemas e fluxos tais como malha rodoviária, ferroviária e hidroviária, serviços comerciais, sociais e de lazer, modificado constantemente pela população nele estabelecido e gerido por um determinado sistema político. A escala nacional representa um território, que também contém outros territórios em menor dimensão, tais quais estados, municípios, regiões e representativos de grupos sociais, entre outros. Dessa forma, o conceito de território deve abranger mais do que o território do Estado-Nação (SOUZA, 2000).

Fernandes (2008) propõe uma tipologia de territórios, pensando em diferentes tipos organizados em diversas escalas geográficas, que devem ser considerados dentro de um plano de desenvolvimento territorial, por exemplo. Essa ideia busca ir além da concepção do território como espaço de governança, não ignorando os diferentes territórios existentes no interior deste.

Para tanto, estabelece três tipos de territórios, sendo que o primeiro é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas, quais sejam, nacional, regional, estadual, municipal, distrital. Já o segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades privadas capitalistas ou não capitalistas, sendo este uma fração do primeiro. E por fim o terceiro território, estruturado por diferentes espaços controlados por relações de poder, e produzidos no primeiro e segundo territórios (FERNANDES, 2008). É a partir dessa lógica que o autor busca compreender as conflitualidades das disputas pelos territórios entre modelos de desenvolvimento, especialmente em relação aos modelos do agronegócio a partir da produção de monoculturas em grande escala e suas características exploratórias, e ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, pautado principalmente no

trabalho familiar e na biodiversidade. “Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. [...] Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade” (p. 282).

As disputas territoriais, que também têm caráter social, são tema de profundos debates dentro das pesquisas científicas. Isso pelo fato do território se estruturar como palco e objeto de conflito, e consequentemente sinônimo de conquista e poder. Nesta perspectiva é que se comprehende a disputa territorial dentro da questão agrária, na qual de um lado tem-se atualmente o agronegócio, representativo do latifúndio que permanece e sua incessante corrida por terras, e do outro a agricultura pautada pelo trabalho familiar, composta por sujeitos que não foram contemplados nesse desenvolvimento do campo, dito desigual e contraditório.

É o que apresenta Cleps Junior, afirmando que as disputas territoriais são consequências dos interesses conflitantes sobre o uso e a ocupação de um mesmo território. “Compreender as transformações territoriais no processo de desenvolvimento da agricultura contemporânea é questão central das pesquisas” (2010, p. 37). As análises e concepções do território permitem o entendimento quanto aos processos e agentes que se colocam no embate em defesa de seus interesses, das forças e estratégias, desigualdades sociais, contradições e desdobramentos da apropriação do espaço, e qual parcela detém da maior atenção do Estado.

O domínio de empresas multinacionais que alcança e se estabelece em outros países além do seu de origem também se configura nesse contexto, controlando ou participando do controle de extensas áreas, ignorando até mesmo as fronteiras políticas. Não por acaso que por diversas vezes são as empresas multinacionais, que dominam uma determinada produção agrícola ou comercializa produtos químicos, o palco de diferentes manifestações dos movimentos socioterritoriais.

Milton Santos analisa o território como o território usado, não apenas como um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

Quando pensamos essa concentração de terras e consequente expropriação da população, remetemos exatamente à essa noção de ser retirada de seu território, do lugar de identidade e pertencimento construído por essas mesmas populações, que usufruem dos recursos naturais e estabelecem relações entre si e com a própria natureza onde estão

enraizadas. Se, por forças externas e falta de alternativas o indivíduo perde esse vínculo, perde automaticamente sua identidade, seu sentimento de pertencimento a esse território e a suas referências simbólicas.

É o que Haesbaert (2007) analisa como processo de desterritorialização, que neste caso envolve alguns dos grupos mais expropriados, aqueles que estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido básico de “terra”, base material da reprodução social e fonte de sobrevivência. “Sem-terra, sem-teto, indígenas...muitos são os grupos ‘excluídos’ que entram nessa categoria de desterritorializados *stricto sensu*” (p. 62). Ainda para o autor, desterritorialização é um processo de exclusão socioespacial.

Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Esse sistema econômico concentrador, representado no contexto desta pesquisa pela agricultura capitalista e mais especificamente pelo agronegócio, apropria-se cada vez mais dos territórios de diferentes comunidades que têm nessa terra seu lugar de vida e de experiências sociais, alterando o caráter de uso ou regime da propriedade. Envolvendo por sua vez o trabalho, são destruídas relações de produção até então praticadas, a partir da precarização e proletarização de trabalhadores. Daí são expressas as conflitualidades dessa realidade.

A lógica contraditória do capital monopolista ao mesmo tempo constrói e destrói formações territoriais, ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização (OLIVEIRA, 1999). Como colocado pelo autor, o território é produto concreto da luta de classes imposta pela sociedade capitalista, que por sua vez está assentada em três classes sociais fundamentais: proletário, burguesia e proprietários de terra. Ao produzir e reproduzir sua existência, a sociedade trava essa incessante luta de classes que traz como produto, seguindo nesta perspectiva, o território.

Os interesses conflitantes e as contradições no campo são revelados nas formas de produção da agricultura empresarial, capitalista, *versus* a agricultura camponesa, de base familiar. Na primeira, a produção é pautada num elevado investimento em insumos, tais como fertilizantes, aquisição de sementes e mudas selecionadas, como por exemplo, soja, milho ou eucalipto. Além disso, configura-se num território homogêneo, não havendo diversidade de produção somado a uma pequena quantidade de trabalhadores no processo produtivo. No sentido contrário a essa perspectiva, a agricultura camponesa tem como base a reprodução da

família, onde o território é diversificado em termos de cultivos, bem como no envolvimento de pessoas, uma vez que toda a família é comprometida com o processo produtivo.

Fernandes (2008) sinaliza as diferentes relações sociais a partir das quais são organizados os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio. Enquanto este organiza seu território para produzir mercadorias, o outro é pensado primeiro para a própria existência, desenvolvendo todas as dimensões de vida dos camponeses. Essas diferentes características são expressas na paisagem, onde

A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto que a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadorias, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e neste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 285-286).

Os modos de apropriação do espaço, expressos nessa diferenciação, caracterizam a territorialização de ambos os tipos de agricultura. Cada um evidencia uma forma diferente de uso e ocupação do território, e nesse embate se enfrentam defendendo seus interesses. Esses diferentes graus de desenvolvimento identificados no campo, representados pelo agronegócio, latifúndio e campesinato, que revelam as disputas territoriais notadas pela intensa conflitividade, demonstram também que o agronegócio controla os recursos e investimentos necessários para garantir e expandir seu domínio, fazendo com que a luta pela terra seja o principal instrumento de enfrentamento em busca da conquista pelo território.

Essa disputa por modelos de desenvolvimento para o campo é entendida pela análise dos paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária (PCA e PQA), abordados por diferentes autores, dentre eles Fernandes (2008). No primeiro predominam análises em que as referências são somente as relações capitalistas, não ultrapassando os limites do sistema. “O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais” (FERNANDES, 2008, p. 291).

Já o PQA explora conceitos e procedimentos para compreender a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais, aprofundando suas críticas ao sistema capitalista que intensifica as desigualdades. Busca compreender as perspectivas do desenvolvimento territorial rural tendo como referências as contradições e as

conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. Neste raciocínio, “as perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas” (FERNANDES, 2008, p. 291).

No contexto da luta pela terra, as manifestações são compreendidas dentro da análise do PQA, uma vez que compõem as estratégias de enfrentamento e resistência ao sistema capitalista e seus modelos impostos, propondo ao mesmo tempo alternativas de desenvolvimento mais populares que superem as desigualdades sociais.

Dentro da análise das disputas territoriais, para Cleps Junior (2010), a concepção de território serve como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais, que por sua vez contribuem para a consolidação das relações capitalistas e consequente enfraquecimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. “Intensificam-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir” (p. 38).

Uma das dimensões dessas disputas no estado de Minas Gerais é referente à produção de agrocombustíveis, expressiva no cerrado mineiro onde é identificada a recente expansão das agroindústrias canavieiras, como é o caso da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba⁹. Se estruturando como grande produtora de derivados da cana-de-açúcar do interior do país, a região se destaca no cenário econômico.

Essa atividade direcionou o interesse dos investidores, nacionais e estrangeiros, devido aos incentivos do uso do etanol como combustível, tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais. A disputa é em torno do acesso e controle da terra, dos recursos naturais disponíveis, das características físicas adequadas ao plantio e ao uso de maquinário, entre diversos outros fatores que acirram o embate. A produção canavieira, ao lado de outras monoculturas tais quais soja, milho e café, se enquadra no exemplo do tipo de território do agronegócio.

Promovendo o projeto contrário aos interesses do capital, os movimentos socioterritoriais resistem por meio das ocupações de terras, acampamentos e manifestações, reclamando por seus direitos e conquistando os assentamentos rurais como resultado da luta empreendida. É em virtude das lutas dos movimentos, muito mais do que das políticas

⁹ Sobre a dinâmica das agroindústrias no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG), além de Cleps Junior (1998), ver também CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro:** a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

públicas, que são criados os assentamentos de reforma agrária em todo o país, bem como no estado de Minas Gerais. É nos termos de compreensão dos diferentes territórios que se comprehende também a formação do território do assentamento, carregado de significados que vão além da concepção de unidade territorial obtida por programa de reforma agrária.

É nesta fração do território, conquistada na luta, onde são recriadas as relações sociais do campo, onde há também o desafio de se manter na terra e nela trabalhar para o próprio sustento. A partir da criação do assentamento, é concretizado o processo de territorialização daqueles que lutam pela redistribuição da terra. Entendemos que o assentamento se torna um instrumento de combate ao desenvolvimento desigual até agora imposto no campo, e que está em permanente disputa contra o capital.

1.4. A luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais: análise das ações coletivas no estado de Minas Gerais

São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade¹⁰

A resistência dos que lutam pela terra está expressa em diferentes ações, em formas distintas e num movimento constante, e por isso são caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, transformando a sociedade. Como se viu até aqui, não faltam razões para que exista, ainda hoje, o processo de luta pela terra e de resistência na terra, seja no Brasil ou considerando outras escalas, como o estado de Minas Gerais.

Por que as manifestação? Por que as ocupação? Porque no Brasil existe a lei da Reforma Agrária, mas é só no papel. Aí, pra acontecer a Reforma Agrária não é o governo que faz, não é o Estado que faz, somos nós os sem-terra que faz, nós ocupá reivindicando a desapropriação, nós faz a manifestação por algum motivo, para desapropriar, pra assentar todas as famílias. (ENTREVISTADO A, 2015).

Por meio das ações territoriais e coletivas, os movimentos sociais criam atos políticos, e não apenas estes se envolvem pelo desejo em diminuir as desigualdades socioeconômicas e de realização da reforma agrária, mas sim toda a sociedade é inserida neste contexto, mesmo que não ativamente. “*A luta representa pra mim a minha vida. E a esperança de que nossos recursos naturais e a produção agrícola saudável do Brasil sejam usados a benefício dos brasileiros/as*” (ENTREVISTADO D, 2015).

¹⁰ FERNANDES, 1999, p. 22.

De modo constante assistimos à divulgação das ocupações ou manifestações, e até mesmo quanto à situação das famílias acampadas que esperam por anos pelo assentamento. É por esses e outros fatores que se dá a importância das ações dessas organizações coletivas, que é a representação concreta destes atores que atuam pela democratização do acesso à terra. A pressão promovida em busca do desenvolvimento social e econômico do campo impulsiona, de fato e mesmo que aos poucos, a tomada de decisões por parte dos órgãos públicos responsáveis.

Diversas foram as marcas históricas da luta pela terra no Brasil, com conquistas e derrotas que assinalaram a continuidade desse processo.

Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado por vezes por irrupções bruscas, eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade. (MEDEIROS, 1989, p. 211).

Ao se constituir como sujeitos de sua história a partir das ações coletivas, alcançam do mesmo modo o reconhecimento pelos seus direitos civis, políticos e sociais. Conforme apresenta a autora, é a partir desses caminhos construídos ao longo dos anos, que esses sujeitos buscaram superar a desigualdade real e a situação de subordinação e exclusão a que sempre foram submetidos, e principalmente se projetar como atores políticos descontinuando novas questões à sociedade, problematizando os espaços e mecanismos de poder.

Um dos grandes marcos temporais no decurso de uso e ocupação do território e a consequente luta pela terra é em meados do século passado. Entre 1945 a 1964 foi um momento em que vieram à luz diversos conflitos no campo, e que a sociedade experimentou um primeiro ensaio democrático, mesmo marcado por diversas restrições políticas. Trabalhadores do campo não haviam ainda conquistado direitos até então obtidos pelos trabalhadores urbanos; a intensa industrialização colocava em discussão os projetos de desenvolvimento para o país; questões estas que configuraram o período e fizeram emergir as lutas e várias organizações, colocando a questão da reforma agrária na ordem do dia (MEDEIROS, 1989).

O período do regime militar, como bem sabido, foi o momento de profunda coerção a qualquer organização coletiva existente e ao debate político em geral. Lideranças das Ligas

Camponeses, expressão principal dos movimentos organizados da época, foram fortemente perseguidos e muitos assassinados por latifundiários ou militares, adensando ainda mais os números registrados dos assassinatos no campo daquele período. Entretanto, aquele momento histórico, tanto quanto antes, revelava aos brasileiros a necessidade igualmente histórica da reforma agrária.

Reforma reivindicada pelos trabalhadores organizados. Reforma que viria ampliar as possibilidades de aumento na produção de alimentos para o país. Reforma que poderia ser instrumento de contenção do forte processo migratório para os centros urbanos. (OLIVEIRA, 1994, p. 31).

O conhecimento dessa história demonstra que os fatos foram contrários a estes. O modelo implantado sob o comando militar para acelerar o desenvolvimento econômico do país foi pautado pela grilagem de terras, grandes projetos agropecuários e extrema violência, que totalizou nessas duas décadas de ditadura 1.106 assassinatos no campo, com registro em todos os estados brasileiros¹¹. Há de se destacar o papel da Igreja Católica, principalmente a partir da criação da CPT em 1975, uma entidade de apoio à luta e à organização popular. Inicialmente, sua atuação se concentrou nas regiões onde a questão da terra estava mais crítica, e foi-se expandindo para todo o país.

Ressurgindo à cena política na redemocratização do país pós 1985, a luta pela terra vem desenhando novos contornos de estratégias e resistências, recolocando o tema na pauta do dia. Mas devemos entender, mais uma vez, que essa luta não é pela terra pura e simplesmente, mas sim pelas diversas dimensões da vida e do cotidiano tendo como base a terra para trabalho e sobrevivência. E por isso, não apenas os movimentos sociais são responsáveis pelas mudanças, mas sim todos os grupos que viviam da terra e dela foram e ainda estão sendo expulsos, inseridos ou não em organizações oficiais, dentre eles os trabalhadores rurais assalariados, boias-frias, posseiros, sem-terra (OLIVEIRA, 1994; FERNANDES, 1999), e hoje tanto quanto nos séculos passados, os indígenas e comunidades tradicionais.

Essa luta não é estritamente econômica, pois implica principalmente em reordenar o direito e as relações de propriedade privada da terra e de dominação nas relações sociais, fatores que a tornam ainda mais complexa e de difíceis conquistas. Martins (1993) sinaliza que as populações do campo atuam sobre um direito que consideram certo; demandam a reformulação das relações sociais e ampliação dos direitos, muito mais do que a presença sobre a terra.

¹¹ Com exceção de Amapá, Roraima e no Distrito Federal (MST, 1986; OLIVEIRA, 1994).

Também está associada à luta pela educação, pois têm consciência de que o conhecimento é o principal caminho para se tornar participativo nas questões políticas do país; e à luta pelos direitos trabalhistas e de saúde. A luta é legítima, pois “*a elite brasileira do campo e da cidade não possui um plano para o desenvolvimento do país, por isso a realidade do campo tem de ser muito ruim. A realidade do campo não é crise, é um plano*” (ENTREVISTADO D, 2015).

Utilizando-nos das categorias de análise do DATALUTA, se faz de profundo interesse a elaboração de uma análise comparativa da luta pela terra no contexto do estado de Minas Gerais dentro da escala nacional, abordando os principais elementos que o caracterizam. Para os dados de ocupações de terras, a Tabela 1 evidencia os registros segundo cada região brasileira, bem como o número de famílias. Minas Gerais figura com destaque nesse levantamento, tanto em nível nacional como para a região Sudeste.

Tabela 1 – Brasil: Número de ocupações e de famílias por macrorregião, 1990-2014

Região	Nº de ocupações		Nº de famílias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nordeste	3.451	37,84%	454.355	36,50%
Sudeste	2.458	26,95%	304.813	24,49%
Centro-Oeste	1.254	13,75%	199.631	16,04%
Sul	1.105	12,11%	170.705	13,71%
Norte	853	9,35%	115.292	9,26%
Total	9.121	100	1.244.796	100

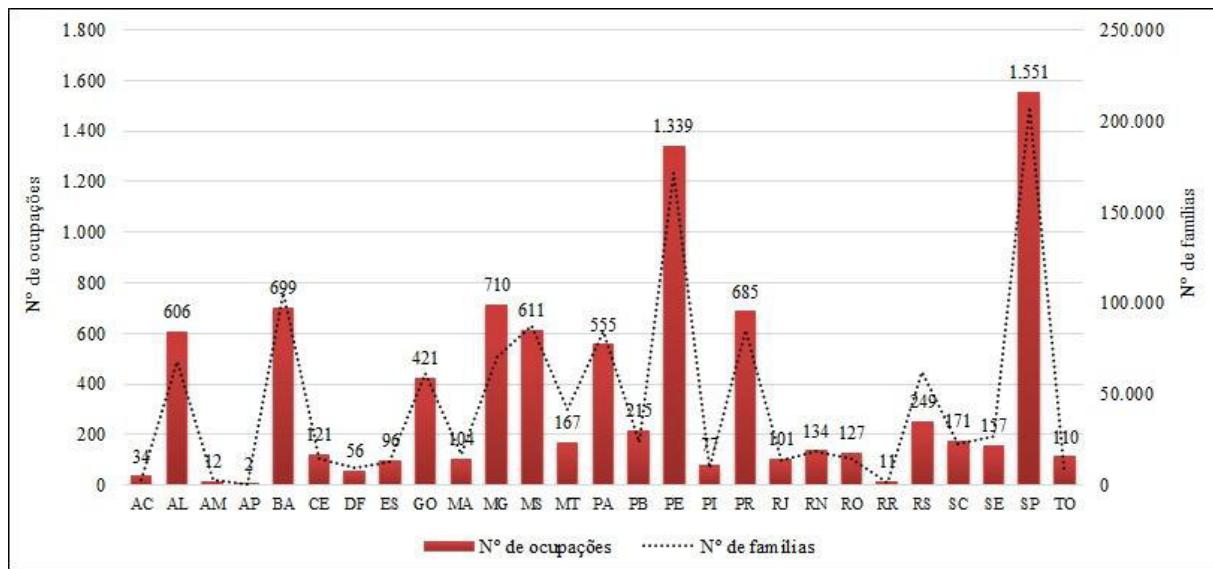
FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

Nesse período, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, foram promovidas ocupações de terras pelos movimentos sociais, o que indica, entre outros fatores, a territorialização da luta pela terra no Brasil e a demanda por terras representada pela participação de mais de um milhão de famílias.

Somente as regiões Nordeste e Sudeste contabilizam juntas 65% das ocupações de terras no Brasil, com destaque para os estados de Pernambuco e São Paulo tanto nas ações quanto para o número de famílias. No ranking desses registros, o estado de Minas Gerais evidencia-se como a terceira Unidade da Federação com maior número de ações, como demonstra o Gráfico 1, em seguida aos estados paulista e pernambucano. Esse dado revela principalmente a permanência das questões não resolvidas no campo mineiro.

Gráfico 1 – Brasil: número de ocupações de terras e de famílias por UF, 1990-2014



FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

Considerando a escala da região Sudeste, o cenário fica configurado do seguinte modo: 63% das ocupações de terras foram realizadas em São Paulo; em seguida Minas Gerais tem registrado 29% das ações; e os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam, cada um, 4% do total de ocupações.

Depois de contextualizado em relação ao contexto nacional, expomos adiante pela Tabela 2 a distribuição da luta pela terra no estado mineiro nos últimos 25 anos, expressa primeiramente pelas ocupações de terra.

Tabela 2 – Minas Gerais: número de ocupações de terras e de famílias por mesorregião, 1990-2014

Mesorregiões	Nº de ocupações		Nº de famílias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	238	34%	23.284	33%
Norte de Minas	202	28%	17.945	26%
Noroeste de Minas	113	16%	10.741	15%
Vale do Rio Doce	54	8%	7.681	11%
Jequitinhonha	31	4%	3.412	5%
Metropolitana de Belo Horizonte	32	5%	3.946	6%
Sul/Sudoeste de Minas	17	2%	1.461	2%
Vale do Mucuri	8	1%	1.051	1%
Oeste de Minas	6	1%	455	1%
Central Mineira	4	1%	160	0%
Zona da Mata	4	1%	177	0%
N.I.	1	0%	40	0%
Total	710	100%	70.353	100%

N.I. - Não identificado.

FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

A ocupação de terra, que tem maior expressão em meados da década de 1990 em diante, é uma importante indicação de como vão se construindo as estratégias de ação dos movimentos sociais na materialização da luta pela terra. Em Minas Gerais, como indicado na tabela anterior, foram 710 ocupações de terras com a participação de 70.353 famílias. Por meio destes atos políticos, ocuparam latifúndios que não cumpriam sua função social ou que hoje exploram para o capital, ou terras griladas e devolutas, ou propriedades que não atendem as leis trabalhistas ou ambientais. “Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais” (FERNANDES, 1999, p. 268).

Ocupar a terra é por si um ato político, um ato de resistência e de persistência. Político por ser uma ação organizada, pensada com propósitos definidos ao ser escolhida a área e o número de famílias, e também por manter o assunto em debate, indicando por meio dessa demonstração pública que ainda existem questões a serem resolvidas no campo. É um ato político por resistirem ao processo de exclusão gerado pelo desenvolvimento desigual e tentar, a partir da ocupação e formação do acampamento, reproduzirem seu modo de vida e trabalho na terra.

Na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes. (FERNANDES, 1999, p. 269).

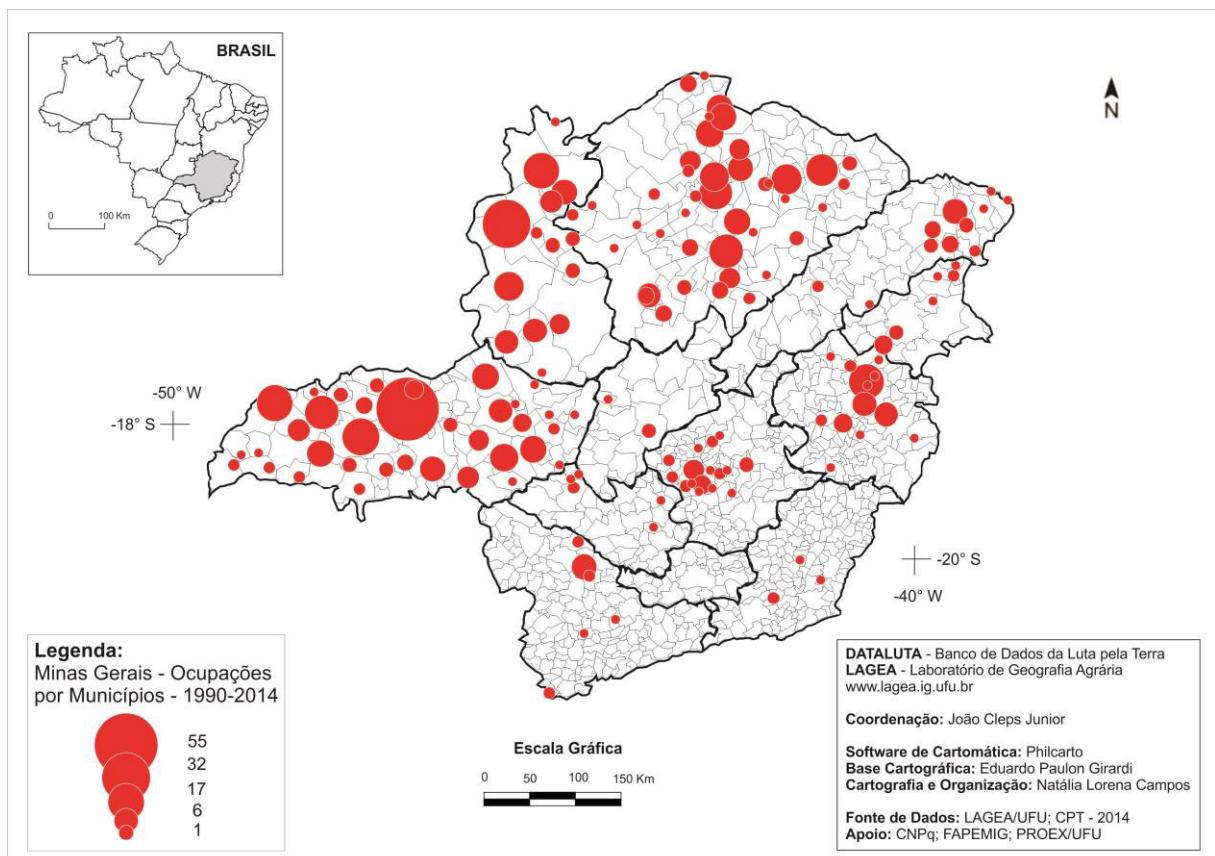
É nesta perspectiva que entendemos ser a ocupação uma das principais frentes de atuação dos movimentos que lutam pela terra, uma estratégia de ação e pressão contra a concentração fundiária e contra as desigualdades econômicas e sociais impostas a estes trabalhadores sem-terra. Sua importância é vista na criação dos assentamentos rurais, que em sua maior parte é produto da ocupação de terra como resposta do Estado.

Ao pensarmos a configuração espacial destas ações no estado de Minas Gerais (Mapa 3), as mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas e Noroeste de Minas concentram mais da metade das ações. Isso se dá pelas características da estrutura fundiária pautada na concentração de terras, bem como pela forte atuação do agronegócio por meio das extensas áreas de monocultura.

Como explica Girardi (1998, p. 114), “a ocupação não é mais realizada apenas em terras devolutas ou improdutivas, elas passaram a ser realizadas também em áreas de monocultura e

de transgênicos. A cana-de-açúcar, eucalipto e a soja são os principais focos da luta". É o que acontece, por exemplo, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, área de cerrado com expressiva produção canavieira.

Mapa 3 – Minas Gerais: ocupações por município, 1990-2014



Como indicado no mapa, no período analisado não houve registros de ocupação de terras apenas na mesorregião mineira Campo das Vertentes, região limítrofe ao sul da Metropolitana de Belo Horizonte. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o município de Uberlândia concentra o maior número de registros, 55 no total com a participação de 8.349 famílias. Já o município de Unaí, no Noroeste de Minas, é o de maior representação na região, com 32 ocupações e 2.999 famílias. No Norte de Minas, Montes Claros tem o maior registro das ações, totalizando 16 ocupações com 1.156 famílias participantes.

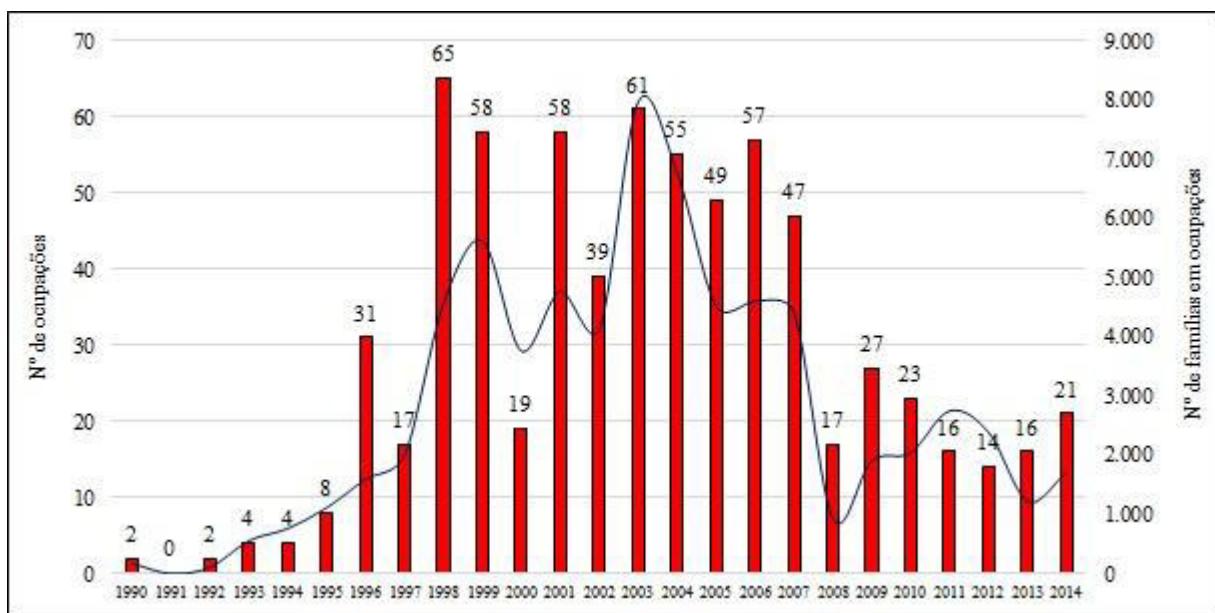
Um dos entrevistados sinaliza a importância da organização do movimento ao promoverem uma ocupação de terra, as etapas que antecedem essa ação são fundamentais para o sucesso da estratégia e, principalmente, segurança das famílias. “A primeira parte é a mobilização, é o primeiro momento. Quem nós vai mobilizar, como, quando, aonde? [...] daí depois desse momento aí nós vai discutir qual fazenda nós vai ocupar” (ENTREVISTADO

A, 2015). Conforme sua explicação, o grupo organizador define a fazenda a ser ocupada, sempre mantendo uma outra área como alternativa caso a primeira não dê certo. E prossegue,

primeiro nós faz todo esse trabalho pra depois vim a ocupação. Quando nós vai fazer a ocupação já tem o grupo todo formado, quem vai falar com a polícia, quem vai falar com a imprensa, quem vai organizar o acampamento, quem vai cozinhar, quem vai atrás da água, quem vai atrás da lenha, quem vai fazer os barracos, todas as equipe é montada antes de chegar na ocupação (ENTREVISTADO A, 2015).

Tão importante é também analisar os registros anuais das ocupações em Minas Gerais (Gráfico 2), oferecendo um panorama da luta pela terra ano a ano, de 1990 a 2014, na compreensão da continuidade desse processo, tanto a partir da evolução quanto dos possíveis recuos das ações coletivas.

Gráfico 2 – Minas Gerais: número de ocupações e de famílias por ano, 1990-2014



FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

A distribuição temporal destas ocupações indica seu aumento a partir do primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, especificamente de 1996 em diante, em que os movimentos sociais manifestaram a insatisfação com as políticas públicas voltadas para o campo, que não solucionaram os problemas e não atenderam às expectativas dos trabalhadores. Uma destas políticas foi a Reforma Agrária de Mercado, a partir de programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses, sem-terra ou com pouca terra, que teve como principal resultado o endividamento destes e o aprofundamento dos problemas

do campo¹². Destaca-se também nesse período a intensificação da criminalização dos movimentos sociais, e o não cumprimento das metas de governo em assentar as famílias por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Essas características se mantiveram a partir do Governo Lula, que também não cumpriu as metas de famílias assentadas, mesmo que este governo trouxessem novas expectativas aos movimentos que lutam pela terra, acreditando em possíveis avanços no processo de reforma agrária. “*Em qualquer governo, se a classe trabalhadora não unir e ir pra luta, estagna e até retrocede nas conquistas*” (ENTREVISTADO B, 2015), afirma o militante e assentado do MST.

Reforma agrária essa que é entendida por uma abordagem conservadora, como sinaliza Carter (2008), em contrapartida a uma reforma de caráter progressista. Implementada no Brasil, a reforma agrária conservadora é uma reação aos protestos sociais, assim como tem por principal objetivo atenuar os conflitos rurais a partir de um processo lento, que causa nenhum ou mínimo impacto aos grandes proprietários rurais, que lucram com as compensações do Estado. E por fim, a assistência aos assentamentos acontece diante a agitação dos assentados, ou seja, quando se mobilizam, e não por garantia de direitos. São características, continua o autor, totalmente distintas de uma abordagem progressista, por meio de uma política pública motivada por uma agenda de mudança social, promovendo de fato transformações na estrutura agrária e em suas relações de poder, logo, uma reforma que altera a configuração atual do campo e sua concentração fundiária.

Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, o Estado mantém uma política de criação de assentamentos rurais, configurando a territorialização da luta pela terra. Estes significam uma nova etapa da luta, pois após a conquista da terra, é necessário conquistar e manter as condições de vida e produção na terra, resistindo e prosseguindo com a luta por um outro tipo de desenvolvimento. Nos sucessivos governos do período analisado pelo DATALUTA,

as ações de reforma agrária no Brasil têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses. Partimos do princípio de que uma reforma agrária completa no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção. (GIRARDI, 2008, p. 275).

¹² Sobre a Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais, ver FREITAS, Ricardo Luis de. **Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM:** conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

No entanto, o autor também afirma haver uma reforma conservadora da estrutura fundiária através da criação de assentamentos rurais, pois a forma como é coordenada essa política preserva a estrutura das regiões de ocupação já consolidada. Em nível nacional, as ocupações e as famílias que participam da luta pela terra se concentram no Centro-sul e em parte do Nordeste, já as famílias assentadas concentram-se na região Norte do país (GIRARDI, 2008), como pode ser observado pela Tabela 3.

Tabela 3 – Brasil: Número de assentamentos rurais por macrorregião, 1986-2014

Região/UF	Nº de assentamentos		Nº de famílias		Área (ha)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nordeste	4.258	45,82%	350.952	32,77%	10.337.077	13,03%
Norte	2.127	22,89%	475.997	44,44%	59.390.495	74,88%
Centro-Oeste	1.238	13,32%	150.145	14,02%	7.213.594	9,10%
Sudeste	844	9,08%	54.876	5,12%	1.557.089	1,96%
Sul	825	8,88%	39.090	3,65%	814.839	1,03%
Total	9.292	100	1.071.060	100	79.313.094	100

FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

As famílias em ocupação estão concentradas nas regiões Nordeste e Sudeste (61% do total conforme Tabela 2), enquanto que as famílias assentadas se concentram nas regiões Norte e Nordeste, como demonstrado na tabela acima. Segundo Girardi (2008), o número de famílias em ocupações indica a gravidade dos problemas agrários, e a quantidade de famílias assentadas assinala a resposta do Estado para a solução do problema.

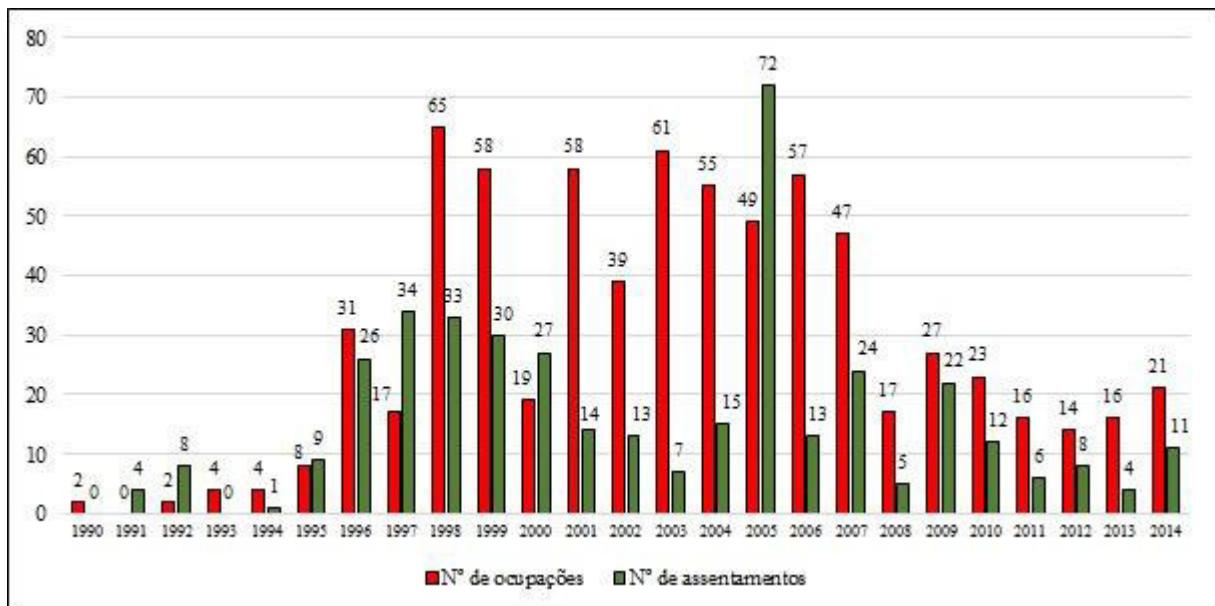
O aspecto mais elementar da concentração das ocupações no centro-sul e em regiões do Nordeste é que essas são as regiões em que se concentra a população brasileira. Aí também se concentram os milhões de expropriados e camponeses em vias de desintegração devido à modernização da agricultura e industrialização do país, não planejadas de forma adequada para garantir a distribuição da riqueza. Além da concentração populacional, as regiões de ocupação consolidada, onde se concentram as ocupações de terra, são caracterizadas pela melhor infra-estrutura para produção, maior mercado consumidor e acesso a serviços básicos como educação, saúde, eletricidade e saneamento. Essas são as áreas onde a *reforma* tem sentido, pois desconcentra as terras e otimiza a sua utilização. (GIRARDI, 2008, p. 280).

A área dos assentamentos também é um elemento importante para a análise. Nota-se que a maior área destinada à criação dos assentamentos está concentrada na região Norte, que apresentou baixo índice de ocupações. Logo, a localização dos assentamentos em nível nacional não constitui a resposta local à demanda das famílias organizadas nos

movimentos sociais. É o que o mesmo autor denomina como política de assentamentos de caráter conservador, que mantém o conflito e anula o desenvolvimento. Neste contexto, a representatividade do estado de Minas Gerais em relação à escala nacional está em 4% do total de assentamentos rurais, e 2% do total de famílias assentadas até o ano 2014.

No estado mineiro a partir do levantamento, desde 1986 são 411 assentamentos rurais criados que totalizam 1.051.905ha transformados para a reprodução social e econômica de 25.008 famílias. Conforme o Gráfico 3, fazemos um comparativo das ocupações e dos assentamentos pelos dados do DATALUTA.

Gráfico 3 – Minas Gerais: ocupações e assentamentos rurais por ano, 1990-2014



FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

No entanto, essa política de criação de assentamentos ainda indica a tentativa de diminuição dos conflitos sociais no campo, que muitas vezes se configura violenta. Na verdade, não cobre com eficiência a demanda das milhares de famílias sem-terra e acampadas, e principalmente, pouco contribui efetivamente para a desconcentração da estrutura fundiária, principalmente em nível brasileiro. Pois, trata-se de uma medida reativa à pressão social, e não um tratamento dos problemas estruturais do sistema.

Em termos absolutos, a quantidade de assentamentos criados nos Governos FHC e Lula em Minas Gerais pouco se diferenciam, o que demonstra também o descontentamento com o segundo governo que representava inicialmente novas expectativas aos movimentos sociais, já que demonstrava estar mais preocupado com as questões sociais da população. Configuração que se mantém para o primeiro mandato do Governo Dilma, que registra apenas

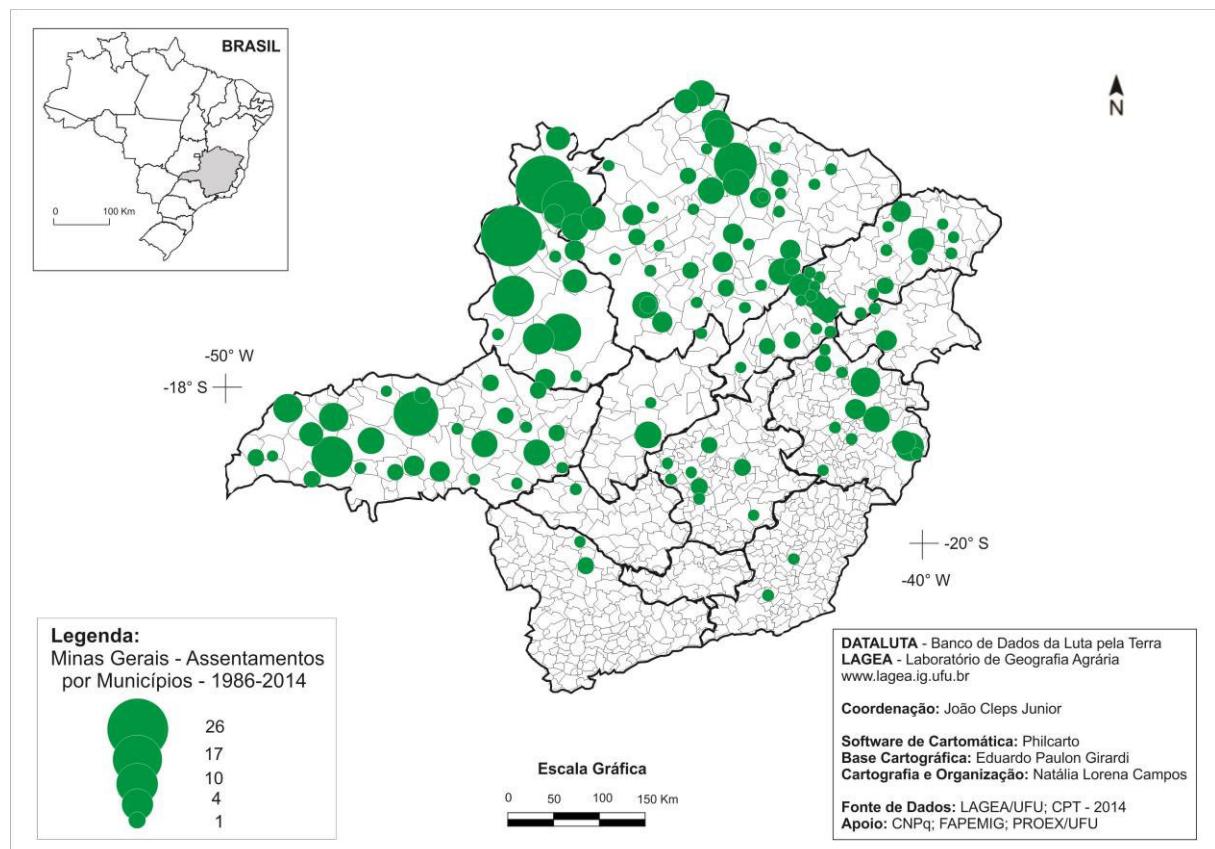
29 assentamentos em quatro anos de governo. Ao abordar as pautas sociais que deveriam ser discutidas pelas esferas governamentais, um dos entrevistados faz suas críticas,

a gente achava que com a eleição do Lula e a propagação do PT né, essas pautas seriam reforçadas né, no sentido das reivindicações ser de fato prioridade pra os governos tanto o municipal, estadual como o federal. Mas isso aí ela foi diluindo, ela foi diluindo porque esses governos não tem mesmo compromisso com as lutas, com o povo, com os trabalhadores. (ENTREVISTADO C, 2015).

A crítica explicita que havia sim uma credibilidade nos governos do Partido dos Trabalhadores, no caso Lula e Dilma, pois estes tiveram apoio destas organizações coletivas para se elegerem, e no entanto, tal como gestões anteriores, relegaram as pautas sociais ao segundo plano. Diante do cenário formado, como afirma o entrevistado, tanto a sociedade quanto os movimentos sociais tiveram que sair às ruas.

Espacialmente representados (Mapa 4), os assentamentos rurais estão concentrados nas regiões onde foram registradas mais ocupações de terras, novamente demonstrando a importância destas estratégias na luta pela terra e ao mesmo tempo a ação reativa do Estado.

Mapa 4 – Minas Gerais: assentamentos rurais por município, 1986-2014



As mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas compreendem mais da metade dos assentamentos criados em Minas Gerais, proporcionalmente ao número de famílias assentadas. Nota-se que, das doze mesorregiões mineiras, apenas a região Campo das Vertentes não possui assentamento, e como dito anteriormente, também não apresenta registro de ocupação de terra pelos movimentos sociais.

No estado mineiro são identificados quatro tipos de assentamentos, com prevalência do tipo Projeto de Assentamento Federal – PA. Os outros tipos são Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, no Norte de Minas; Projeto de Assentamento Estadual – PE, onde a obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade das Unidades Federativas; e o tipo Reassentamento de Barragem – PRB, estes localizados nas mesorregiões Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Rio Doce, a partir da implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos que resultaram na expulsão de populações tradicionais de seus territórios.

Dos 411 assentamentos criados em Minas Gerais até o ano de 2014, 78% foram obtidos por desapropriação, esta que é a forma de obtenção que de fato altera a estrutura fundiária concentrada, como apontam os próprios movimentos sociais, sendo também uma das principais reivindicações expostas nas manifestações de luta pela terra. A ocupação da terra tem como principal objetivo a desapropriação para fins de reforma agrária, e esses números revelam, desse modo, que a pressão exercida por meio da luta pela terra é fator primordial para a conquista da terra e para o assentamento das famílias.

Mas essa luta vai além da demanda por terra, esta que é a dimensão mais visível da reforma agrária, pois a permanência na terra é outro desafio. É imprescindível às famílias a garantia de assistência técnica, infraestrutura e acesso a créditos e financiamentos, entre outros fatores, que permitem o trabalho e a reprodução familiar. E é por esses elementos, e por outros vários que serão discutidos adiante nesta pesquisa, que os movimentos sociais se manifestam nas ruas, rodovias e praças públicas.

O último dado a ser observado em escalas nacional e estadual é a categoria manifestações, representada na Tabela 4. A região Nordeste se destaca no registro das manifestações de luta pela terra, tanto no número de ações quanto no número de participantes. Logo se vê que em todo território nacional estas ações públicas estão espacializadas, especialmente nas capitais de cada estado brasileiro, fator que será melhor abordado no capítulo seguinte.

Tabela 4 – Brasil: número de manifestações e de pessoas por macrorregião, 2000-2014

Região/UF	Nº de manifestações		Nº de pessoas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nordeste	3.673	34,58%	2.222.226	35,58%
Sul	2.030	19,11%	1.392.046	22,29%
Sudeste	1.778	16,74%	896.017	14,35%
Centro-Oeste	1.703	16,03%	1.081.754	17,32%
Norte	1.431	13,47%	643.294	10,30%
N.I	8	0,08%	9.570	0,15%
Total	10.623	100	6.244.907	100

N.I – Não Identificado.

FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

Outra relação percebida nestes registros é a concentração dos atos públicos na região com maior número de assentamentos rurais, o Nordeste, que revela a movimentação dos assentados em busca de políticas públicas voltadas para estas frações do território, pautadas em melhorias na infraestrutura, assistência técnica, saúde e educação, além da cobrança em assentar as famílias que ainda lutam pela terra. Quanto à importância da manifestação, esta

Exerce primeiro o direito, a importância de podermos nos manifestar, mesmo com grandes desafios para fazer isso. Depois a formação para o povo pobre do campo a poder fazer isso, as vezes no contragosto do Estado, a se sentir cidadão e negando que ser cidadão não é só ter um título de eleitor e ir votar. O papel dos militantes dos movimentos populares é esse, pressionar o Estado para nossas exigências de necessidade cidadã. Também pelo início de emancipação desse direito que temos enquanto brasileiros. (ENTREVISTADO D, 2015).

Considerando o estado de Minas Gerais, e mais uma vez em relação à região Sudeste, apresenta-se como a principal UF no número de manifestações e, principalmente, expressivo na quantidade de pessoas envolvidas, destacando o município de Belo Horizonte, capital mineira. A espacialização das ações pelos movimentos sociais se faz também em todo território mineiro, apresentando registros em todas as doze mesorregiões.

O levantamento das manifestações como uma categoria do DATALUTA revela os desafios que encontram os movimentos para dar continuidade à luta pela terra. Estruturando-se como uma importante estratégia de ação territorial, é por meio das manifestações que as milhares de pessoas envolvidas neste contexto apontam o que ainda é necessário mudar, bem como cobram dos poderes públicos, em suas diferentes representações, os direitos que devem ser garantidos à população, tal como saúde e educação.

Em números, conforme a Tabela 5, os registros demonstram o expressivo envolvimento dos participantes, considerando que buscam principalmente a visibilidade das ações à sociedade. Quanto ao total, em Minas Gerais são registradas 687 manifestações com a participação de 390.836 pessoas.

Tabela 5 – Minas Gerais: número de manifestações e de pessoas por mesorregião, 2000-2014

Mesorregiões	Nº de manifestações		Nº de pessoas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Metropolitana de Belo Horizonte	277	40%	124.962	32%
Norte de Minas	130	19%	92.771	24%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	81	12%	41.459	11%
Vale do Rio Doce	56	8%	36.110	9%
Zona da Mata	49	7%	15.885	4%
Jequitinhonha	33	5%	35.670	9%
Noroeste de Minas	27	4%	8.410	2%
Sul/Sudoeste de Minas	11	2%	3.844	1%
Vale do Mucuri	9	1%	25.470	7%
Oeste de Minas	5	1%	3.905	1%
Central Mineira	4	1%	1.330	0%
Campo das Vertentes	2	0%	300	0%
N.I	3	0%	720	0%
Total	687	100%	390.836	100%

N.I. - Não Identificado.

FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

Ao analisarmos por mesorregião os registros de manifestações, identifica-se a concentração das ações na região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente na capital mineira. Análise que difere dos registros de ocupações de terra conforme a Tabela 1 anteriormente apresentada, onde essa mesma região é menos expressiva na quantidade de ocupações. Isso assim se estrutura devido às representações políticas do Estado estarem centralizadas na capital, como acontece nos demais estados, e sendo estes os principais alvos das reivindicações, é nestas cidades que as manifestações são mais promovidas.

o campo e a cidade precisam estar unidos, afinal um depende do outro. As lutas no campo são as ocupações de terras, fechamento de rodovias, lutas conjuntas com indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, contra transgênicos. As demais são nas cidades, porque os Órgãos públicos responsáveis pelos projetos de reforma agrária têm suas sedes nas cidades. (ENTREVISTADO B, 2015).

O que também é colocado por outro entrevistado, que por participar da coordenação estadual do movimento, vai com frequência à capital mineira.

Os locais onde há mais manifestações são onde há mais contradições econômicas e políticas. E onde há a centralização do poder judicial, político e econômico de uma das capitais chave da luta de classes no nosso país. E onde se localiza a cidade administrativa, e o tribunal de justiça estadual TJMG com seus cartórios de recursos judiciais. E não menos importante, há mais visibilidade nossas manifestações, pois há mais pessoas aglomeradas. (ENTREVISTADO D, 2015).

Em Belo Horizonte temos as sedes dos órgãos públicos responsáveis pelas questões relacionadas à realidade agrária mineira, tais como Incra-MG, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entidades do Governo Estadual, além das instituições jurídicas onde são realizados os julgamentos dos crimes cometidos no campo. Estes conformam o conjunto de elementos que fazem da capital mineira o principal palco das manifestações de luta pela terra no estado.

A ocupação dos prédios públicos pelas organizações, ao exporem suas diferentes reivindicações, é um exemplo das ações identificadas especialmente nas capitais. “Há também ocupações em centros regionais de regiões marcadas por lutas de trabalhadores rurais, ou nas sedes dos municípios onde há assentamentos ou acampamentos” (COMERFORD, 1999, p. 131).

É importante que as mobilizações alcancem uma proporção significativa fazendo com que os fatos sejam veiculados pelos diferentes meios de informação, pois um dos objetivos, também, é dificultar a formação do senso comum à população, tão difundido por essa mesma mídia. Segundo Lerrer (2005, p. 132), “para ampliar seus participantes, divulgar nacionalmente suas ações, impressionar o poder e o resto da sociedade com sua força, esses movimentos precisam estruturar suas ações em uma linguagem que chame a atenção das mídias e faça com que ela as transmita”. É fundamentado nestes elementos que se dá a amplitude de uma mobilização e sua relevância tanto para o processo de luta pela terra, quanto para a sociedade como um todo.

Ainda segundo a mesma autora, é nas cidades, que concentra a maioria da população e onde há maior acesso a diversas fontes de informação, onde também

se forma esta entidade curiosa e às vezes tão poderosa chamada “opinião pública”, cujos humores e pendores políticos são costumeiramente alimentados pelo que é pauta dos grandes meios de comunicação de massa (LERRER, 2005, p.126).

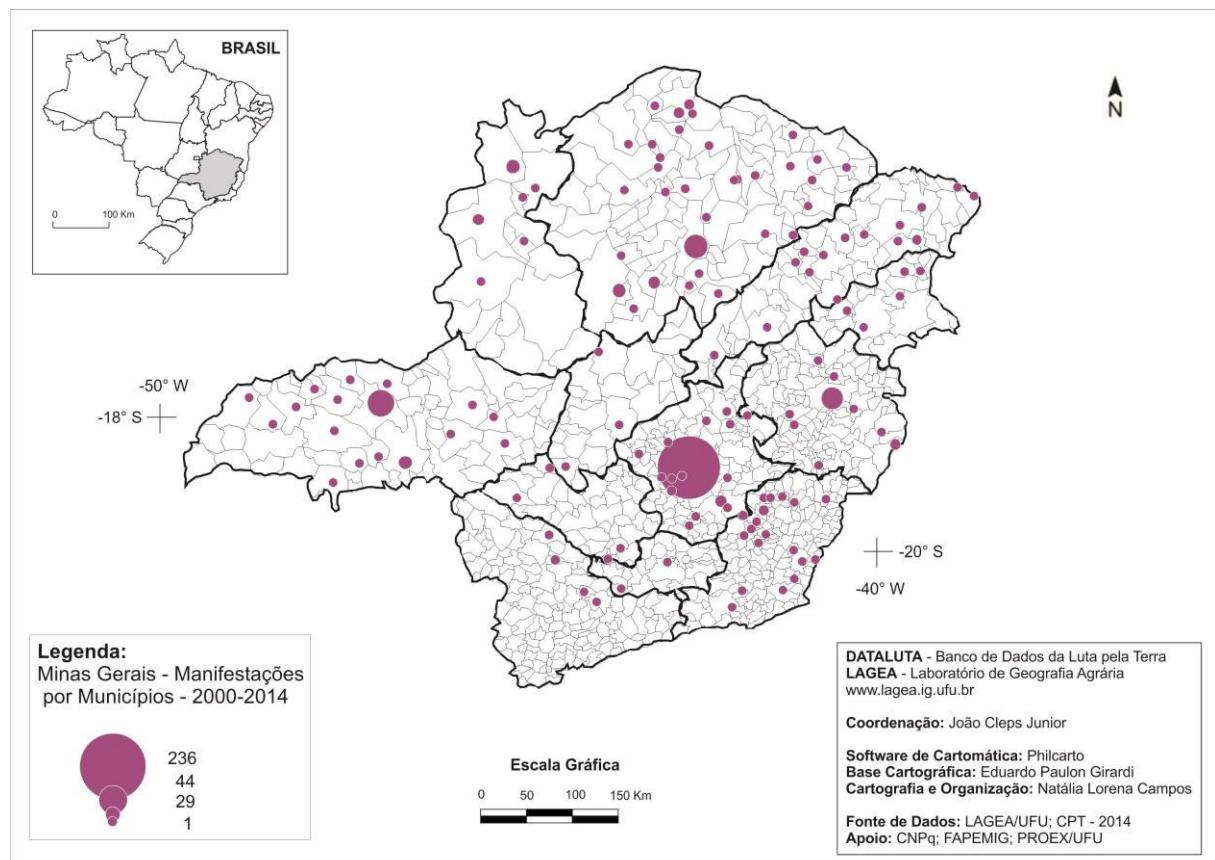
Cabe aos movimentos de luta pela terra, por meio das manifestações, revelar e trazer à discussão os problemas que ainda persistem no campo, e que são negligenciados pelos meios de comunicação, que por vezes omitem ou mascaram fatos, que em nosso entendimento

deveria cumprir seu papel social de levar a informação a todo e qualquer indivíduo. Além de ser um instrumento de reivindicação, estas ações políticas desempenham também a função de informar a sociedade sobre a realidade brasileira.

Uma das formas de mascarar fatos é quanto ao total de participantes nas manifestações divulgados pela mídia e polícia, que diferem do número informado pelos movimentos organizadores. Os entrevistados neste trabalho afirmam que há uma evidente tentativa de diminuir e desqualificar as lutas e manifestações de forma sistemática, assegurando que os dados apresentados pelos organizadores são os mais próximos da realidade.

Vale também salientar que, ainda conforme a Tabela 5, as regiões que têm seu território controlado pelo agronegócio, como é o caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, se destacam também na análise das manifestações, sendo que os conflitos no campo são mais intensos nessa disputa territorial, e a manifestação em conjunto com a ocupação é estratégia de pressão para a desapropriação de áreas e assentamento de famílias. Espacialmente representadas no Mapa 5, temos os registros de manifestações por município.

Mapa 5 – Minas Gerais: Número de manifestações por município, 2000-2014



Visualizamos por meio da representação cartográfica a concentração das manifestações na capital mineira, Belo Horizonte, confirmando o que dissemos até aqui. Seguida de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e Montes Claros, no Norte de Minas, com 44 e 31 ações respectivamente, registradas no período analisado, tornando-se estas as regiões de destaque no contexto das manifestações. Mais uma vez são argumentados os motivos que levam as manifestações a estarem concentradas nas cidades.

As mudanças da sociedade passarão necessariamente pelas cidades, principalmente as grandes capitais (as principais do nosso país para essa estratégia da luta de classes são: São Paulo, Brasília-DF, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador). As pessoas estão concentradas nas cidades. E por essa simples característica vamos até a cidade para o diálogo. O MST e a Via Campesina avançaram nesse sentido, pois não adianta ficarmos só no campo fazendo muita luta, temos de ter visibilidade, e isso se dá mais na cidade na maioria das vezes. O poder econômico e judicial estão na cidade. E tentamos atacar sistematicamente esses dois poderes de alguma forma. (ENTREVISTADO D, 2015).

Pois é na cidade que o diálogo se faz possível, é também nas cidades que a visibilidade política é alcançada. O contexto dessa luta tem como palco principal o campo, é neste que se pretende a vida e trabalho, e em complemento, as manifestações tem como palco principal as cidades, as vias e espaços urbanos. Tal cenário oferece, assim, mais elementos que nos fazem compreender a relação campo-cidade, cada vez mais eliminando sua separação e confirmando sua indissociabilidade.

Esta contextualização comparativa dos registros das ações territoriais coletivas e suas conquistas, nas escalas estadual e nacional, serve de base para elucidar uma noção geral de como se estrutura o cenário da luta pela terra até os dias atuais em todo território brasileiro, situando especificamente Minas Gerais.

1.5 A manifestação e seu caráter político e social

O conflito está para a sociedade tal como a dor está para nosso corpo. Afinal, se somos insensíveis à dor não podemos nos curar, pois não podemos informar os sintomas. O conflito é a dor da sociedade, é a sociedade gritando.¹³

Entendemos que a manifestação, independente do tipo dos movimentos ou organizações que a promove, exerce exatamente o papel de transformar o estado de letargia em que a sociedade em vários momentos se encontra em relação aos problemas sociais do

¹³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. O Campo se Manifesta: A Questão (da Reforma) Agrária. In.: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA, Edmundo Rodrigues (Org.). **Conflitos no Campo - Brasil 2014**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2014. p. 150-163.

cotidiano. Se esta não conhece suas dificuldades e suas respectivas causas, não conseguirá superá-las. Portanto, enquadram-se neste cenário as manifestações de luta pela terra, revelando os problemas e conflitos do campo que se refletem consequentemente na realidade da população brasileira como um todo. Principianto nesses argumentos é que observamos seu caráter político e social.

Ao abordar a espacialização das práticas e formas de luta do MST na territorialização da luta pela terra, Fernandes (1994) comprehende que esse processo se dá através da (re)produção das suas experiências de luta, e é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa.

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o muntidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST. (FERNANDES, 1994, p. 120).

Há de se ressaltar que a espacialização abordada pelo autor leva em consideração o momento em que foi realizado o estudo, visto que na década de 1990 essa espacialização se dava principalmente pelas ocupações de terras. Trata-se, desse modo, da espacialização que busca a conquista do território, o acesso à terra, a ocupação como espacialização e o assentamento como territorialização. A ideia de espacialização na presente discussão busca somar-se à essa primeira lógica, referindo-se sobretudo à espacialização no que concerne a transformar espaços físicos em espaços políticos, fazer uso político dos diferentes espaços, urbanos e rurais, públicos e privados, na luta pela permanência na terra, pela garantia e manutenção dos direitos que foram parcialmente adquiridos a partir do assentamento.

Por essa perspectiva, entendemos a manifestação do campo como a espacialização das práticas e formas de luta no processo de luta pela terra, tendo o MST como o movimento mais representativo e territorializado no Brasil, e contando com uma diversidade de movimentos sociais que levantam a mesma bandeira de resistência. Cada ato público realizado registra no espaço, e na história do país e da luta, a força política desses sujeitos em busca de outro projeto de desenvolvimento que contemple a população em sua totalidade e em suas várias dimensões.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência, a partir da consciência construída na realidade em que se vive (FERNANDES, 2000). Entendemos que essa mesma realidade define também os atos públicos a serem praticados com base nas reivindicações dos movimentos envolvidos na luta pela terra. A pauta reivindicatória, bem

como a forma de externalizá-la, é baseada nas questões vivenciadas por estes sujeitos no seu dia a dia. Tal como a ocupação, a manifestação está inserida num processo histórico de construção das experiências de resistências e de transformação de suas realidades.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações defronte as agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente, expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades. (FERNANDES, 2000, p. 73).

Essas ações espacializam a luta e o movimento, expandem as possibilidades de negociação e geram novos fatos. Os espaços ocupados para um ato público são transformados em espaços políticos mesmo que somente durante a mobilização, onde são questionadas as ações do governo e denunciada a situação por que passam aqueles que se manifestam. Além disso, as manifestações mostram a vitalidade das populações que vivem no campo e suas organizações, que querem ser ouvidas e respeitadas por meio de seus clamores.

Por outro lado, essas práticas por vezes são vistas como atos de baderneiros e má conduta, perspectiva induzida por uma ideia dominante que busca e mantém uma ordem, mesmo que para isso seja necessário o uso da violência.

Por serem práticas potencializadoras de transformação, são apontadas como práticas subversivas, contra as boas condutas e a ordem. Isso reflete expressões ideológicas de um pensamento conservador, o qual procura escamotear a manutenção de um poder, já que, instaurada a ordem, está preservado um conjunto de interesses que estão longe de ser abstratos. (FELICIANO, 2009, p. 131).

São ações que alteram os roteiros preestabelecidos do cotidiano, que interferem na rotina dessa ordem imposta e mantida pelo pensamento conservador. Quando alterada por meio dos atos públicos em praças, avenidas e bloqueios de rodovias, que têm como bandeira a contestação justamente dessa ordem vigente, seus organizadores e executores são mal vistos e principalmente criminalizados.

A tentativa de criminalizar, desqualificar e rotular os movimentos que lutam pela terra como baderneiros e desocupados pode ser percebida no fato das ações serem também realizadas em dias e horários de expediente de trabalho. Para o pensamento conservador que prima pela ordem e pelas boas condutas segundo os próprios padrões, esse grupo está nas ruas

atrapalhando ou impedindo o deslocamento das pessoas para o trabalho ou para outros deveres, e logo são taxados até mesmo de “vagabundos”, perspectiva essa que muito se observa pelo senso comum daqueles à nossa volta.

Numerosas vezes, a imagem de uma manifestação, uma marcha ou bloqueio de estrada é transmitida como uma ação perturbadora da ordem, atrapalhando o desenvolvimento daqueles que têm que trabalhar e não podem ser prejudicados com tal ação. É recorrente o discurso de que “ninguém é contra as manifestações, desde que não atrapalhe a rotina daqueles que tem o direito de trabalhar”. É a reprodução de um discurso que insere uma rivalidade àqueles que muitas vezes podem estar na mesma situação. (FELICIANO, 2009, p. 135).

Acabam não percebendo ou ignorando o importante fato da questão de visibilidade que os movimentos buscam para a temática, que exige a movimentação das pessoas, das ideias e das coisas que estão estáticas, para que a realidade e seus problemas sejam percebidos. Portanto, as práticas contestadoras são e devem ser incômodas. Além disso, essa reação que percebemos comum revela a eficácia da ação da minoria dominante, ao difundir seu pensamento de modo intenso e convincente, que faz com que o oprimido reproduza a intolerância para com os demais grupos.

Scherer-Warren (2006) comprehende que a sociedade civil organizada apresenta uma nova configuração no período atual, revelando múltiplos tipos de ações coletivas nesse novo milênio, diversificadas e complexas, necessitando assim de novos e aprofundados estudos. A autora afirma que a sociedade civil está estruturada em vários níveis determinados pelo modo como os interesses e os valores da cidadania estão organizados em cada sociedade para a condução das ações com vistas em políticas sociais e públicas, na realização de protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Em um dos níveis organizacionais determinados em seu estudo, Scherer-Warren agrupa as formas de protestos sociais de maior abrangência e outras mais conjunturais, que denomina de mobilizações na esfera pública, fruto da articulação dos atores de diferentes organizações coletivas, tais quais movimentos sociais localizados, ONGs, fóruns e redes, que se unem

por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WARREN, 2006, p.112).

Como exemplo dessa relação dentro do contexto da luta pela terra, temos a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, articulada por organizações como a CPT, MST, Via Campesina, entre outros. Assim como também é exemplo a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária¹⁴. São ações promovidas conjuntamente entre diferentes entidades e em diversas regiões do território brasileiro de modo simultâneo, imprimindo à ação e aos seus executores um poder de mobilização, de visibilidade e de impactos na esfera pública, denunciando interesses particulares e privilegiando questões coletivas.

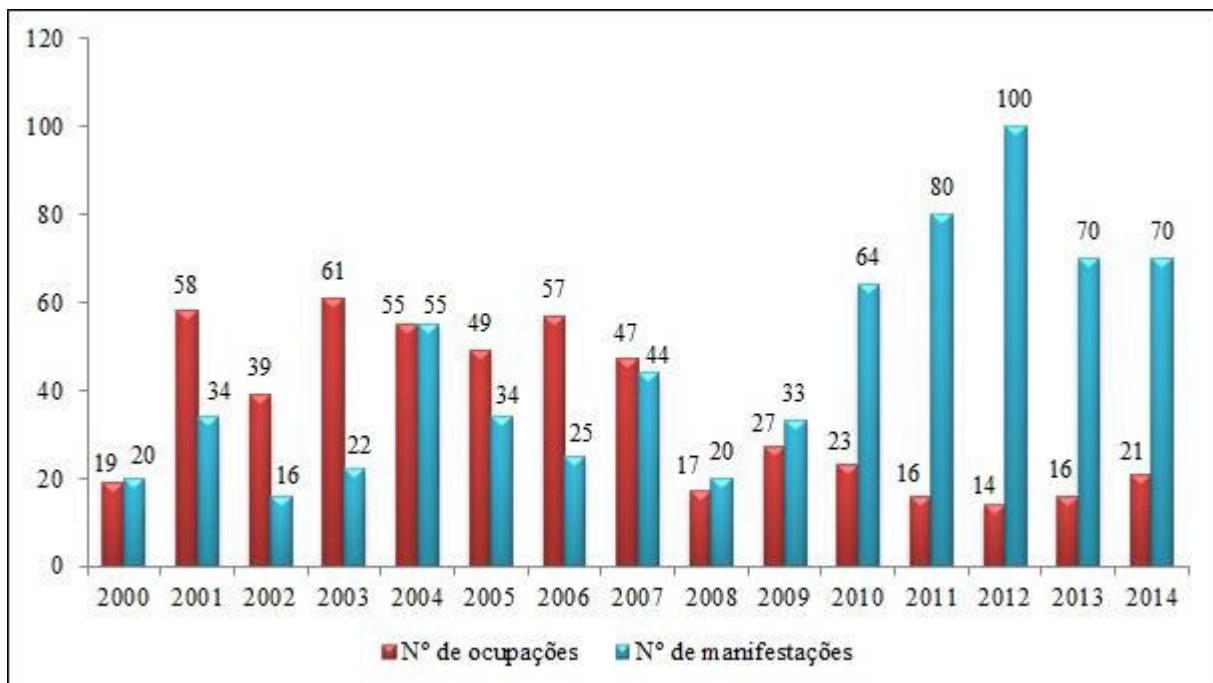
Estas entidades, que têm valores, objetivos e projetos em comum, agem unidos “contra uma opção de modelo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural adotado pelo poder público brasileiro e disseminado pelos órgãos da mídia, que não é favorável sustentavelmente para a maioria da população brasileira” (FELICIANO, 2009, p. 129). Quanto mais conseguem atuar nas diferentes dimensões do cotidiano, levantando faixas ou conquistando oportunidades de reuniões com representantes dos órgãos públicos, mais atenção alcança, aumenta a quantidade de simpatizantes que aderem à luta, mesmo que indiretamente, e ao mesmo tempo diminui as possibilidades da temática e seus desafios serem mascarados ou omitidos pelos grupos dominantes e conservadores. Portanto, esses sujeitos engendrados nas organizações coletivas buscam a mudança social, pois são agentes transformadores. Mesmo quando não alcançam o objetivo final, ao menos estão determinados nesse projeto.

Somada à ocupação, ação territorial de caráter estrutural, direcionada justamente aos latifúndios improdutivos e do agronegócio no confronto direto com os proprietários, os movimentos sociais intensificam outra importante ferramenta de atuação, de caráter reivindicativo, que são as manifestações do campo. Diante da implementação de uma reforma agrária conservadora, que pouco altera as relações de poder, criando o assentamento, entretanto, com um processo moroso ou burocrático no acesso às demais assistências; diante a violência que ainda não cessou no campo, com casos atuais de assassinatos e impunidades; com o descumprimento de acordos firmados entre as organizações coletivas e os gestores públicos, é que estas manifestações adquirem também centralidade na luta pela terra.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 10.469, de 25 de junho de 2002. Institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Brasília, DF, 26 jun. 2002. Pela lei é instituído o dia 17 de abril, que faz menção ao massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 17/04/1996, que resultou na morte de dezenove sem-terra decorrente da ação da polícia do estado do Pará.

Como já dito anteriormente, tratam-se de estratégias que visam a permanência na terra e buscam alternativas para outro desenvolvimento no campo, que atenda à população e respeite a natureza. Buscam, desse modo, reivindicar os direitos por meio de políticas voltadas para o campo. Ao elaborarmos um comparativo inicial por meio do Gráfico 6, elucidamos o número de ocupações e manifestações realizadas no período de análise.

Gráfico 6 – Número de manifestações e ocupações em Minas Gerais por ano, 2000-2014



FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

O gráfico acima indica o total de 519 ocupações e 687 manifestações acumuladas no período de 2000-2014, sem considerar o número de pessoas envolvidas em cada tipo. Atentemos para os últimos cinco anos, onde se registra o significativo aumento das manifestações em relação às ocupações de terras.

Compreende-se três governos nesse período analisado, o final do Governo FHC entre 2000-2002, o Governo Lula de 2003-2010, e por fim até os dias atuais, o Governo Dilma de 2011 em diante. Vale ainda ressaltar que no período de gestão do Lula, o estado mineiro foi governado por base opositora ao governo federal. Sabe-se que a conjuntura política é determinante neste contexto, sendo que as gestões podem representar maiores ou menores desafios aos movimentos socioterritoriais conforme a linha de ação. Entretanto, o que se percebe principalmente é a forte influência da classe ruralista nas decisões governamentais, o que influi diretamente contra a luta pela terra. “A história novamente revelou o poder acumulado dos detentores do imaculado direito à propriedade” (FELICIANO, 2009, p. 143).

Pode-se aferir que a expressividade das manifestações, principalmente no final do Governo Lula e primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff indica, entre outros fatores, o descontentamento dos movimentos sociais com a política agrária do governo petista, que inicialmente trouxe um sentimento de confiança. Em entrevista, o assentado fez um balanço da luta pela terra no Governo FHC, destacando as medidas provisórias que barraram o avanço da luta no país, a criminalização dos sindicatos e movimentos do campo e da cidade e aumento da repressão policial, dentre outros fatores. Diante esse contexto, acreditavam que a mudança de governo traria novas expectativas. “*O Lula a gente tinha uma esperança que ele ia na canetada que ele falou, fazer a reforma agrária*” (ENTREVISTADO C, 2015).

Sabe-se que o Partido dos Trabalhadores – PT se colocou como uma possibilidade de mudança para a população e para os rumos do país. Ao eleger Luís Inácio Lula da Silva em 2003 para presidente, o povo brasileiro, dentre ela as organizações coletivas envolvidas com as questões do campo, acreditou que mudar era possível. Era um partido dos trabalhadores liderado por um trabalhador, que governaria para os trabalhadores, e apresentava na agenda nacional a questão da Reforma Agrária baseada no diálogo mais próximo com os movimentos sociais. Entretanto, não foi esse o cenário desenvolvido. “A partir da trajetória e compromissos do Partido dos Trabalhadores, a classe trabalhadora, esperançosa, esperava que as questões sociais fossem tratadas com mais desenvoltura, por esse governo. Logo que o presidente Lula assumiu, teve apoio dos movimentos sociais” (FELICIANO, 2009, p. 143).

Esse apoio se deu na confiança de realização do II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003 e que previa 400.000 novas famílias assentadas, além de outras importantes metas como avançar na qualificação dos assentamentos até então criados, geração de empregos, acesso a créditos e assistência técnica. Não podemos nos esquecer que a elaboração desse referido plano foi principalmente uma estratégia do governo federal para conter os ânimos e os conflitos agrários. As ocupações naquele momento, mais do que nunca, serviram para demonstrar o quanto ainda eram necessárias as desapropriações de terras para fins de reforma agrária, estratégias pautadas principalmente na confiança naquele governo.

O descontentamento das organizações coletivas de luta pela terra com o governo não tardou, revelando mais uma vez o impasse das decisões políticas. Era necessário desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades socioeconômicas, garantir às populações do campo condições adequadas de vida e trabalho, o que não foi efetivado, ou o foi timidamente. Sampaio Jr (2013) afirma que houve um abandono definitivo da reforma agrária pelo Governo Lula, posicionamento mantido no Governo Dilma, o que revela sem equívocos que os

obstáculos colocados à democratização do campo, nos governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique, se mantiveram em todas as conjunturas políticas.

Destaca ainda Oliveira (2007) que a política de reforma agrária do Governo Lula foi marcada por dois princípios, o de não fazê-la nas áreas dominadas pelo agronegócio, e o de fazê-la nas áreas onde a reforma agrária poderia “ajudar” o agronegócio, e dessa forma essa política esteve vinculada à expansão do agronegócio no país. O autor denomina como a não reforma agrária do MDA/Incra no governo Lula, onde dados sobre número de assentamentos e famílias assentadas foram mascarados, por exemplo ao serem apresentados assentamentos implantados em anos anteriores como tendo sido criados em seu governo.

Para um dos coordenadores regionais de movimento socioterritorial no Triângulo Mineiro, “os *Governos Lula e Dilma são os mais progressistas da história do Brasil, mas não são governos de esquerda*”, destacando o pouco avanço das decisões políticas em relação à reforma agrária nos últimos anos, “*por exemplo o ano de 2015 foi o único ano após a ditadura em que não houve assinatura de decreto presidencial para imóveis para fins de reforma agrária em todo o país*” (ENTREVISTADO D, 2015).

Quanto ao diálogo junto ao governo em suas diferentes escalas, nacional, estadual ou municipal, outro assentado destaca a necessidade da formação política dos sujeitos envolvidos. “*Nóis temos que estudar mais, nós tem que aprender mais discutir política, tem que estudar mais pra chegar pra eles e dizer assim ‘não é assim não’, ou chegar pro Ministro, pro Presidente mesmo, o governador e dizer ‘nóis quer assim’*” (ENTREVISTADO A, 2015). É a partir dessa formação política que se torna cada vez mais possível o diálogo entre os órgãos públicos e os movimentos de luta pela terra.

E assim vamos percebendo a relevância das manifestações de luta pela terra no contexto atual, cenário que se tornou expressivo no final do Governo Lula em diante, prosseguindo na gestão da presidente Dilma, traduzido em ocupações de praças, prédios públicos e privados, rodovias e avenidas, enfim, fazendo uso político dos diferentes espaços públicos.

2. PRÁTICAS CONTESTADORAS DOS MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS: TIPOS E CONTEÚDOS DAS MANIFESTAÇÕES

Além da análise das manifestações como importante dimensão da luta pela terra no estado de Minas Gerais, torna-se fundamental então o estudo dos tipos de manifestação, considerando sua tipologia. A pretensão aqui é qualificar essas ações, com vistas a entender o *onde, como e o quê* envolve o fenômeno.

Somado a isso, buscamos compreender os sentidos dos diferentes espaços públicos apropriados pelas manifestações, na ação dos movimentos socioterritoriais em se espacializar e publicizar suas demandas. Estes espaços estão carregados de significados estabelecidos pelos que deles se utilizam, seja por representarem o poder do Estado por meio dos órgãos públicos, ou por onde passam centenas de pessoas diariamente com quem é possível o diálogo.

E por fim, nesta seção é abordada a diversidade de reivindicações expostas nas ações públicas, que entendemos por conteúdo das manifestações do campo. São os porquês das mobilizações. Igualmente, são tratados os movimentos socioterritoriais que promoveram e promovem as manifestações segundo o recorte temporal aqui estudado.

2.1 Os tipos de manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI

*Aí ouviu que a reforma agrária não era bem assim. Talvez amanhã. Talvez no próximo ano... Então protestou. Na décima milésima provocação, reagiu. E ouviu espantado, as pessoas dizerem, horrorizadas com ele: Violência, não!*¹⁵

Em Minas Gerais, conforme a metodologia DATALUTA, são identificados diferentes tipos de manifestações. Vale destacar que, desde o início da sistematização foi percebida a incorporação de novas estratégias de ação, ou intensificadas aquelas que mais deram resultados ou repercussão. Se promovem bloqueios de rodovias, principalmente devido ao acampamento ou assentamento se encontrar próximos à rodovia bloqueada, também as vias urbanas são interditadas, visando assim uma maior visibilidade.

Ressaltamos que, além das ações que envolvem propriamente a terra, são considerados também os atos relacionados às disputas pela água, degradação do meio ambiente, ou assuntos trabalhistas e específicos a determinada empresa. Desse modo, a tipologia indicada no Quadro 2 contempla as distintas dimensões da questão agrária.

¹⁵ Retirado do texto *Provocações*, de Luis Fernando Veríssimo.

Quadro 2 – Minas Gerais: tipologia das manifestações de luta pela terra, 2000-2014

Tipos de manifestações	
Abraço	Manifesto
Acampamento	Marcha
Audiência	Mutirão
Bloqueio de ferrovia	Ocupação de agência bancária
Bloqueio de pedágio	Ocupação de prédio privado
Bloqueio de rodovia	Ocupação de prédio público
Caminhada	Panfletagem
Celebração religiosa	Pedido de demissão
Cerco a construções	Retenção de veículos
Concentração em espaço público	Romaria
Greve de fome	Saque
Greve de sede	Temática
Interdição	Vigília

FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

Conforme o quadro, no período de 2000 a 2014 em Minas Gerais foram registrados e identificados 26 tipos de manifestações envolvendo movimentos sociais que têm o campo como moradia e trabalho. Umas mais expressivas, outras referentes a determinado evento, mas todas realizadas no sentido de contestar e questionar o modelo de desenvolvimento até agora imposto à população, exercendo assim a necessária pressão popular em busca da possível e tão esperada mudança social.

Ao analisar as práticas contestadoras dos movimentos de luta pela terra no início do século XXI, entendidas como manifestações questionadoras com potencialidade transformadora, Feliciano (2009) afirma que “as formas encontradas pelos movimentos agrários para externalizar à sociedade suas reivindicações são diversas e criativas. O tipo de reivindicação pode definir de antemão qual a melhor maneira de contestar e sensibilizar tanto a população, como a mídia e o Estado” (p. 133).

Nos casos em que ocorrem ocupações de agências bancárias, dentre os tipos identificados, as principais reivindicações são, por exemplo, por créditos aos assentados ou renegociação de dívidas, e assim o banco é o principal alvo de interesse das manifestações. Isso demonstra que o que é reivindicado determina como será realizada a ação. Uma manifestação é uma ação antes de tudo pensada e organizada, com fins antecipadamente determinados.

Prossegue o autor, ao exemplificar com tipos de manifestações mais originais e emblemáticos, estratégicos para escapar de artifícios jurídicos ou administrativos capazes de impedir os efeitos desejados.

Por exemplo, greve de fome, vigílias, jejum, celebrações religiosas, cerco/abraço a órgãos públicos, etc. Ou seja, ocupar em uma perspectiva simbólica de sensibilizar uma luta, que, muitas vezes, é interpretada como passível de ações radicais e desordeiras (FELICIANO, 2009, p. 133).

É nessa diversidade de ações que entendemos, do mesmo modo, a diversidade de exigências e contestações que se colocam em pauta política pelos movimentos sociais. Os diferentes tipos de manifestações, sistematizados na Tabela 6, revelam a realidade social que exige profundas transformações, com vistas a tomar a maior visibilidade e sensibilidade possível da sociedade.

Tabela 6 – Minas Gerais: tipos de manifestações de luta pela terra, 2000-2014

Tipo	Nº de Manifestações	Nº de Pessoas
Concentração em espaço público	205	52.877
Bloqueio de rodovia	87	28.462
Ocupação de prédio público	85	26.924
Temática	62	43.950
Caminhada	49	20.295
Marcha	45	29.380
Acampamento	27	9.517
Romaria	18	156.050
Ocupação de prédio privado	11	2.630
Ocupação de agência bancária	9	1.440
Cerco a construções	8	1.760
Audiência	7	815
Celebrção religiosa	5	1.300
Manifesto	5	2.380
Vigília	5	3.250
Abraço	2	3.600
Greve de fome	2	38
Interdição	2	140
Greve de sede	1	2
Mutirão	1	150
Panfletagem	1	N.I
Pedido de demissão	1	2
Retenção de veículos	1	250
Saque	1	50
Bloqueio de ferrovia	1	400
Bloqueio de pedágio	1	N.I
Outros	45	5.174
Total	687	390.836

Nota: O tipo *Outros* indica ações em que não foram identificados o local ou o tipo da manifestação.

Fonte: DATALUTA 2014. Org.: A autora, 2015.

São apresentados na tabela todos os tipos de manifestações identificados no estado de Minas Gerais, com a quantidade e o número de participantes, que totalizam em seu conjunto 687 ações com a participação de 390.836 pessoas no período 2000-2014. São tratados neste trabalho especificamente os dez tipos mais frequentes segundo a classificação elaborada, sendo estas as estratégias mais utilizadas pelos movimentos sociais. Do mesmo modo, após a análise utilizamos de representação cartográfica para demonstrar a espacialização das ações.

As manifestações identificadas como *concentração em espaço público, bloqueio de rodovia e ocupação de prédio público*, juntas, somam 55% do total de ações promovidas no estado mineiro. Destes, 30% se trata de concentração em espaço público, sendo desse modo o tipo mais utilizado pelos movimentos sociais na tentativa de levar o problema ao conhecimento da população e pressionar o Estado.

Feliciano (2009) aponta que no início do século XXI, as principais formas de manifestação dos movimentos agrários brasileiros foram as concentrações em espaços públicos, a partir de

atos, paradas, gritos, levantes, protestos, comemorações, os quais tiveram a finalidade de agregar, sobretudo em espaços públicos, uma concentração de pessoas para debater, esclarecer, reivindicar e conscientizar outras, que estão de passagem, sobre questões que direta ou indiretamente afetam ou podem afetar a vida de grande parte da população (FELICIANO, 2009, p. 138-139).

Pressão e mobilização são dois elementos chave para os movimentos sociais continuarem a luta pelos seus ideais, aliás, fundamentais nas conquistas e mudanças. A pressão se dá pelas constantes ações promovidas dia a dia, no campo e na cidade, e demonstra a força política das organizações mantendo o assunto em discussão, fazendo do Estado o principal alvo. A mobilização é compreendida por meio da participação significativa de pessoas com um objetivo comum que se engendram nos atos públicos e no embate contra a desigualdade, e fazem principalmente a população participar desse contexto. À medida que a sociedade percebe a existência dos problemas colocados a partir desses atos públicos, de um grupo que decidiu lutar e resistir, espera-se a disseminação de uma conscientização coletiva.

Seguindo a ordem colocada, primeiramente explicaremos o tipo de ação envolvendo a *concentração em espaço público*. Esta se refere a ações promovidas em diferentes e variadas localidades contidas também de reivindicações distintas, na pretensão de reunir expressivo número de pessoas com vistas ao objetivo em comum. Acontecem em frente a órgãos governamentais, empresas públicas ou particulares, praças e avenidas, não apresentando desse modo um local específico. São exemplos dessa forma de ação no estado mineiro, conforme a base de dados, atos contra a impunidade na Chacina de Unaí (2004, 2006, 2007, 2008 e

2010), pela desapropriação da Fazenda Tangará (Uberlândia-MG, 2001); atos contra a poluição do Rio São Francisco (2009), e em oposição ao agronegócio (2010); protestos por segurança e Reforma Agrária (2009), protestos contra o Massacre de Felisburgo (2004 e 2012), entre outros. É no espaço público que se obtém maior notoriedade da sociedade, e da mídia especialmente, sendo que nele ocorre maior circulação de pessoas e bens com uma dinâmica que, se alterada, atinge a todos.

Representando 13% do total de ações no estado mineiro, o *bloqueio de rodovia* se configura como fundamental estratégia. Trata-se de uma forma de protesto com intuito de interditar a passagem de pessoas e veículos, seja em rodovias estaduais ou federais, especialmente nas vias de maior fluxo. É um importante modo de adquirir visibilidade, sobretudo pela mídia, uma vez que modifica a dinâmica do local onde se realiza a ação. Lembremos que a rodovia é o principal sistema de transportes no Brasil, por onde se deslocam pessoas, produtos e serviços, e quando para, gera inquietações.

Os movimentos não objetivam, com isso, causar problemas à população, por isso observamos que estas ações duram poucas horas. Há de se destacar que dentre este tipo configura-se também os bloqueios de avenida, que têm o mesmo objetivo, porém concentram-se nas cidades, em especial nos locais de intenso movimento. Normalmente nestes bloqueios os manifestantes esclarecem por meio de panfletos quais as causas e reivindicações que motivam a determinada ação.

A concentração dos bloqueios de rodovia se dá principalmente nas mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com destaque para o município de Uberlândia, interligado por importantes rodovias estaduais e federais; Norte de Minas Gerais, Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Mucuri.

O terceiro tipo mais praticado nas manifestações é a *ocupação de prédio público*. De acordo com Comerford (1999, p. 131), é nas capitais dos estados que a maioria das ocupações é realizada. Destaca também que “as ocupações de órgãos públicos, situados na capital do Estado ou na sede dos municípios, envolvem sempre o deslocamento de um grupo relativamente grande de trabalhadores da zona rural para a cidade”.

Em Minas Gerais, foram registradas ocupações em prédios do Incra (2000, 2001, 2006, 2011), prefeituras municipais (2002, 2005, 2010), Assembleia Legislativa (2011), Ministério Público (2012), Universidades Federais (Viçosa-MG, 2007; Uberlândia, 2012), prédio da Receita Federal (2005), entre outros. Esta ação se caracteriza pela ocupação, que normalmente dura um ou poucos dias, de órgãos representativos quanto ao assunto reivindicado, por exemplo, o Incra, responsável pelo assentamento das famílias e a assistência

aos assentados, e pela desapropriação de áreas; prefeituras municipais, comumente responsáveis pela aquisição de alimentos da agricultura familiar; câmaras municipais, uma vez que os vereadores devem ser também os representantes da população e de seus interesses, para os quais são reivindicadas as políticas públicas.

Como descrito por Comerford (1999), essas ocupações se iniciam com a entrada de um grande grupo de manifestantes, sendo eles homens, mulheres e crianças, no prédio onde funciona o órgão público escolhido. Na maioria das vezes, os ocupantes buscam a sala da direção da instituição procurando forçar a recepção pelo funcionário mais graduado presente no momento da ocupação. E continua o autor, ao destacar que há sempre um clima de “combatividade e festividade”, com os participantes exibindo bandeiras e proferindo palavras de ordem e cantos. “Geralmente, uma comissão de trabalhadores passa a negociar com os diretores do órgão em torno das reivindicações trazidas, enquanto a massa dos ocupantes se mantém em uma espécie de vigília festiva no prédio e nas proximidades” (p. 133).

Nestas ocupações, muitas vezes o objetivo dos manifestantes é promover uma reunião com os representantes dos órgãos públicos, a fim de definir soluções aos problemas colocados num processo de negociação, e neste caso com a reunião realizada ou agendada, finaliza-se a manifestação. Desse modo,

Esse grupo transpõe, simbólica e literalmente, barreiras físicas, policiais e burocráticas que se antepõem entre eles e os dirigentes dos órgãos, numa suposta recusa de mediadores (políticos e burocratas de escalão inferior) e de conformidade com normas burocráticas (encaminhamento de pedidos escritos, espera por momentos de audiência agendados etc). É como se quisessem alcançar diretamente, enquanto “corpo coletivo”, um “centro de decisão”, uma pessoa que tenha “o poder de decidir”, e abordá-la pública e diretamente. (COMERFORD, 1999, p. 134).

Os manifestantes conseguem minimamente algumas conquistas, como a exposição dos problemas e demandas daqueles que manifestam, que geralmente representam um grupo maior, mais uma vez tornando pública a questão e criando um fato político, além de garantirem acordos junto aos gestores responsáveis. Caso a proposição de acordos não seja cumprida, o prédio público voltará a ser ocupado pelo movimento.

A manifestação do tipo *temática* totaliza 62 ações no estado, sendo o terceiro tipo mais expressivo quanto ao número de pessoas, com 43.950 participantes. Trata-se de ações correspondentes à pauta dos movimentos definida previamente, tais como o Dia do Trabalhador Rural, Grito da Terra Brasil, Dia Internacional dos Atingidos por Barragem, Jornada Nacional de Luta, Dia Internacional da Mulher, entre outros. Conforme Pereira (2011, p. 60) destaca, o objetivo dessas ações é mostrar à sociedade e ao governo a pauta nacional do movimento.

Podemos agrupar os tipos *caminhada*, *marcha* e *romaria* por se constituírem de manifestações em movimento que percorrem distâncias predeterminadas, seja dentro de um município ou entre municípios, num processo que busca o diálogo com a população por onde o movimento percorre. A marcha difere da caminhada segundo a distância percorrida, sendo definida para percursos mais longos. Exemplo recente, foi registrada em 2012 uma marcha com a participação de dez mil pessoas pelas ruas de Brasília que marcou o encerramento do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas¹⁶. Para Fernandes,

A marcha é uma necessidade para expandir as possibilidades de negociação, para gerar novos fatos. Em seus ensinamentos e aprendizados, por meio de suas experiências, os sem-terra tiveram diversas referências históricas. Alguns exemplos utilizados na mística do Movimento são: a caminhada do Povo Hebreu rumo à terra prometida, na luta contra a escravidão no Egito; a caminhada de Gandhi e dos hindus rumo ao mar, na luta contra o imperialismo inglês; as marchas das revoluções mexicana e chinesa entre outras. (FERNANDES, 2000, p. 79).

O processo de *caminhada* ou *marcha* sempre esteve presente na história dos diferentes povos, que lutaram por seus direitos e pelo que acreditavam, e são nestes exemplos que os movimentos se inspiram para criar as estratégias de ação, instituindo espaços políticos de diálogos, denúncias e reivindicações.

A *romaria* diz respeito a ações mais específicas, como a Romaria das Águas e da Terra e Romaria da Juventude, de cunho mais religioso. Quanto a este tipo, Comerford (1999) afirma que

A Igreja Católica vem promovendo, há anos, em vários Estados, caminhadas envolvendo grande número de trabalhadores rurais representando comunidades rurais do Estado em que se realiza o evento, chamadas “Romarias da Terra”, que terminam em concentrações e celebrações religiosas em locais estrategicamente escolhidos, que são marcados como locais especialmente significativos para a “luta pela terra”. Por outro lado, organizações como o MST têm promovido caminhadas de grupos de trabalhadores rurais, geralmente representando assentados e acampados, vindos de algum ponto de concentração no interior dos Estados, rumo às capitais. Geralmente essas caminhadas alcançam considerável visibilidade, ganhando destaque na imprensa (COMERFORD, 1999, p. 128).

Não por acaso que o maior número de pessoas envolvidas é registrado para o tipo *romaria*, representando significativa participação e organização dos movimentos sociais e

¹⁶ Dados retirados da Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, disponível em <<http://terradedireitos.org.br/2012/08/24/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Pastorais da Igreja ligadas à luta pela terra, mesmo que esta classificação não seja expressiva na quantidade de ações no estado mineiro.

Experiência de participação em marcha nos traz uma militante do MST, que relata para a presente pesquisa os dias vivenciados em 2005 durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que percorreu centenas de quilômetros com destino à Brasília e contou com militantes de diferentes estados brasileiros, dentre eles de Minas Gerais.

Assim como a peregrinação pela Itália por 30 dias, a Marcha Nacional de 2005 de 30 dias foi acontecimentos maravilhosos em minha vida que nunca imaginei vivenciar, apenas aconteceu e foi uma experiência singular. Na marcha vivi e já com o olhar de pesquisadora, observei uma cidade de mais ou menos treze mil habitantes que foi montada e desmontada todos os dias, em uma organicidade harmônica. (ENTREVISTADO B, 2015).

O ato é comparado com a peregrinação religiosa na Itália em direção ao território sagrado, lugar mundialmente conhecido e também um dos locais cristãos mais visitados. Entretanto, a busca pelo sagrado neste contexto é transformada na busca pelo espaço político, em ocupar esse espaço, objetivo praticado por homens e mulheres que têm em suas vidas “uma longa peregrinação em busca de trabalho, moradia, saúde e educação para si e para os filhos” (CHAVES, 2000, p. 57). E prossegue em seu relato.

De madrugada todos os marchantes levantavam, tomavam café e partiam em marcha, enquanto a equipe de infraestrutura desmontava o acampamento e o transportava para o local à frente, onde iríamos pernoitar, depois do dia em marcha, encontramos os alojamentos, cozinha, banheiros e a secretaria em pleno funcionamento, aguardando a chegada da marcha. Os pertences como o colchão e os objetos pessoais, já se encontravam nas barracas onde os marchantes iriam dormir. A equipe de infraestrutura era formada por pessoas de todas as regionais do MST, e a cozinha era organizada por estados, o que garantiu minuciosamente que toda organicidade planejada funcionasse. (ENTREVISTADO B, 2015).

Como se vê, a organização do ato, desde os primeiros planejamentos até a formação das equipes responsáveis por cada setor, é fundamental para o sucesso da marcha. Enquanto ia acontecendo a manifestação, passando de cidade em cidade em diálogo com as populações locais e sendo divulgada pela mídia, existia um grupo de trabalho responsável por desmontar e remontar a estrutura física para receber os militantes que caminhavam durante o dia. Essa organização reforça o caráter político tanto do ato público quanto do movimento.

A Ciranda Infantil e a Escola itinerante também acompanhavam essa movimentação de montagem e desmontagem todos os dias. As crianças e adolescentes eram transportados de carro, enquanto a marcha seguia seu percurso. Tanto a ciranda quanto a escola eram montadas nas cidades

próximas onde a marcha passaria ou montaria o acampamento. Todas as crianças e adolescentes também recebiam formação, seja na ciranda ou na escola itinerante. Elas eram divididas por núcleos que recebiam nomes escolhidos por elas mesmas, como “Semente”, por exemplo. (ENTREVISTADO B, 2015).

Dentro dessa organização destaca-se também a estrutura que competia à educação dos filhos e filhas dos que marchavam. Por se tratar de uma manifestação de duração prolongada, a formação das crianças envolvidas no ato não deveria ser interrompida, além de estampar ao mesmo tempo uma das reivindicações da luta pela terra, que é a educação no e do campo e de qualidade, tendo sua viabilidade demonstrada na marcha.

Outra experiência que nunca havia vivenciado foi o banho que usávamos um e no máximo dois balde de água para higienizar. Pensei que não era possível conseguir um bom banho com tão pouca água, mas na verdade, descobri que tudo é relativo em nossas vidas, depende da conjuntura. Em 2005 a crise da água ainda não era assunto importante, mas participei de uma organização de uma cidade camponesa, racionando tudo, sem faltar e nem desperdiçar nada, onde tudo funcionou em plena harmonia e tranquilidade. (ENTREVISTADO B, 2015).

Desde as equipes de trabalho responsáveis por cada setor da manifestação, até o racionamento dos recursos utilizados visando atender toda a população daquela temporária “cidade itinerante” são elementos que conferem a uma marcha nacional seu poder político, de mobilização e articulação, como podemos observar no relato aqui exposto.

Figura 2 – Participantes reunidos na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, 2005



FONTE: Entrevistado B, 2015.

A Figura 2, cedida pelo entrevistado, traz o registro dos manifestantes reunidos durante o referido ato público. Este relato ilustra um pouco do que foi a essência da marcha e

sua simbologia, tanto para o manifestante que relata quanto para o contexto das manifestações de luta pela terra estudado pela presente pesquisa. Vale frisar que a Marcha de 2005, que saiu de Goiânia com destino a Brasília, foi a segunda edição dessa manifestação, sendo a primeira realizada em 1997. Ambas ganharam notoriedade nacional por meio do acompanhamento e divulgação pela imprensa e pelas entidades de apoio.

O tipo *acampamento*, que representa 27 registros com a participação de 9.517 pessoas, difere do acampamento formado após uma ocupação de terra, onde as famílias resistem para conquistar o assentamento. Este tipo de manifestação consiste na formação de acampamento em espaços públicos ou em frente a órgãos governamentais e empresas privadas nas cidades, por um curto período determinado pelo movimento, a fim de pressionar as instituições e o poder público. O município de Belo Horizonte concentra o maior número destas ações.

Um exemplo de acampamento foi registrado em 2012 pela equipe DATALUTA-MG, no município de Uberaba, em que devido a uma reintegração de posse, 100 pessoas do MST ficaram acampadas em praça pública (Praça Pio XXII) aguardando um posicionamento do Incra.

Outro exemplo de formação de *acampamento* foi tratado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, noticiando em 2011 que

Cerca de 50 famílias atingidas pelas barragens de Emboque e Granada, construídas na cidade de Abre Campo na Zona da Mata de Minas Gerais, começaram nesta terça-feira (20) um acampamento para denunciar a violação de direitos humanos na construção de barragens e reivindicar da empresa e do governo os direitos violados. As famílias acampadas reivindicam da empresa canadense Brookfield, responsável pelas duas barragens, o reassentamento das famílias prejudicadas e reativação econômica, social, ambiental e cultural, com projetos estruturantes, principalmente no distrito de Bicuíba, na área ribeirinha de Raul Soares, nas localidades de São Lourenço, Valão e no distrito de Granada. O MAB enviou ofício à empresa solicitando uma reunião e a Brookfield se comprometeu a estar no acampamento na quinta-feira (22) debatendo com os atingidos (MAB/Acervo DATALUTA, 21/09/2011).

Os atingidos pelas grandes construções da referida empresa privada se uniram num protesto pelos seus direitos, violados aos serem expropriados. Além de reivindicar terra e o reassentamento das famílias, exigem também que seja de responsabilidade da empresa, a partir de projetos, a reestruturação social, econômica, ambiental e cultural dos atingidos.

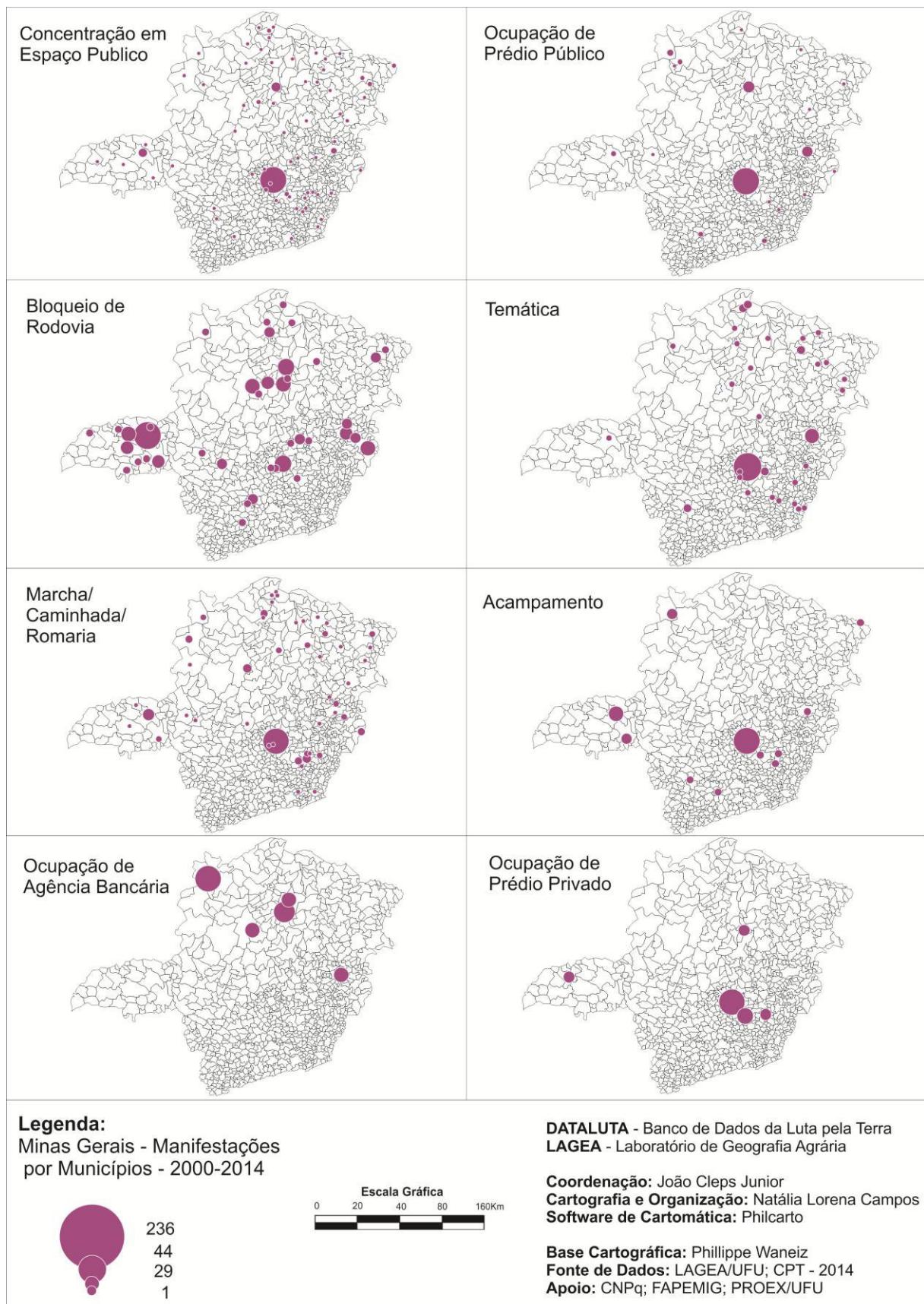
Os últimos tipos de manifestação tratados aqui são a *ocupação de prédio privado* e *ocupação de agência bancária*. Esta classificação tem princípios comuns com o primeiro tipo, *ocupação de prédio público*, porém difere quanto ao espaço, se tratando de empresas privadas

e especificamente de agências bancárias. Estas, por sua vez, são as instituições financiadoras nos processos de créditos para produção aos assentados, e comumente são alvos de manifestações que visam o refinanciamento de dívidas ou a liberação de recursos para construção de casas nos assentamentos. “As ações em agências bancárias são específicas para resolução de problemas financeiros e tiveram como alvos os bancos estatais: Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal na grande maioria das vezes” (PEREIRA, 2012, p. 67).

Quanto à *ocupação de prédio privado*, estes espaços representam os interesses capitalistas contra os quais os movimentos declaradamente se posicionam. São corporações que em diversos casos possuem extensas áreas de monoculturas para exportação; construtoras de grandes projetos nas áreas rurais; ou empresas que causam a degradação ambiental sem a devida preocupação com os recursos naturais ou com a população local, configurando-se logo em agentes que compõem o conflito entre os dois modelos de desenvolvimento.

A seguir, por meio da Prancha 1, demonstramos a espacialização dos dez tipos mais recorrentes de manifestações de luta pela terra no estado de Minas Gerais, conforme a análise até aqui empreendida.

Prancha 1 – Minas Gerais: tipologia das manifestações de luta pela terra
Número de manifestações por município, 2000-2014



Com isso, constatamos que os movimentos definem variadas formas de materializar suas reivindicações, em diferentes espaços políticos. Conforme Feliciano,

Ao final, pode-se verificar que as reivindicações dos movimentos agrários brasileiros, no início do século XXI, estão direcionadas a duas perspectivas. Uma, para a adoção de políticas de desenvolvimento do campo, baseadas na justiça para a maioria da população: política de combate à pobreza e à fome, política de desenvolvimento do campo, política de reforma agrária, política de regularização de posse, políticas ambientais, políticas aos povos tradicionais, políticas de respeito aos direitos humanos; e outra, contra a adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses de uma restrita parte da população e, em muitos casos, apenas de empresas transnacionais: contra a implantação de barragens, a transposição do rio São Francisco, a privatização das águas, plantio com organismos geneticamente modificados etc. (FELICIANO, 2009, p. 132-133).

As manifestações revelam então os diferentes fatores que inserem os sujeitos no embate de forças. Fica esclarecido que não se trata apenas de terra, da conquista de uma fração do território onde será possível a reprodução do modo de vida do campo, mas também de melhorias sociais, econômicas e culturais. Não é possível à população viver no campo sem as condições adequadas de moradia e trabalho, sendo que, é a partir da ação e da reação, principalmente coletiva, que a mudança pode acontecer.

Estas manifestações representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e nos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais a exposição de suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra. [...] Essas manifestações são oriundas da continuidade das relações conflitantes entre os camponeses, os agentes do agronegócio, antigos latifundiários e capitalistas agrários. E é justamente tornar o conflito público o objetivo central dessas ações (CLEPS JR et al, 2014, p. 6-7).

As formas pelas quais os movimentos sociais concretizam suas práticas estão agrupadas em uma ocupação estritamente ligada à luta por um espaço político: *ocupar para parar*, nas ocupações de prédios, bancos e em frente a instituições; *parar para ocupar*, nos bloqueios de rodovias e avenidas, e *andar para parar e ocupar*, nas marchas e caminhadas (FELICIANO, 2009, p. 135). Os espaços para cada tipo de ação não são definidos aleatoriamente, mas sim pensados a partir de objetivos comuns. Públcos, privados, empresas, praças, avenidas, rodovias, cada local representa um significado específico ao ser externalizado nestes o descontentamento com a atenção do Estado a partir das políticas públicas, e com os interesses dominantes.

2.2 Os espaços onde são realizadas as ações e seus significados

...tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível [...] o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.¹⁷

Destacamos nas manifestações seu caráter político e social, como assim fizemos nas páginas anteriores, e tão válido é considerar os espaços apropriados nos atos públicos. Estes estão carregados de significados e de uma simbologia estabelecida pelos que deles se utilizam, seja por estes espaços representarem o poder do Estado por meio dos órgãos públicos, os interlocutores, ou por onde passam centenas de pessoas diariamente com quem é possível o diálogo. A partir disso, destacamos a importância que se tem ao serem utilizados os diferentes espaços, nos quais são publicizados os problemas por que passam aqueles que se manifestam, objetivando ter a maior divulgação possível.

Considerando principalmente o viés geográfico, o espaço é um elemento essencial para se compreender a realidade em seus diferentes aspectos. Toda relação social se concretiza no espaço, e do mesmo modo as ações coletivas o tem como necessário para materializar os objetivos e reivindicações propostas. Desse modo, pode-se afirmar que os movimentos sociais são capazes e responsáveis em estabelecer uma nova organização socioespacial a partir das mobilizações que realizam, seja com as ocupações de terras, bloqueio de ruas e rodovias, marchas, entre outros. Tanto a ocupação, quanto o assentamento, bem como as manifestações da luta pela terra são experiências espaciais. É a partir dessas diferentes estratégias combinadas que os movimentos fazem avançar a luta.

Além de efetivamente utilizarem-se do espaço físico, de modo permanente ou temporário, esses sujeitos também ocupam e consequentemente alteram o espaço do campo político, e por que não dizer também do campo econômico e cultural. O objetivo é inserirem-se nesses *espaços* que por vezes são impedidos de ocupar. Desse modo, os protagonistas a partir dos movimentos sociais se colocam como sujeitos ativos da construção do devir social, tornando-se públicos e apresentando-se para o conflito (RAMOS, 2003). E ainda, ocupar o espaço público não significa automaticamente tornar-se público, para isso é necessário além de ocupar o espaço, ter sua ação concreta conhecida e reconhecida pela sociedade e pelos agentes públicos.

¹⁷ ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10^a Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 59.

Segundo Santos (2011), cada uma das ações confronta diretamente quem as vivencia a um interlocutor, além de serem pensadas como atos sensibilizadores da “opinião pública”, e desse modo pressiona órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais. São, portanto, múltiplas experiências espaciais da luta, do fazer da política, tanto para quem as concebe, aqueles que organizam e constroem a melhor estratégia a ser executada, quanto para quem participa delas, pois funcionam também como momento de socialização política.

Por exemplo, participar de uma marcha nacional para Brasília envolve não apenas um deslocamento físico em escala nacional, mas também, encontros e trocas de experiências entre indivíduos de diferentes locais e regiões, que proporciona uma visão, um sentido nacional de uma luta individual ou local, assim como a consciência e a expectativa de uma repercussão nacional e de respostas nacionais dadas por interlocutores nacionais. (SANTOS, 2011, p. 61).

A marcha, em que os sujeitos inscrevem no espaço e no tempo suas ideologias, é um momento político que reúne milhares de pessoas das diferentes regiões do país, portadores de possibilidades de construção de outro mundo, outra realidade. Em cada local, cidade ou região por que passaram, enquanto marchavam rumo à Brasília, deixaram registradas a luta e resistência desse povo. Assim, alcançam diferentes impactos a partir do ato, seja no diálogo com a sociedade, seja pela visibilidade por ser uma ação expressiva na mobilização de pessoas, ou então pela pressão junto ao interlocutor.

Por meio de suas diferentes estratégias de ação, o movimento social, de maior ou menor grau de atuação, utiliza-se do espaço para descortinar as contradições do espaço, contestando a ordem posta e até mesmo negando seu lugar que lhes é imposto no sistema social e econômico. Como afirma Porto-Gonçalves, “os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade” (2006, p. 21), na esperança de construção de uma nova ordem.

A manifestação é uma das expressões do conflito social, por também revelar as contradições entre os grupos e classes da sociedade. De um lado aqueles que reivindicam e denunciam, do outro os interlocutores e antagonistas para quem são destinados os protestos, e ainda o terceiro lado daqueles que assistem, indiferentes ou não à essa realidade.

Cada tipo de manifestação praticada pelos movimentos sociais expressa como se dá o uso político do espaço, este que por sua vez é fundamental à reprodução social destes que se manifestam e à continuidade da luta. Quando uma propriedade rural é ocupada, por exemplo, a terra representa a essência da ação, é a finalidade principal almejada, a terra para nela produzir. Assim também ocorre com os atos públicos pelos quais são expressas as diversas

reivindicações dos que lutam. Caminhar pelas avenidas da cidade traz um sentido diferente do que bloquear uma rodovia, do mesmo modo que difere em ocupar um prédio privado ou formar um acampamento em frente à Assembleia Legislativa. Cada ação explicita o seu sentido, cada espaço representa um objetivo. Além disso, com base nos tipos de manifestação elencados nesta pesquisa, destacamos que parte delas tem explícito o espaço utilizado, e na outra parte o espaço é implícito, como é o caso de greves e vigília.

Citando como exemplo, apresentamos uma reportagem da Página do MST que divulgou uma manifestação em Montes Claros organizada em 2011, onde

Cerca de 600 pessoas da Via Campesina, juntamente com sindicatos, professores, juventude e Pastorais Sociais, ocuparam a frente da prefeitura de Montes Claros, em Minas Gerais, às 6h, desta segunda-feira (5/9). Com isso, para este mesmo dia conseguiram uma audiência com o prefeito do município de Montes Claros, Tadeu Leite, e o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Calazans. Dois pontos centrais nortearam a audiência: a questão das políticas públicas para os assentamentos, principalmente no que se refere à infraestrutura, e a obtenção de novas terras na região (MST/Acervo DATALUTA, 06/09/2011).

Trata-se aqui de uma concentração em espaço público, uma vez que a reportagem indica a frente da prefeitura. Atentemos para o fato da ação ser decisiva para a posterior realização de audiência com o prefeito do município, bem como com o representante do Incra. Tratava-se de questões locais que envolviam tanto a tomada de decisões por parte da administração municipal, quanto da responsabilidade de âmbito federal. Neste caso o interlocutor foi o prefeito, a quem foi direcionado o diálogo a fim de buscar soluções para os assentamentos já criados, e o superintendente quanto à obtenção de novas terras.

Outro exemplo que elucida nossa análise remete a ocupação de uma agência bancária no município mineiro de Governador Valadares, conforme o registro representado pela Figura 3 a seguir, onde os manifestantes materializaram suas reivindicações a partir de uma ação articulada na Jornada Nacional de Lutas que aconteceu em 2010 em todo território nacional.

Figura 3 – Ocupação de agência bancária em Governador Valadares, 2010



Sem Terra ocupam Banco do Brasil em Valadares

26 de maio de 2010

Da página do MST

Cerca de 300 trabalhadores rurais, camponeses, sem terras e atingidos por barragens ocuparam a sede do Banco do Brasil, no município de Governador Valadares, em Minas Gerais, para reivindicar a renegociação das dívidas da agricultura familiar.

Os manifestantes denunciam o modelo do agronegócio e os privilégios desse sistema agrícola capitalista.

Enquanto este sistema recebe diversos recursos financeiros para se sustentar, por outro lado os trabalhadores camponeses que são responsáveis pela produção de 70% da alimentação do brasileiro não têm condições e nem recebem incentivos para melhorar a sua qualidade de vida.

Ao mesmo tempo em que camponeses são desvalorizados, o agronegócio trabalha causando a destruição de nossos recursos naturais para garantir cada dia mais o enriquecimento deste modelo.

A mobilização é parte da jornada nacional de lutas da Via Campesina realizada em todo o país e vem reivindicar:

- 1 - Assentamento de todas as famílias acampadas;
- 2 - Reassentamento das famílias atingidas por barragem;
- 3 - Renegociação das dívidas da agricultura familiar;
- 4 - Incentivo ao "Cartão verde" para a proteção dos recursos naturais;
- 5 - Assistência técnica, moradia e crédito para as famílias da Reforma Agrária e da agricultura familiar;
- 6 - Licenciamento ambiental específico para agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária.

Fonte: Acervo DATALUTA 2010.

Importante sinalizar que as reivindicações são acompanhadas de denúncias. Por vezes, a reivindicação exige ao mesmo tempo o apontamento das causas dos problemas aos quais os manifestantes demandam soluções. Neste ato, os movimentos reivindicaram a renegociação das dívidas da agricultura familiar, tendo como principal interlocutor o Banco do Brasil a partir do crédito financeiro concedido aos assentados. Para tanto, denunciaram o explícito favorecimento ao agronegócio por parte da gestão pública e, em contrapartida, a falta de incentivo aos camponeses e agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos. Ao mesmo tempo, expuseram a degradação dos recursos naturais causada por esse sistema agrícola capitalista.

Desse modo, captamos por meio dessa reportagem os objetivos que fizeram com que o movimento optasse pela ocupação de uma agência bancária, o que demonstra não se tratar de decisões aleatórias ao se organizar um ato público, pelo contrário, o espaço é o definidor das reivindicações. Quando prédios públicos ou privados, bem como agências bancárias são ocupados, essas ações explicitam um caráter de enfrentamento direto de modo a atingir imediatamente seus interlocutores.

Tanto no primeiro exemplo, quanto neste segundo caso, destacamos a articulação entre os movimentos na realização dos atos públicos, conformando então ações conjuntas. Uniram-se, e unem-se, sem terras, atingidos por barragens, sindicatos, organização internacional, dentre tantos outros, que têm por objetivo comum a alteração da estrutura dominante. Conforme Ramos (2003), a capacidade de articulação indica os contatos e alianças que os movimentos sociais conseguem estabelecer com outras organizações coletivas, instituições públicas ou privadas, mídia, ou seja, outros sujeitos sociais que são elementares para o debate e luta política, implicando na construção de relações estratégicas ou solidária e de união. “Conseguir estabelecer esse tipo de relação é fundamental para as estratégias de ação dos protagonistas, pois a cada articulação e aliança costurada, aumenta o poder político e possivelmente o econômico, o que possibilita aumentar a eficácia das ações”. (RAMOS, 2003, p. 32).

Esta articulação pode ser percebida a partir da reportagem seguinte, que noticiou a ocupação do Incra e Belo Horizonte, em 2013, por movimentos sociais ligados à luta pela terra no estado mineiro, tais como o MST, MLT, MPRA e outros.

Cerca de 350 Sem Terra dos movimentos sociais do campo seguem ocupando o prédio da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Belo Horizonte, Minas Gerais, há oito dias. O órgão foi ocupado na segunda, dia 21/01 para pressionar o governo federal a destravar a pauta da Reforma Agrária, paralisada há mais de dez anos em Minas Gerais. Após a ocupação o presidente do Incra, Carlos Guedes, ordenou a suspensão das negociações com os Sem Terra enquanto o órgão permanecer ocupado, mas os movimentos sociais do campo prometem não sair do prédio enquanto o governo federal não cumprir as reivindicações e destravar a pauta da Reforma Agrária. Enquanto o governo não dá respostas, os movimentos estão massificando a mobilização com a chegada de mais famílias Sem Terra de várias regiões de Minas. (CEDEFES/Acervo DATALUTA, 29/01/2013).

Dar continuidade à pauta da Reforma Agrária foi a motivação para que os movimentos sociais ocupassem o Incra na capital mineira, de forma a pressionar o governo. A sede do principal órgão responsável pela desapropriação de terras, assentamento das famílias, e demais competências relacionadas à efetivação de uma reforma agrária, é um dos principais alvos das manifestações do tipo *ocupação de prédio público*. É diretamente neste espaço onde é possível cobrar os acordos e promessas anteriormente firmados entre os movimentos e seus interlocutores.

Por outro lado, destaca-se a repressão feita pelo presidente da instituição aos movimentos que ali ocupavam o prédio, alegando que enquanto aquela ação perdurasse,

nenhuma negociação haveria. E nesse confrontamento direto, resistiram por pelo menos oito dias. Conforme o coordenador do MST no estado, presente na manifestação, o Incra foi ocupado para cobrar da presidente a desapropriação dos latifúndios e o desenvolvimento dos assentamentos no estado. “Os Sem Terra não aguentam mais tantas promessas do Incra que não são cumpridas. A paciência dos Sem Terra chegou no limite” (CEDEFES, 29/01/2013).

Ressaltamos que, a partir dessa ação, os movimentos sociais conseguiram uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA, na qual seriam discutidos os problemas do Incra em Minas Gerais, tais como os despejos de acampamentos do estado e a violência contra os trabalhadores rurais.

Pesquisadores do DATALUTA registraram um *bloqueio de rodovia* em 2012, onde cerca de 50 pessoas interromperam um trecho da rodovia BR-116 no dia 17 de abril, no município de Governador Valadares, mesorregião Vale do Rio Doce. A ação foi liderada pelo MST, e fez parte da Jornada Nacional de Lutas organizada em todo território nacional. Esse espaço da ação, a rodovia, é uma importante via de acesso para transporte de pessoas e bens, o que a torna estratégica ao movimento no sentido de parar para mobilizar e visibilizar a causa. Trata-se do uso político deste espaço, caracterizando o modo como os movimentos sociais alteram as ordens espaciais, impedem a continuidade de ordenamentos espaço-temporais e usos do espaço, mesmo que por um intervalo, controlam o acesso a espaços, ritmos, fluxos (SANTOS, 2011). Concordamos com o autor ao compreendermos que essas ações públicas são vistas, então, pelo caráter de intervenções espaciais, aspecto definidor nas estratégias que materializaram as manifestações.

Quando a ocupação é realizada em prédio privado, este espaço por vezes representa o interesse dominante sobre a terra e demais recursos naturais, tão importantes à população do campo para sua reprodução social e produção de alimentos. É o que exemplificamos com a reportagem da Figura 4 a seguir, de uma manifestação promovida em 2009 na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Figura 4 – Ocupação de prédio privado em Ouro Preto, 2009

Questão da Terra ▶ Atingidos Por Barragens

Atingidos Por Barragens

TRABALHADORES OCUPAM SIDERÚRGICA DE EMPRESA ESTADUNIDENSE

Trabalhadores ocupam siderúrgica de empresa estadunidense em Ouro Preto

13 de maio de 2009

Na tarde do dia 30 de abril, cerca de 200 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do MST e da Assembléia Popular ocuparam o saguão da empresa siderúrgica estadunidense Novelis, em Ouro Preto (MG). Os manifestantes reivindicavam indenização para as famílias atingidas pela usina hidrelétrica de Candonga e o título da terra para os reassentados atingidos pela Usina Hidrelétrica de Fumaça. Os manifestantes também protestaram contra os projetos de 20 barragens na região da Zona da Mata mineira. As principais hidrelétricas são as de Casa Nova e Baú, ambas da Vale e Novelis, e a energia gerada terá como destino suas indústrias de alumínio para exportação. Durante a ocupação, os manifestantes também denunciaram que há vários casos de câncer na população local em decorrência da poluição por resíduos de alumínio.

Fonte: Acervo DATALUTA, 2009.

A empresa estrangeira responsável pela construção de barragens na região mineira foi o alvo das reivindicações, em que os manifestantes alegaram não terem sido indenizados ao perderem as terras para a construção de uma usina hidrelétrica, bem como cobraram a titulação das terras às famílias já reassentadas. A empresa através de sua sede, foco da manifestação, é a responsável direta pelos problemas que demandavam soluções dos que ali manifestavam. E assim, tornam-se protagonistas aqueles que foram vitimados pela violência característica do processo de desenvolvimento em curso sob a hegemonia do bloco de poder assinalado (PORTO-GONÇALVES et al, 2014).

Ramos (2003) destaca o caráter aglutinador do urbano, o que explica o uso do espaço urbano para as práticas contestadoras dos movimentos sociais, uma vez que é na cidade onde acontece a maioria dos atos públicos. Para a autora, o urbano é entendido como um produto sócio-espacial que possui uma forma aglutinadora, pois aglutina pessoas, capital, instituições financeiras, comércio e indústrias, meios de produção, centros administrativos, órgãos do Estado, entre tantos outros. Por ser então o lugar que centraliza as decisões políticas, econômicas e culturais, torna-se o principal espaço onde são realizados os atos públicos, onde se ecoam as vozes do campo que se manifesta. “O espaço urbano é uma multiplicidade de sujeitos,

instituições e práticas que se relacionam, entram em tensão, em conflito e também produzem novas práticas e relações entre as pessoas. (RAMOS, 2003, p. 17).

Dessa forma, não é apenas na compreensão do sistema econômico e produtivo que entendemos a relação entre a cidade e o campo. No âmbito das lutas sociais e da atuação de seus sujeitos, essa interligação também apresenta suas características, demonstrando que os problemas e contradições do campo são manifestados também nas cidades, são consubstanciados e visibilizados no espaço urbano, pois assim como afirma Ramos (2003), é justamente a cidade o centro da política e onde é mais fácil conseguir entrar na cena pública.

2.3 O que move estes sujeitos na luta? As reivindicações expostas em cada prática contestadora

Vocês estão destruindo um lugar sagrado. Nós não podemos aceitar mais isso. Por isso, ocupamos seu canteiro trazendo nossa reivindicação, exigindo do governo o compromisso em respeitar os povos originários desse país, em respeitar nosso direito à terra e à vida. Ou, pelo menos, respeitar a sua própria lei – a Constituição e os tratados internacionais que vocês assinaram.¹⁸

O trecho utilizado foi extraído do Caderno Conflitos no Campo, publicação da CPT referente aos registros dos conflitos até o ano de 2013. Nestas *Cartas da Resistência Indígena* estão explícitos os conflitos entre o povo indígena e o governo em relação à construção de hidrelétricas na região Norte do país. A partir da leitura do texto, fica evidente que esse ano foi marcado pelas ações dos índios na garantia dos direitos de seus povos. Para tanto, é destacada a ocupação do canteiro de obras de Belo Monte, onde os índios permaneceram para terem suas reivindicações ouvidas e serem atendidos pelos representantes do governo federal.

Evidente ainda é o posicionamento contrário dos índios quanto à construção de barragens, já que estas destroem suas terras, a vida e os costumes indígenas bem como dos não indígenas, tais como pescadores e ribeirinhos, e a ocupação do canteiro de obras foi a forma praticada para efetivamente revelar quantos problemas estão sendo causados por consequência destas intervenções na natureza. “Nós estamos em seu canteiro e não iremos sair enquanto vocês não saírem das nossas aldeias” (p. 145)¹⁹.

Este tipo de manifestação, assim como os atos públicos em Brasília promovidos pelas diferentes etnias indígenas, são mais um exemplo da importância em confrontar as imposições

¹⁸ Cartas da Resistência Indígena. In: **Conflitos no Campo Brasil 2013/CPT**. Organização e seleção: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional, 2014, p. 144-148.

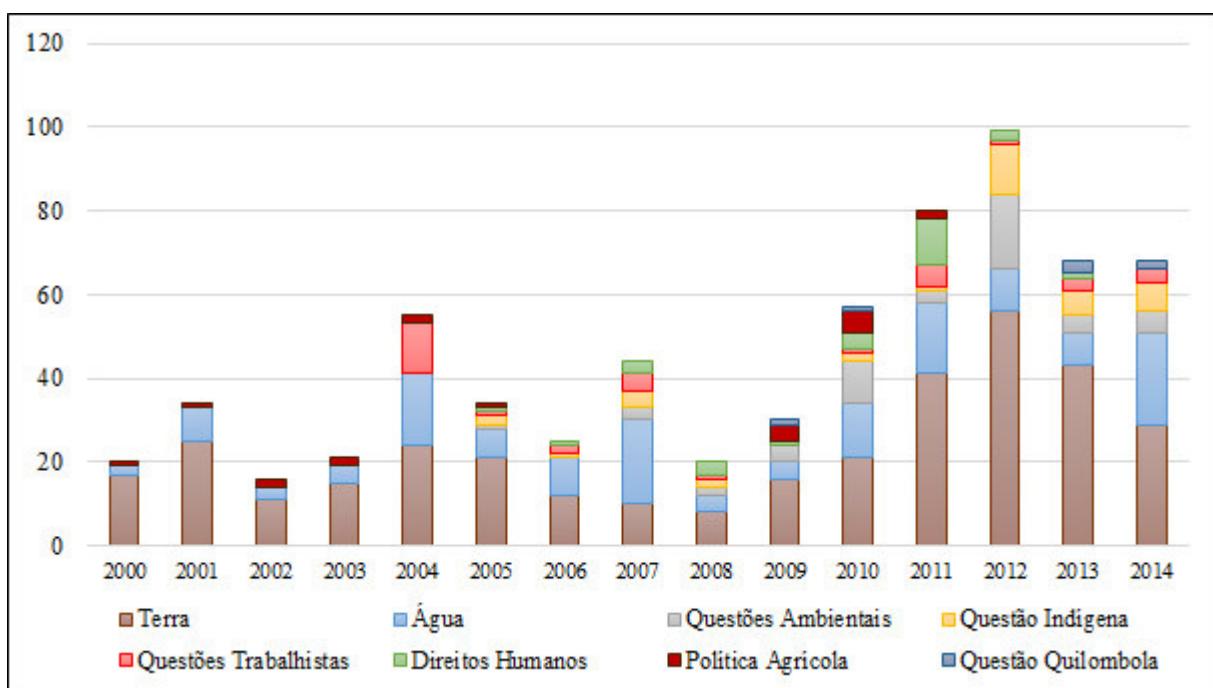
¹⁹ Idem.

praticadas contra os diferentes sujeitos que têm a terra como fundamento da vida, e questionar as ações que atendem aos interesses dominantes à revelia da maioria da população, esta que é a mais atingida.

Lançamos mão de um exemplo de conflito e manifestação em nível nacional, por este ser representativo no assunto que aqui abordamos, e entendendo que a questão indígena cada vez mais faz parte desse contexto que analisamos dos conflitos no campo. Em Minas Gerais, as comunidades tradicionais, a saber os indígenas e quilombolas, também são protagonistas na luta pela terra, mesmo que em menor atuação do que em outros estados brasileiros. Compreender as motivações e os porquês das ações públicas promovidas pelos diferentes sujeitos, é o objetivo substancial deste tópico.

Conforme a sistematização dos dados registrados pelo DATALUTA, foi possível definir as principais características das manifestações praticadas no estado mineiro nesse período de 2000 a 2014. Ano a ano foram identificados os temas centrais que motivaram as organizações coletivas a protestarem e reivindicarem seus direitos no âmbito da questão agrária. Assim, obtemos o Gráfico 7 a seguir de modo a ilustrar nossa afirmação.

Gráfico 7 – Minas Gerais: características das manifestações, 2000-2014



Fonte: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

O Gráfico 7 explicita oito temas centrais que são norteadores ao se promover uma manifestação em Minas Gerais pelos movimentos sociais, e a partir dessas características

podemos identificar os desdobramentos das reivindicações expostas. De antemão destacamos que a questão da terra é o principal tema na luta, o que mais uma vez confirma a centralidade e atualidade da questão agrária, e revela do mesmo modo o quanto essa temática vai se tornando cada vez mais complexa ao longo do tempo com a inserção de novos elementos. Assim, manifestações que tem como característica principal a questão da terra representam, em nossos estudos, 51% do total dos registros das práticas contestadoras, tal como está representado por meio do gráfico, assim como também é predominante em cada ano.

A questão da água é outro tema relevante nesse contexto. Expressiva em 22% do total e presente em cada ano, essa temática envolve principalmente a construção de barragens no estado mineiro, realidade contra a qual os movimentos lutam, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Essa intervenção na natureza, que está ligada à geração de energia, atinge sobremaneira diversas populações que são retiradas de seus locais de origem e reassentadas em outras localidades por responsabilidade das empresas. Entretanto, esse reassentamento por vezes não acontece, ou é um procedimento moroso, o que leva esses sujeitos a reivindicarem seus direitos e cobrarem os compromissos firmados antes da construção das barragens.

“A questão da água está intimamente ligada à questão fundiária e, por aí, à questão (da reforma) agrária, pelo fato de não se plantar sem água. Em termos agrários e rurais, não se democratiza a água sem democratizar a terra. (PORTO-GONÇALVES et al, p. 157, 2014). Esse tema também está profundamente ligado à proteção da natureza, já que os movimentos lutam também pela preservação do meio ambiente e pelo uso justo e adequado dos recursos naturais.

Em sequência temos as questões ambientais, seguida da questão indígena e questão trabalhista. Observando a sistematização do DATALUTA, estes três temas centrais intensificam a partir de 2004, especialmente quanto à questão trabalhista, que envolve o crime conhecido como Chacina de Unaí, município do Noroeste de Minas, onde quatro fiscais do Ministério do Trabalho foram assassinados numa emboscada em uma fazenda da região. Esse fato fez com que centenas de pessoas de movimentos sociais e sindicatos protestassem contra a violência e pela condenação dos envolvidos.

A questão indígena envolve também, além da demarcação das terras, atos praticados pelas diferentes etnias contra a violência e mortes de índios que lutam pelos seus territórios, além de reivindicarem melhor atenção do Estado quanto à saúde e garantia de direitos. Por

fim, as questões ambientais visaram denunciar os crimes cometidos contra o meio ambiente e os recursos naturais, que muitas vezes é de uso prioritário para a agricultura de larga escala.

Quando o tema é sobre os direitos humanos, está relacionado à punição aos crimes cometidos no campo, bem como os atos contra o despejo de famílias acampadas, além de envolver tema específicos como em comemoração ao Dia Internacional da Mulher que atuou, por exemplo, em favor da igualdade para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. E por fim, a característica da questão quilombola é identificada neste cenário, tratando de assuntos específicos como a regularização de território e a titulação de área quilombola, já que este é também um espaço de resistência das populações tradicionais que lutam para manter e permanecer em seus lugares com os quais se identificam histórica e culturalmente.

É necessário, assim, identificar as reivindicações expostas em cada característica até aqui apresentada, a fim de conformarmos um cenário geral da realidade das manifestações da luta pela terra em Minas Gerais nesse período estudado. Chegamos, então, à elaboração do Quadro 3, no qual são explicitadas todas as reivindicações externalizadas pelos movimentos em suas manifestações.

Quadro 3 – Minas Gerais: tipos de reivindicações e os propósitos das manifestações de luta pela terra, 2000-2014

(continua)

Tipos de reivindicações	Propósito
Acesso à água	
Assistência técnica	
Crédito	
Incentivos à pequena produção	Garantia de infraestrutura e de produção nos assentamentos
Infraestrutura	
Políticas públicas	
Redução de preços	
Renegociação de dívidas	
Assentamento de famílias	
Contra expropriação	
Contra grilagem	
Contra o Banco da Terra	
Desapropriação	Direito ao acesso à terra
Pelo limite da propriedade da terra	
Reassentamento	
Reforma Agrária	
Regularização fundiária	

(conclusão)

Tipos de reivindicações	Propósito
Assessoria Jurídica Popular	
Contra a injustiça e a violência	
Contra despejo	
Contra exploração do trabalhador	
Cumprimento de acordos	
Direitos trabalhistas	
Educação	Garantia dos direitos básicos à cidadania
Igualdade	
Indenização	
Pagamento de salários	
Saúde	
Soberania alimentar	
Trabalho	
Contra a expansão do eucalipto	
Contra agrotóxicos	
Contra barragens	
Contra mineradoras	
Contra monocultura	Contra a imposição do atual modelo de
Contra o desmatamento	desenvolvimento do campo
Contra pivôs centrais	
Contra transgênicos	
Contra a especulação imobiliária	
Defesa da água e do meio ambiente	
Demarcação de área indígena	Acesso e permanência das populações
Titulação de área quilombola	tradicionais em seus territórios

Fonte: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

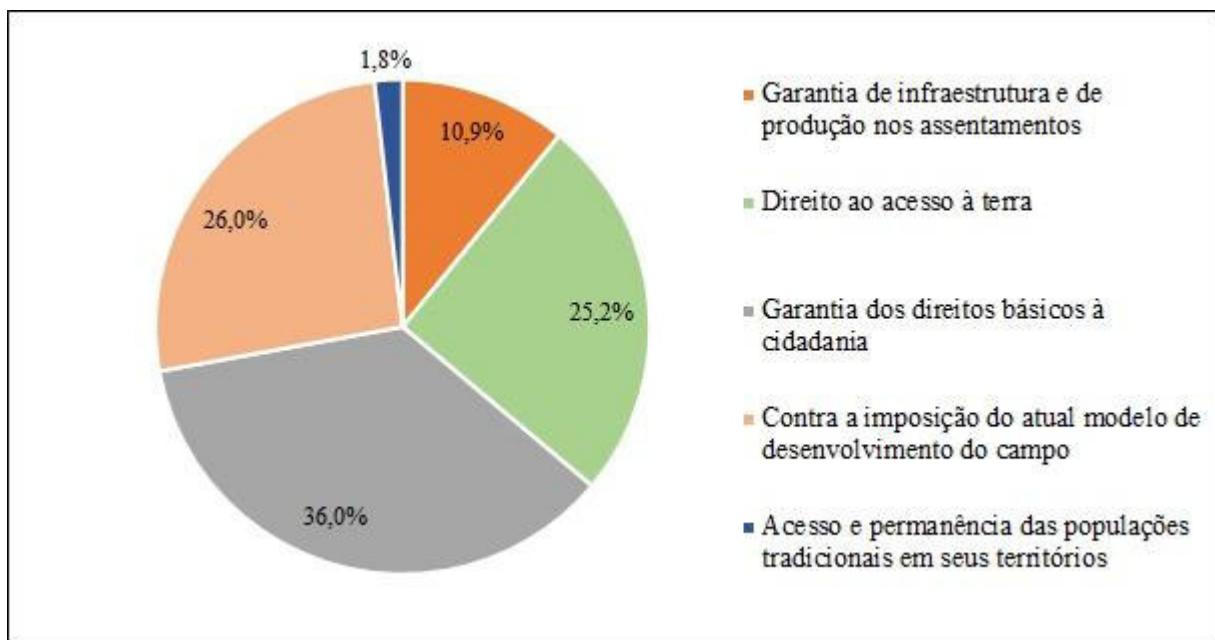
Essas reivindicações e denúncias compreendem o que chamamos de conteúdo das manifestações, são as causas e bandeiras que movem os sujeitos nos protestos, marchas e ocupações de prédios, na busca de soluções para os diversos problemas enfrentados no cotidiano de cada um, até mesmo dos que não participam diretamente do conflito. As reivindicações revelam os diferentes elementos que compõem o contexto da questão agrária em Minas Gerais, e torna possível compreender quais pontos precisam de maior atenção do Estado. A luta pela terra implica num aprendizado que não se limita à conquista econômica, uma vez que neste processo é realizado um conjunto diversificado de reflexões e ações, que envolve o resgate de valores, cultura e costumes do campo, além das ações referentes à geração de renda, pobreza, concentração fundiária e violência no campo, conformando um

contexto de críticas à estrutura desigual da sociedade pautada pelo modo capitalista de produção (FABRINI, 2008).

A partir da sistematização das reivindicações, estas são agrupadas segundo o que denominamos como *propósito*, por meio do qual é possível até mesmo refletir sobre as áreas de atuação do Estado com base em políticas públicas. Tomamos como direção inicial a sistematização elaborada por Feliciano (2009) quanto às reivindicações em nível nacional expostas pelos movimentos sociais.

Qualitativamente pensando, chegamos ao Gráfico 8, que demonstra em porcentagem os propósitos das reivindicações externalizadas nas manifestações de luta pela terra. A apuração para se chegar a esse resultado faz-se sobre o somatório das reivindicações registradas, que posteriormente são agrupadas segundo o propósito a que se pretende chegar com as manifestações. Destacamos que o somatório das reivindicações se apresenta maior que o total das manifestações já representado anteriormente neste trabalho, uma vez que em um único ato público podem ser apresentadas mais de uma reivindicação.

Gráfico 8 – Propósitos segundo as reivindicações das manifestações em Minas Gerais, 2000-2014



Fonte: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

O primeiro deles indica as manifestações que cobram e lutam por um outro desenvolvimento do campo, que atenda à sua população como um todo garantindo a reprodução econômica e social destes sujeitos. São demandas que ultrapassam a questão do

acesso à terra, e vai além pela garantia de permanência na terra, a partir das condições adequadas que possibilitem o trabalho e moradia no campo. Assim, os movimentos cobram por assistência técnica; por créditos e incentivos à pequena produção, o que garante a inserção destes produtores na economia local e regional; infraestrutura nos assentamentos rurais, como luz, água e moradia.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, é de competência do Incra por meio da Ação nº 8396, a implantação e recuperação de infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária. Consta, segundo essa Ação, a priorização dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, criando as condições físicas necessárias à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável (MDA, 2008-2011).

Além das medidas relacionadas à estrutura física do assentamento, outras demandas como a renegociação de dívidas também fazem parte das pautas reivindicativas dos movimentos, o que permite dar continuidade à produção agrícola e geração de renda nos assentamentos e ao acesso a políticas públicas, como o sistema de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Fabrini (2015) sinaliza que os movimentos de sem-terrás estão dando mais atenção para os assentamentos, que pode ser percebido nas propostas de formação de cooperativas e na preocupação com a coletivização da terra, trabalho e meios de produção. Mas não devemos esquecer que essa preocupação com o trabalho na terra, com o que fazer com a terra e a organização interna dos assentamentos para fortalecer as resistências, sempre esteve presente desde as primeiras conquistas.

A preocupação dos movimentos de sem-terrás de fortalecer os assentamentos coaduna com o projeto atual do governo federal para assegurar capacidade produtiva e qualidade de vida às famílias. Para assegurar qualidade de vida às famílias é necessário dotar o meio rural de condições adequadas de educação, moradia, energia elétrica, internet, comunicação, crédito, agroindústria, inserção da produção camponesa no circuito comercial, dentre outras. Nessa conjuntura, os temas educação e ambiente, sobretudo a agroecologia, passaram a receber atenção especial dos movimentos camponeses. Portanto, é preciso lutar por políticas públicas para fazer dos assentamentos e do meio rural um lugar bom para viver. (FABRINI, 2015, p. 5).

É preciso lutar para fazer dos assentamentos e do campo um lugar que assegure qualidade de vida às famílias assentadas, onde se tem garantidos a infraestrutura e os meios suficientes para a produção. A atuação do governo em suas diferentes escalas deve garantir

essas condições, responsabilidade essa contida principalmente em legislação. Entretanto, a garantia dos direitos se dará principalmente com a pressão dos envolvidos nesse contexto, representada pelas manifestações dos movimentos.

Um dos entrevistados, representante do MST regional do Triângulo Mineiro, destaca a burocracia em obter os recursos financeiros como um dos principais empecilhos enfrentados no campo, “*porque nós tem o recurso liberado pelo governo, quando chega no banco o banco nem conhece que existe esse recurso*” (ENTREVISTADO A, 2015). Essa é uma barreira constante na vida do assentado, que assegura ser esse um problema para dar andamento na produção dos alimentos e na manutenção de seu lote.

Então tem essa barreira e essa barreira é constante, no dia a dia. Eu tô com um projeto aí que já tá, liberou assim, parcial, mas dividiu ele em três partes. Como é que você faz um projeto, divide ele em três partes se tem que aplicar ele de uma vez só? Aí, coloquei lá no projeto: irrigação, água, tá lá constando no documento que eu posso, e aí chega no banco ‘isso aqui não pode, não pode, tira tudo e faz outro’. Fiz outro, ‘mas isso aqui também não pode, faz outro’. Peraí, ocês querem que eu faça o quê? ‘Você deve por máquina’, por máquina pra que? Eu não vou comer máquina, a máquina não vai me dar esse retorno, ‘mas é o que a gente pode aprovar.’ E aí fica amarrado, não faz. Essa é uma grande dificuldade que nós temos aqui na roça. (ENTREVISTADO A, 2015).

O assentado destaca a burocracia na obtenção de recursos para colocar em prática um projeto de cultivo em seu lote no assentamento, o que o obriga a aguardar por mais tempo a liberação do crédito pelo banco, e fazer as adequações exigidas pela instituição, que por vezes não condiz com o objetivo do assentado. Por esses motivos apontados pelo assentado, foi pensada uma ação futura em Belo Horizonte a fim de buscar soluções para impasses como esse.

Mas agora nós tá trabalhando num ponto pra nós chegar e chamar o governo mais o banco e entrar nesse acordo, ‘ó, isso aqui tem que ser liberado’. Que nem hoje tem, o governo liberou agora pra nós 29 bilhões e nós não tem acesso, nós não pode acessar. De que adiantou? Criou um negócio bonito, criou uma festona, eu tava lá, trem mais chique, e quando nós vai lá, ‘não tem nada disso não’, o cara nem sabe disso, ‘num existe isso não’. Mas tá aqui o documento, ‘mas o governo não mandou pra nós não, vai lá e conversa com eles’. Aí nós tá querendo fazer um grande ato agora pra colocar os dois juntos, banco e governo que liberou tudo e fez essa bagunça, ele que conserte. (ENTREVISTADO A, 2015).

Para o representante do movimento, uma ação apropriada que pode cobrar a solução do problema é reunir representantes do governo federal, dos bancos que são responsáveis pela concessão dos créditos, e dos movimentos a partir dos assentados que buscam esse

financiamento, para então chegarem a um ponto comum que consiga atender a demanda desses trabalhadores para dar continuidade ao trabalho no assentamento por meio dos recursos destinados pela instância federal. Só assim, a partir da pressão e do diálogo, é que chegarão a um acordo.

Pressão e mobilização também são identificadas nas reivindicações das manifestações que têm por finalidade principal o direito ao acesso à terra, esta que é a bandeira primeira do processo de luta pela terra e dos movimentos sociais nesta realidade envolvidos. Afinal, “a questão da terra é não só uma questão econômica, do campo técnico-produtivo, mas sobretudo uma questão de justiça social e de afirmação ou negação democrática. (PORTO-GONÇALVES et al, p. 156, 2014).

Desse modo, cobram pelo assentamento das milhares de famílias acampadas, proposta essa que consta principalmente no Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA; assim como lutam pontualmente pela desapropriação de fazendas que não cumprem sua função social segundo as dimensões produtiva, ambiental e trabalhista, e se tornaram alvos das ocupações de terras. Exemplo disso foi o ato realizado em junho de 2013, onde os manifestantes bloquearam a BR-153, no Norte de Minas Gerais, requerendo ao Incra a negociação de terras ocupadas na região.

Uma manifestação promovida por membros do Movimento dos Sem Terras (MST) gerou um congestionamento de 20 km na tarde desta sexta-feira (7) na BR-135, entre os municípios de Bocaiúva e Joaquim Felício, no Norte de Minas Gerais. A rodovia, obstruída com pneus e árvores queimadas, ficou interditada por quase duas horas. Os manifestantes cobram ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que eles não sejam despejados das terras onde moram. “Nós temos dois acampamentos aqui, um em Olhos D’água e outro em Engenheiro Navarro. Os proprietários já manifestaram interesse em vender as terras, mas o INCRA simplesmente fala que não é balcão de negócios”, afirma Tatiana Gomes, coordenadora do movimento. Cerca de 200 pessoas participaram da manifestação. Eles alegam que a produção de alimentos nos acampamentos é o único meio para sobreviver. (Portal G1/Acervo DATALUTA, 07/06/2013).

Para os representantes do movimento, a desapropriação das terras já ocupadas significa a segurança às famílias em dar continuidade na produção dos alimentos. Uma vez que, segundo a coordenadora, os proprietários alegaram interesse no processo, compete ao Incra agilizar os procedimentos para que se faça a desapropriação e assentamento dos acampados. Logo, essa estratégia em bloquear a rodovia próxima à área objeto da ação, conforme representado pelas Figuras 5 e 6 na sequência, foi um instrumento de pressão junto ao órgão. Além disso, os assentamentos originados em terras desapropriadas representam de fato uma reforma da estrutura fundiária concentrada.

Figuras 5 e 6 – Bloqueio da rodovia BR-153 pelo MST no Norte de Minas Gerais, 2013



Fonte: Portal G1/Acerto DATALUTA, 07/06/2013.

A desapropriação, assim como já abordado no início deste trabalho, é a principal forma de obtenção de terras para o assentamento das famílias, sobretudo como resultado das ocupações de terras promovidas pelos movimentos, esta que é a primeira forma de pressão. Entretanto, trata-se de um processo moroso que depende da continuidade no enfrentamento e mobilização por parte dos que lutam.

Sendo o assentamento o resultado da desapropriação, vale ressaltar que a constituição deste outro território acarreta a introdução de novos elementos no âmbito local e/ou regional, podendo alterar inclusive as relações de poder. Como destaca Medeiros (2003), em se tratando de área de conflito fundiário, a partir da resistência e ocupação de terras, a desapropriação e o consequente assentamento sinalizam o reconhecimento do conflito por parte do Estado. O resultado dessa dinâmica é a mudança nas relações locais, como, por exemplo, a atuação de agências públicas voltadas à implantação e à viabilização do assentamento, além dos casos de participação dos assentados na vida política seja no município, seja na região, fator importante na constituição dos interesses dos assentados e no seu reconhecimento social.

São elementos também sustentados por Leite e Ávila (2008), quanto às mudanças advindas da constituição de um assentamento, em que “esas nuevas estructuras de producción y ocupación del territorio van engendrando poco a poco transformaciones de tipo económico, político y social que alcanzan a la población beneficiaria y engloban a los demás agentes e instituciones locales” (p. 315), sinalizando como exemplo os efeitos positivos em nível municipal, como a diversificação da produção agrícola e o fortalecimento político dos beneficiários.

Entendendo a Reforma Agrária como uma política mais abrangente, esta se torna também uma das reivindicações, ao exigirem não apenas o assentamento ou a desapropriação de áreas específicas, mas sim uma política nacional efetiva que seja cumprida tal como promete o governo. Por esse motivo é que os movimentos realizam jornadas de mobilização em todo o território brasileiro, assim como aconteceu em novembro de 2011, a partir do Dia Nacional de Mobilização pela Reforma Agrária. Na ocasião, publicizada pelo Cedefes, o MST de Minas Gerais ocupou o Incra em Belo Horizonte, na manhã de 30 de novembro daquele ano, para pressionar o órgão por obtenção de terras e avançar a reforma agrária no estado. Observemos que não se trata de desapropriação de uma área específica, mas sim da cobrança de agilidade para assentar as famílias acampadas em todo o estado.

O que esse ato denuncia é a lentidão das ações governamentais, a inoperância da gestão pública em lidar com tal realidade e implantar os projetos e recursos já destinados à criação de assentamentos e à manutenção destes. Ou seja, objetivam colocar, ou recolocar, a pauta da reforma agrária na centralidade do governo, fazer com que este dê a devida atenção à causa e cumpra seus acordos. Conforme transcrito na reportagem, o compromisso assumido pelo governo foi suplementar o orçamento do Incra, “elaborar uma política para a Reforma Agrária (uma emergencial e outra a longo prazo) e a renegociação das dívidas dos pequenos trabalhadores rurais” (Cedefes/Acervo DATALUTA, 30/11/2011).

Assim como afirma Oliveira (2007), a história tem sido implacável com aqueles que tentam ignorar a Reforma Agrária, uma vez que esta tem um objetivo social por ser o caminho para retirar a população da marginalidade social, ao menos uma parcela; e é também econômica, por ser ela responsável em aumentar a oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades, os assentamentos, ao mercado. “Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual esta parcela da população conquista a cidadania. (OLIVEIRA, p. 146). Lutar pela terra é lutar pela reforma agrária, é lutar pela cidadania.

Do mesmo modo como reivindicam essa política de alteração da estrutura fundiária, os movimentos se posicionam contrariamente a políticas governamentais que vão na contramão do direito ao acesso à terra, tal como foi o Banco da Terra criado em 2001, identificado pelo DATALUTA como reivindicação e denúncia. Essa política implementada em algumas regiões brasileiras e desenvolvida entre o governo brasileiro e Banco Mundial, compõe a chamada Reforma Agrária de Mercado, e consistiu num projeto de linha de crédito para trabalhadores rurais ou minifundistas comprarem terras, negociadas diretamente com os proprietários

através de associações.²⁰ Compreendendo a intenção desta ação governamental e seus desdobramentos, organizações como CPT, MST e Contag, em ato público, destacaram o quanto contrária essa política era à luta pela terra e aos movimentos.

No contexto do direito ao acesso à terra, uma das reivindicações é o reassentamento de famílias atingidas por obras de barragens no estado de Minas Gerais. Ação desse caráter foi realizada em 2010, a partir da ocupação de prédio público no Incra de Belo Horizonte, onde, dentre as reivindicações dos atingidos por barragens, “está a vistoria das terras para reassentamento das famílias já cadastradas, plano de reassentamento e aquisição das terras, término do cadastramento das famílias pelo Incra e políticas para a subsistência das famílias acampadas” (Página do MST/Acervo DATALUTA, 07/06/2010).

Devido a essa violação dos direitos, em março de 2014 cerca de 120 pessoas do MAB ocuparam o prédio da prefeitura do município de Indaiabira (Foto 7), no Norte do estado, em defesa das famílias atingidas pela Barragem de Berizal.

Figura 7 – Manifestação do Movimento dos Atingidos por Barragens em Indaiabira, 2014



Fonte: Página do MAB/Acervo DATALUTA, 13/03/2015.

Esta ação compôs o dia de lutas realizado pelo movimento em alguns municípios da região Norte de Minas, onde reivindicaram os direitos das populações envolvidas. Para o caso da Barragem de Berizal,

²⁰ O programa Banco da Terra foi criado no Governo FHC e extinto no Governo Lula, e gerou diversas dificuldades aos mutuários atendidos pelo projeto, devido, entre outros fatores, à falta de informações, aquisição de áreas inviáveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas, bem como falta de assistência técnica e dívida do financiamento. FREITAS, Ricardo Luis. **Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado - MARAM:** conquistas e desafios dos mutuários do Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

A reivindicação é que, caso as obras sejam retomadas, seja elaborado um plano detalhado de reassentamento para as 700 famílias que vivem na região. [...] Segundo a militante do MAB na região, Érica Teixeira, diversos direitos são constantemente violados na construção de barragens. “Vários direitos são violados, antes, durante e depois da construção das obras, principalmente o direito à informação, participação, liberdade de reunião e expressão”. (MAB/Acervo DATALUTA, 13/03/2014).

Destacamos a falta de acesso à informação como um ponto importante, denúncia feita pela representante da organização, e a não participação destas populações no debate e tomada de decisões quanto à construção desses grandes empreendimentos que alteram toda a estrutura e dinâmica da região, já que estes serão os principais afetados ao perderem suas terras.

Dando continuidade à análise das reivindicações expostas nas manifestações, tem-se as ações motivadas pela garantia dos direitos básicos à cidadania, apresentando uma diversidade de exigências que perpassam pelos direitos dos trabalhadores, mulheres e crianças. Pois a todo cidadão é garantido educação, saúde, justiça, trabalho, moradia, segurança, dentre outros direitos sociais. E assim lutam os movimentos, em busca de garantir o que está previsto em lei. Por isso identificamos manifestações que reivindicaram melhor atenção no âmbito da saúde, educação e trabalho à população do campo, e diversas vezes foram ações em conjunto com a população da cidade.

O mais emblemático de todos os registros foram os atos públicos que cobraram justiça aos acusados de cometerem crimes contra os trabalhadores do campo e envolvidos na luta pela terra, casos que engrossaram os números da violência no campo dos últimos anos tanto no estado mineiro quanto no Brasil. O principal e mais grave deles foi o Massacre de Felisburgo, ocorrido em novembro de 2004 no Acampamento Terra Prometida, Fazenda Nova Alegria, situado no município de Felisburgo, mesorregião do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Neste caso, cinco trabalhadores rurais sem-terra, acampados do MST, foram assassinados. Além destes, outros sem-terra foram feridos por tiros e barracos foram incendiados. Segundo informações do movimento, parte da fazenda em questão foi ocupada em 2002 por ser devoluta e grilada pelo proprietário, que é o acusado de ser o mandante do crime. Mas as elites, “como têm que garantir o passado, vêem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Somente em 2013, após nove anos, o crime foi julgado e alguns dos acusados foram condenados, entre eles o fazendeiro e mandante do crime, que respondeu em liberdade ao longo do processo. Durante esse período, centenas de manifestantes foram às ruas denunciar a lentidão da justiça neste caso e proporcionar uma repercussão nacional, não permitindo que o

fato caísse no esquecimento e mostrando à sociedade a violência dos conflitos no campo que perdura até hoje na realidade agrária brasileira, que por vezes é abafada. Treze anos após a ocupação da área pelo movimento, em 2015 o governador do estado mineiro assinou o decreto de desapropriação da Fazenda Nova Alegria. Ou seja, depois de anos de luta e resistência, e com um massacre no histórico deste caso, as famílias acampadas finalmente conquistaram seus objetivos.

Observamos que, desde 2004, ao menos uma vez a cada ano, tanto o MST quanto outros movimentos em conjunto, realizaram manifestações contra a injustiça e a violência referentes ao Massacre de Felisburgo. Especialmente em 2013, ano do julgamento, acampamentos foram formados em frente ao Fórum em Belo Horizonte; bem como foram realizadas caminhadas pelas ruas e avenidas da capital; vigílias diante o Tribunal de Justiça, entre outros atos que cobraram do Judiciário e do Estado a devida punição ao crime. Este que por sua vez também é responsável pelo cenário de violência no campo, seja por participação, seja por omissão.

Esta é uma importante constatação, pois é fundamental manter na lembrança da sociedade e das demais esferas da gestão pública os casos de violência, dando a visibilidade necessária para que sejam de fato apurados e tenham seus acusados julgados e condenados quando comprovada a acusação, sendo este o meio de pressionar para se chegar ao fim pretendido.

O Poder Judiciário, segundo Pontes (2012), trata o conflito social como conflito localizado e individualizado, num processo formal no qual os sujeitos são destituídos de suas particularidades, vivências e experiências, transformados apenas em “partes”: autor e réu. Prossegue a autora ao afirmar que, enquanto sujeito coletivo transformador e experiente na luta, o movimento social é o único sujeito social capaz de desqualificar a atividade do Estado-juiz que decide o conflito como caso individual. Para que essa desqualificação aconteça, “o conflito deve ser libertado do processo judicial estático, com a proposição pelos movimentos sociais de ações externas ao Judiciário que requalifiquem o conflito, devolvendo-o para a realidade, por meio de marchas, manifestações de rua e vigílias durante os atos processuais” (PONTES, 2012, p. 729).

Utilizamos dois exemplos de manifestações ligadas ao Massacre de Felisburgo, o primeiro uma caminhada na capital mineira (Figura 8), e o segundo um bloqueio de ferrovia no município de Tumiritinga (Figuras 9 e 10), na mesorregião mineira Vale do Rio Doce, onde, dentre outras reivindicações, foi exigida a condenação dos acusados a partir da atuação dos manifestantes contra a injustiça e a violência. Vale ainda destacar a ampla divulgação dos

atos pela grande mídia, fator esse que também é objetivo do movimento a partir das manifestações, tomando a visibilidade para a causa, tornando os fatos públicos e repercutindo tanto a violência no campo quanto as decisões do poder judiciário.

Figura 8 – Caminhada do MST pelas vias de Belo Horizonte contra a injustiça e a violência, 2013



Fonte: Portal O Tempo, 20/08/2013.

Figuras 9 e 10 – Bloqueio de ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce em Tumiritinga, 2013



Fonte: Página do MST/Acervo DATALUTA, 17/01/2013.

Em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam a lutar pela conquista da reforma agrária no Brasil, e as elites concentradoras de terra respondem com crueldade, e nesse caminho o país prossegue no registro das estatísticas sobre os conflitos e a violência no campo (OLIVEIRA, 2007).

Contra a injustiça e a violência também foi um tipo de reivindicação no âmbito da questão trabalhista, sobretudo no caso emblemático conhecido nacional e internacionalmente como Chacina de Unaí, no Noroeste de Minas, onde quatro funcionários do Ministério do

Trabalho foram assassinados a tiros numa emboscada. Eles fiscalizavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão em fazendas da região, e apuravam denúncias de trabalho escravo. Devido ao fato, foi instituído o dia 28 de janeiro, data do crime, como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo²¹.

Desse modo, concentrações em espaço público, marchas, caminhadas e vigílias serviram de instrumento de luta ao exigirem o julgamento e condenação dos acusados pelo crime, dentre eles o fazendeiro conhecido na região e apontado como um dos mandantes do crime. As ações foram registradas em Belo Horizonte e Unaí desde 2004. Nove anos após o ocorrido, em 2013, aconteceu o primeiro julgamento dos envolvidos²², e em 2015 os principais mandantes do crime é que foram a julgamento e condenados.

Vale destacar ainda que, de acordo com a Constituição brasileira²³, as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país, onde for localizada a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, uma vez que essa ação fere os requisitos relativos à função social da terra, no cumprimento das disposições que regulam as relações de trabalho.

Atos públicos contra o despejo de famílias acampadas também são registradas em Minas Gerais, na tentativa de evitar as reintegrações de posses de áreas ocupadas, que muitas vezes são cumpridas pela polícia militar com truculência, conformando o quadro de violência que, como se sabe, é marcado na história da luta pela terra. Exemplo dessa reivindicação foi registrado em dezembro de 2010, onde

Um grupo com cerca de 150 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e apoiadores do movimento realizaram na manhã de hoje (16) um protesto no km 112 da BR-050, município de Uberaba. Pneus incendiados bloquearam a rodovia nos dois sentidos, das 9h às 12h10. [...] De acordo com Marili Zacarias, membro da direção nacional do MST, o protesto foi contra uma ordem de despejo de famílias de sem-terra que ocupam a fazenda Inhumas e também de outras áreas de Minas Gerais que têm pedido para reintegração de posse. Na fazenda Inhumas, o prazo para saída das famílias vence no dia 22 de dezembro. (Correio de Uberlândia/Acervo DATALUTA, 16/12/2010).

Mais uma vez o bloqueio de rodovia, que representa quase 13% dos tipos de manifestações realizadas em Minas Gerais, foi a estratégia utilizada pelo movimento para

²¹ Lei nº 12.064, publicada em 30 de outubro de 2009.

²² Chacina de Unaí – Histórico e Cronologia. Disponível em:

<https://www.sinait.org.br/docs/HISTORICO_CHACINA_UNAI_atualizado_22-01-2014.pdf>. Acesso em 14 dez. 2015.

²³ Art. 243 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

protestar contra o despejo das famílias acampadas na referida fazenda. Trata-se de uma ação pontual, e a BR-050, próxima à área ocupada, foi o local escolhido.

Do mesmo modo, em 2013 foi organizado o bloqueio da rodovia BR-251, no município de Montes Claros, Norte de Minas, em conjunto com outros setores da sociedade, como o sindicato dos professores, cobrando uma diversidade de reivindicações. Especificamente, os manifestantes do MST exigiram uma reunião com o Ministro da Integração Nacional para discutirem sobre a situação do perímetro irrigado do projeto Jequitaí. “Os Sem Terra alegam que o projeto pretende despejar as 80 famílias que estão acampadas há 8 anos no acampamento Novo Paraíso” (Página do MST/Acervo DATALUTA, 30/08/2013).

Quando se trata de cobrar dos órgãos responsáveis o cumprimento de acordos, estes envolvem uma diversidade de questões, tal como foi quando mulheres campesinas realizaram, em março de 2011, uma marcha na cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, compondo a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina. Além de denunciarem os casos de violência contra as mulheres e a violência causada pela concentração de terras na região, as manifestantes exigiram o cumprimento dos acordos estabelecidos pelos municípios na execução do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, assinado pelo Governo de Minas Gerais em 2008 (Página do MST/Acervo DATALUTA, 03/03/2011).

Particularmente neste caso, atentamos para o simbolismo do mês de março, em que se registra o Dia Internacional da Mulher, e para tanto são organizados eventos diversos que colocam em pauta a importância do papel da mulher na sociedade, e especialmente na luta pela terra. Mais que uma data comemorativa, é um momento de reflexão e fortalecimento da luta tanto das mulheres quanto pela reforma agrária. Simbolismo também identificado no chamado Abril Vermelho, mês de jornada nacional de lutas do MST em referência ao Massacre de Eldorado dos Carajás.

Outro registro de manifestação que teve como fundamento o cumprimento de acordos aconteceu em Montes Claros, dia dez de julho de 2013, onde cerca de 300 manifestantes de movimentos sociais ligados à Via Campesina ocuparam a Companhia Nacional de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF. O objetivo da ação foi exigir que o acordo firmado três meses antes da referida ocupação, entre o órgão e os atingidos pelos Projetos Gorutuba e Jequitaí²⁴, fosse colocado em prática, ocasião em que o

²⁴ O Perímetro Irrigado do Gorutuba e o Projeto Hidroagrícola Jequitaí situam-se no norte do estado de Minas Gerais, próximos ao município de Montes Claros, tendo por objetivo contribuir no combate à seca e como

MAB denunciou diversas violações dos direitos da população e os conflitos gerados em decorrência dos projetos.

O acordo prevê basicamente dois pontos de discussão: o primeiro ponto tem o objetivo de articular uma reunião em Brasília entre Ministério da Integração Nacional, CODEVASF e atingidos para resolução das pautas específicas de ambos os projetos de irrigação administrados pela empresa. Já o segundo ponto diz respeito a garantia de apresentação da pauta dos atingidos da CODEVASF nacional e apresentar uma proposta para a resolução dos conflitos na região. (CEDEFES/Acervo DATALUTA, 10/07/2013).

Essa ocupação de prédio público, que teve como tema central a questão da água, e exigiu o cumprimento de acordos firmados anteriormente, foi uma ação como resposta ao não comprometimento da empresa diante dos problemas provocados pelos empreendimentos que deveriam garantir melhores condições às populações da região, como por exemplo o acesso à água, entretanto, violava direitos e gerava conflitos. Desse processo de negociação, o resultado mais evidente são compromissos verbais e/ou escritos por pessoas autorizadas em torno de uma série de reivindicações ou exigências, onde se conquistam compromissos ou promessas (COMERFORD, 1999).

Em sequência, destacamos a educação como uma das reivindicações mais importantes nas ações territoriais realizadas na luta pela terra, por ser ela um direito universal e um dos pilares da sociedade e da cidadania, independente de classe social, etnia ou posição política. Uma educação de qualidade é requisito fundamental para garantir o desenvolvimento do campo almejado pelos movimentos sociais envolvidos nessa luta.

Muito além de pensar nas estratégias de ação, como a ocupação da terra, e na produção de alimentos para a população do campo e da cidade, estes sujeitos dão a devida atenção à questão do processo educacional das crianças, jovens e adultos do campo, assim como enfatiza o representante do MST.

Primeiro nós vê sobre a qualidade de vida que nós quer hoje, educação, saúde e dignidade. Então, nós trabalha nessa linha, porque não adianta ter a terra e não ter a educação, não ter estudo. 'Ah, mas eu não preciso mais!' E meus filhos? Meus netos? Precisam. Então nós briga muito pela educação, esses dias agora teve no país inteiro, todas as regionais organizando os encontros sem terrinha, já criando esse lema de militância desde pequeno, e eles mesmos entrega suas reivindicação, faz os seus depoimentos, nós só orienta como é que faz. (ENTREVISTADO A, 2015).

O representante destaca a perspectiva de se pensar e garantir a educação dos filhos e netos do assentamento, que também participam da luta e darão continuidade a todo esse processo. Trata-se da qualidade de vida desses sujeitos, que vai além da obtenção da terra. Eles próprios são também responsáveis em exigir uma educação de qualidade, ao participarem, por exemplo, dos encontros dos sem-terrinha, como indica o entrevistado.

Sobre a participação ativa das crianças no movimento, Mota (2015) destaca que

Na semana da criança, acontecem as mobilizações dos sem terrinha, que mantém a mesma estrutura organizativa do MST. São tiradas as comissões, elaboram pautas, constroem um documento com as reivindicações das crianças sem terra que as entregam em audiências públicas ou aos responsáveis dos órgãos públicos, depois que fazem a jornada de lutas. (p. 53).

A autora, que também é militante do referido movimento, ressalta a importância das ações que tem o envolvimento e a participação das crianças reivindicando seus direitos, como por exemplo a escola voltada para a educação do e no campo. Esta, defendida pelos movimentos sociais, visa fortalecer um projeto para o campo voltado para os camponeses, na defesa de seus territórios, de sua cultura, dos valores locais, e ao pautar na luta as políticas públicas que garantam a esses trabalhadores do campo o direito à educação de qualidade e à escola, para e da classe camponesa, estes sujeitos estão reivindicando que os direitos adquiridos em lei sejam efetivados (MOTA, 2015).

Conquista dessa luta no que concerne à educação foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, por meio do qual deve-se garantir aos jovens e adultos de assentamentos o acesso a cursos de educação básica, como alfabetização, ensinos fundamental e médio, técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização. Considerando o MST um movimento social moderno que faz da luta por direitos a essência de sua ação, Oliveira (2007) destaca que, como a contrapartida do Estado não chega até eles, o Movimento tem que lutar em todas as frentes, para então ter garantido aos assentados e acampados o acesso a estes bens e serviços essenciais à dignidade humana. “A luta pela criação do Pronera foi, pois, parte significativa destes instrumentos que permite aos camponeses, o acesso à educação, saúde, técnica, ciência e cultura, contribuindo significativamente como programa de inclusão social e construção da cidadania” (p. 152).

Conforme registrado pelo banco de dados DATALUTA, a Jornada Nacional de Lutas pela Educação do Campo de 2009 foi composta por diversas ações territoriais em todo o país, e em escala estadual destacamos a ação divulgada pela reportagem *Movimentos do campo bloqueiam BR 367 em Minas Gerais*, relatando que “na manhã da quarta-feira (10/6),

movimentos sociais ligados à Via Campesina bloquearam a BR 367 no trecho entre Itaobim e Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais” (Página do MST/Acervo DATALUTA, 10/06/2009), manifestação representada pela Figura 11. Por se tratar de uma ação articulada nacionalmente, são também colocadas em pauta outras demandas da população do campo, como infraestrutura e liberação de créditos. No entanto, damos maior relevância à questão principal, a educação do campo, sendo que naquela ocasião os camponeses exigiam “a recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores que trabalham nos cursos nas universidades e a retomada da parceria para novos cursos, através de convênios e destaque orçamentários”.

Figura 11 – Bloqueio da BR-367 no Vale do Jequitinhonha, 2009



Fonte: Página do MST/Acervo DATALUTA, 10/06/2009.

A educação como reivindicação dos movimentos sociais é expressa no registro do IV Encontro Estadual dos Sem Terrinha de Minas Gerais, de outubro de 2011, uma manifestação temática que reuniu, segundo a organização, centenas de crianças em Belo Horizonte.

Cerca de 600 crianças filhos de famílias Sem Terra, moradores dos cerca de 40 assentamentos e 60 acampamentos de Reforma Agrária ligados ao MST em Minas Gerais participaram das atividades. O Encontro faz parte da Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, que se mobilizam em todo o Brasil por terra, escola e dignidade. [...] Nesta segunda-feira, último dia do encontro, as crianças foram às ruas lutar por seus direitos. Na parte da manhã, fizeram um ato político no hall da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde diversos deputados deram início ao processo de criação da frente parlamentar estadual em defesa da educação do campo. A tarde foram recebidas na Cidade Administrativa, pelo Governador em exercício, Sr. Alberto Pinto Coelho, e diversos secretários de estado envolvidos na pauta das crianças Sem Terrinha em Minas Gerais. Destaca-se a Secretaria de

Espor tes, com a instalação de quadras poliesportivas e parques infantis nos assentamentos, a Secretaria de Educação, com a construção de escolas e a recente criação do GT de Educação do Campo, com objetivo de construir uma política estruturadora de ações da educação do campo em Minas Gerais. (Página do MST/Acervo DATALUTA, 14/10/2011).

Destaca-se o conjunto de reivindicações que perpassam pela questão da educação, conforme relatado na reportagem, além do fato de compor uma jornada de lutas articulada em nível nacional, o que confere ao ato maior visibilidade. É também reivindicado pelos “sem terrinha” ações que envolvem o esporte e lazer nos assentamentos, como quadras poliesportivas e parques infantis, infraestrutura presente nas cidades em praças e espaços públicos. Além disso, a principal denúncia foi e ainda é o fechamento de escolas do campo, o que compromete o direito de ter escola próximo das moradias e com conteúdo que respeitem e reconheçam estes como sujeitos do campo produtores de vida e cultura, conforme consta na Carta do 4º Encontro Estadual dos Sem Terrinha de Minas Gerais.

Maior e melhor atenção à saúde é outra reivindicação registrada nas manifestações, especialmente dentro da questão indígena. Etnias de diferentes regiões mineiras, tais como índios Krenak, Pataxó, Maxakali e Xakriabá, mobilizaram-se em diversas ações na cobrança de melhores condições no atendimento à saúde dos povos indígenas. Havemos de lembrar que esses povos foram os primeiros a sofrer as consequências do processo de desenvolvimento e ocupação do território brasileiro, que tem como principal característica a violência. “Esta luta das nações indígenas e a sociedade capitalista europeia primeiro, e nacional/internacional hoje, não cessou nunca na história do Brasil” (OLIVEIRA, 1994, p. 15).

Um importante exemplo de mobilização dos índios exigindo atenção à saúde foi registrado em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, a partir da ocupação do prédio público da Fundação Nacional do Índio – Funai, em outubro de 2012. Na ocasião, os índios exigiram a presença na cidade de algum representante da Funai de Brasília, pois queriam a saída da chefe do órgão na região. “Ela não dialoga com os índios e não nos respeita. [...] A nossa saúde está péssima e a Funai aqui não está atendendo os nossos anseios” (Portal G1/Acervo DATALUTA, 18/10/2012). Ainda segundo o cacique, a medida foi tomada após várias tentativas de reunir com a chefe responsável que sempre eram desmarcadas. Com a ocupação, o grupo indígena denunciou a desassistência à saúde das comunidades da região mineira, atenção essa que deve ser garantida pelo órgão responsável pelas políticas indigenistas e pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Por melhorias na saúde, foram registrados outros atos como a ocupação da Fundação Nacional de Saúde – Funasa em 2005 e 2007, em Belo Horizonte e Governador Valadares,

respectivamente; concentração em espaço público em Carmésia (2007), Ladainha (2011), e Águas Formosas em 2014; ocupação do prédio público do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, que atende o município de Governador Valadares, tanto em 2007 quanto em 2013 (DATALUTA, 2014). Ações territoriais estas promovidas pelos diferentes povos indígenas localizados em Minas Gerais, que revelam a pertinência em reivindicar os direitos garantidos por lei.

“Diante das arbitrariedades, da omissão do poder público e do avassalador quadro de violências e violações de direitos, os povos indígenas não estão passivos ou resignados. Eles resistem e definem suas estratégias de ação e de luta em âmbito local, regional e nacional” (LIEBGOTT; BONIN, 2014, p. 133). Protestam a partir das diferentes formas de manifestações contra o desamparo em relação às políticas voltadas para a saúde.

Foi também por atendimento nas unidades de saúde que três movimentos sociais, MST, MLST e ATRBV, promoveram em conjunto um bloqueio da rodovia BR-153 entre os municípios de Prata e Frutal, no Triângulo Mineiro, em julho de 2011. E pela mesma reivindicação, mulheres do MST organizaram uma marcha com cerca de cem pessoas até o município de Goianá, na Zona da Mata mineira, para reivindicar um agente de saúde e o atendimento médico num pré-assentamento local, e a melhoria dos serviços oferecidos para toda população (DATALUTA, 2014).

Desse modo, compreendemos que a reivindicação por melhor e mais assistência à saúde dessa população do campo, em sua diversidade de sujeitos, é também fundamental ao desenvolvimento que eles propõem ao estarem inseridos no processo de luta pela terra, pela vida e pela dignidade enquanto sujeitos sociais e políticos.

Chamou-nos a atenção uma manifestação conjunta de movimentos sociais composta por caminhada e ocupação de prédio público, realizada no município de Uberlândia, região do Triângulo Mineiro, em fevereiro de 2012.

Manifestantes encontraram-se em frente ao Fórum no centro da cidade e seguiram em passeata até a Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Cerca de 80 pessoas representando diversos movimentos sociais da cidade, entre eles Ação Popular, Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento de Luta pela Terra – MLT, Movimento Estudantil DialogAção, Vamos a Luta, CSPConlutas, partidos PSTU e PSOL dentre outras representações sociais, exigiram de representantes da Reitoria explicações quanto à proibição de apoio aos movimentos sociais de luta pela terra. (VIEIRA, 2012/Acervo DATALUTA).

O ato, registrado pelo DATALUTA e representado pelas Figuras 12 e 13, foi uma resposta à decisão da Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia em proibir que o

Escritório de Assessoria Jurídica Popular da UFU – ESAJUP²⁵ representasse os processos de reforma agrária mantidos pelo escritório. A instituição de ensino alegou, por sua vez, que o órgão estaria tomando partido ideológico ao assessorar os movimentos pela Reforma Agrária, justificando a decisão.

Figuras 12 e 13 – Ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, 2012



Fonte: Acervo DATALUTA, 15/02/2012.

Autor: VIEIRA, W. A., 2012.

Essa assessoria jurídica popular tem por objetivo atender à parcela da população que não possui recursos financeiros para arcar com processos na justiça, quando necessário. Compreendemos que o atendimento popular, por meio do ESAJUP, é uma forma da própria Universidade dar um retorno à sociedade ofertando tais serviços, contribuindo desse modo na inclusão social e na construção da cidadania. Uma vez retirado esse direito, ficam desamparados aqueles que necessitam da prestação do serviço, questões que motivaram os movimentos sociais, em sua diversidade, a promoverem o protesto.

A outra área de atuação das manifestações de luta pela terra é contra a imposição do atual modelo de desenvolvimento do campo, processo esse que é desigual e contraditório pelas vias das relações capitalistas de produção. Entendendo-o como símbolo maior desse desenvolvimento, o agronegócio, que domina latifúndios nas diferentes regiões do país, e a superexploração do trabalho são cristalizados como pilares da vida econômica e social no

²⁵ O Escritório de Assessoria Jurídica Popular é um órgão vinculado à Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”, da Universidade Federal de Uberlândia, que atua na prestação de serviços legais à comunidade. Exerce, sob supervisão docente, o serviço judiciário tradicional, mediante a propositura de ações, interposição de recursos, adoção de medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes, privilegiando a adoção de meios alternativos de pacificação de conflitos. Viabiliza, ainda, um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade, seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, extrajurídicos e da conscientização, atuando por meio de atividades de educação popular em direitos humanos, organização comunitária e participação popular, com grupos e movimentos populares, priorizando a prática da conciliação. Disponível em: <<http://www.fadir.ufu.br/conteudo/estrutura/pt-br/escritorio-assessoria-juridica-popular>>. Acesso em 14 dez. 2015.

campo, em razão do predomínio de grandes empresas agrícolas que organizam suas atividades produtivas pautando-se no controle de vastas extensões de terra e no contingente de mão de obra barata. Resultado disso é a produção de mercadorias em larga escala a partir das monoculturas.

Sinaliza Medeiros (2003) que, a modernização que deslocou populações do campo para a cidade foi também responsável pelo desmatamento, pela degradação da terra e dos recursos naturais, ameaçou e ainda ameaça a biodiversidade e os recursos hídricos, tornando inseparáveis a questão agrária e a questão ambiental. Igualmente, prossegue a autora, coloca em pauta a preservação de determinados produtos e hábitos alimentares que compõem a cultura dos diferentes grupos sociais e o direito à produção de sementes e à qualidade dos alimentos disponíveis para o consumo.

Não por acaso, na conjunção desses elementos o tema da reforma agrária tem sido cada vez mais articulado, do debate político, ao das opções em torno de formas de desenvolvimento, tornando-o uma questão relevante não apenas para o vasto contingente dos que demandam terra, mas também para o conjunto da sociedade. (MEDEIROS, 2003, p. 94).

Por isso presenciamos os movimentos sociais do campo promoverem atos públicos contra o desmatamento, contra a monocultura e expansão do eucalipto, contra barragens e mineradoras, contra agrotóxicos e transgênicos, e em defesa da água e do meio ambiente. Porque não é este o cenário pelo qual lutam, e sim o inverso, destacando a necessidade de uma produção de alimentos saudáveis sem o uso de intensivos agrícolas; denunciando os impactos à natureza e à população do campo gerados pelas construções de barragens e mineradoras; atuando ao mesmo tempo em busca da conscientização pela mudança de atitudes no uso dos recursos naturais, principalmente por parte das empresas e multinacionais que têm a anuência do Estado para a exploração.

Exemplo disso é o registro de março de 2011 divulgado pela Página do MST, onde mulheres da Via Campesina e da Articulação Estadual das Empregadas Rurais realizaram uma marcha no município de Três Corações, no Sul/Sudoeste de Minas, e uma concentração em espaço público diante da empresa Heringer, que atua na produção de agrotóxicos. “As manifestantes denunciaram a contaminação dos trabalhadores rurais na aplicação desses venenos na monocultura do café (Página do MST/Acervo DATALUTA, 23/03/2011).

Além da própria contaminação dos alimentos que chega à mesa da população, as manifestantes denunciaram a contaminação dos trabalhadores rurais na aplicação dos venenos na monocultura do café na região sul de Minas Gerais, que é representativa nessa

atividade econômica, “produzido em sistema de monocultivo, com alto uso de adubos e agrotóxicos, que além de contaminar o solo, o ar e a água, contamina principalmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais que se expõem diretamente na aplicação desses produtos”, conforme alegam na manifestação. Esse cenário revela uma forma silenciosa de violência no campo, com um expressivo número de agricultores, trabalhadores rurais e seus familiares sendo, direta ou indiretamente, intoxicados por contato com agrotóxicos, e tudo isso tendo como pano de fundo a atuação das empresas produtoras de agroquímicos (BOMBARDI, 2013). Desse modo, mais uma vez os movimentos sociais que lutam pela terra, especialmente os envolvidos neste ato, reafirmam seu posicionamento em construir um projeto popular para o campo.

Reivindicação que também motivou a ação registrada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir de um bloqueio de rodovia na BR-050 entre os municípios de Uberlândia e Uberaba, realizada pela Via Campesina e pelo Fórum Regional por Reforma Agrária em 2011. A denúncia foi a utilização de aviões de pequeno porte para pulverização de agrotóxicos em monoculturas de cana-de-açúcar, que polui o solo e a água da região (Correio de Uberlândia/Acervo DATALUTA, 03/03/2011). Vale destacar, neste contexto, que o Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar e seus derivados, o açúcar e o etanol, e o Triângulo Mineiro²⁶ está entre as principais áreas de produção no país, elementos que fazem dessa região palco dos conflitos, tanto na disputa territorial quanto em relação ao tipo de agricultura desenvolvida e seus desdobramentos, como é o caso do uso de agrotóxicos.

São elementos que percebemos na fala do entrevistado, que é assentado na região do Triângulo Mineiro, ao afirmar que atualmente um dos maiores problemas enfrentados no campo é quanto à utilização de agrotóxicos.

O problema maior que hoje a gente tá tendo aqui no campo é agrotóxico. Esse nós tá... é um dos grandes problemas nossos, nós não podemos trabalhar orgânicos na região. Mas por que que não trabalha orgânico na região? Por causa do meu vizinho aqui (fazenda) [...] tem um campo de avião, a rota dele é em cima da minha casa, ele sai derramando veneno aqui. Ele só joga veneno aqui, mas atinge toda a região. (ENTREVISTADO A, 2015).

A pulverização de veneno em cultivos agrícolas não atinge apenas a área específica na qual se pretende a aplicação, alcançando, pois, áreas em seu entorno. Mesmo que esse

²⁶ Segundo dados do Ministério da Agricultura – MAPA, o estado de São Paulo é responsável por 60% da cana-de-açúcar produzida no país, e as demais zonas produtoras são Paraná, Triângulo Mineiro e Zona da Mata Nordestina. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar/saiba-mais> >. Acesso em: 14 jan. 2016.

assentado tenha interesse em produzir alimentos orgânicos, vê sua alternativa dificultada pelo fato da propriedade vizinha ao seu lote utilizar o produto, considerando que é necessária uma distância mínima entre as áreas de cultivo orgânico e não-orgânico para se obter a certificação da produção.

O problema do agrotóxico é também apontado por um assentado de outro assentamento na mesma região, descrevendo os desdobramentos do uso de produtos agroquímicos em áreas vizinhas.

Eu tenho 70 caixa de abelha e elas viajam em torno de 10 km pra poder buscar o néctar pra fazer o mel, visitar as floradas, mais ou menos 1km pra poder buscar água pra sua colmeia né. Aí o que que acontece, antes de 5km já tem canavial, já tem o despejo do agrotóxico na florada e em todo lugar. Então quer dizer que aquelas abelhas que vão se aventurar acima de 10 km pra poder visitar as florada, elas não voltarão, vão ser mortas no caminho. Agora imagina as outras questões, né, controle biológico, a impactação que dá e leva o assentado a se aventurar a usar o mesmo pacote, porque se ele não usar o mesmo pacote, ele não dá conta de dominar a infestação dos insetos que migram. Quando ele dá um combate numa soja, praticamente aqueles insetos não morrem ali, eles migra pra uma outra área que não tem combate, aí migra lá pra nossa área, aí atinge nosso milho, nosso mamão, nosso feijão de corda, nossas abelhas, vai atingir tudo. (ENTREVISTADO C, 2015).

Como destaca Bombardi (2013), o Brasil comparece no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, sendo que em 2009 alcançou o primeiro lugar. Além disso, a venda destes produtos é controlada, em sua maioria, por empresas de capital estrangeiro, elementos que confirmam a monopolização da agricultura brasileira pelo capital internacional.

A lógica da indústria agroquímica é a subordinação da renda da terra ao capital. “Por isto esta indústria avança com o avanço do agronegócio, já que o modelo da monocultura é necessariamente um modelo que demanda pacotes agroquímicos” (BOMBARDI, 2013, p. 66), o que evidencia a conexão entre o expressivo aumento do uso de agrotóxicos no país e o agronegócio. Segundo a autora, as culturas de soja, milho e cana são as que mais utilizam agrotóxicos no país.

Os produtos agroquímicos estão intimamente ligados aos alimentos transgênicos, questão também colocada em pauta pelos movimentos sociais que lutam pela terra, conformando assim um modelo de produção agressivo, que destrói o equilíbrio da natureza e traz como consequência à sociedade uma diversidade de problemas no âmbito econômico, político e social. Alertar a população e atuar contra a produção de alimentos geneticamente modificados também faz parte da luta.

Exemplo disso foi a vigília realizada no município de Uberlândia em março de 2003, uma campanha denominada *Vigília por um Brasil livre de transgênicos*, contando com a participação de movimentos como MST, MTL, MLST, MLT, CLST, MAB, Contag, agentes de pastoral e estudantes, que se reuniram em frente ao complexo da empresa de biotecnologia Monsanto. Para eles que promoveram essa campanha, a referida empresa

não diz a verdade e omite os riscos e danos comprovados para os âmbitos de saúde, meio ambiente, economia e sociedade em si. [...] essa empresa e outras grandes multinacionais detêm, atualmente, um controle sobre o tipo de alimentos que toda a população consome. [...] Sua luta insiste em não permitir que, em nome do lucro de poucos, se arrisquem a saúde e autonomia da população, a integridade e o meio ambiente. (Adital/Acervo DATALUTA, 10/07/2003).

A vigília começou como uma manifestação de cinco semanas, e conforme consta pela data da reportagem, durava até aquele momento quatro meses. Teve por objetivo defender a vida e a soberania alimentar, e foi uma iniciativa de todos os movimentos com apoio de pastorais da Igreja Católica para se revezarem numa barraca montada em frente ao complexo da empresa.

Por outro lado, esta é uma dura batalha, já que, de acordo com o MDA, em publicação de 2015, o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor de plantas transgênicas no mundo pelo quinto ano consecutivo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos²⁷. Mais uma vez assistimos à escolha que se faz do modelo de produção agrícola brasileiro, e cabe então o alerta à importância de investigar e fiscalizar os possíveis impactos decorrentes dessa prática sobre o meio ambiente e os seres humanos.

Dentro da atuação contra a imposição do atual modelo de desenvolvimento do campo, outra bandeira reivindicativa dos movimentos sociais é o posicionamento contrário às monoculturas, estas que homogeneízam a paisagem e representam a exploração pelo agronegócio. Por vezes, organizações dos sem-terra, grupos indígenas e quilombolas, e pastorais da igreja atuaram para denunciar os problemas gerados por esse modelo agrícola.

O primeiro registro que destacamos foi uma ocupação de prédio privado realizada em julho de 2010 e noticiada sob o título *Manifestação contra a ação do agronegócio no Nordeste Mineiro*, no município de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. O alvo foi a Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade, onde na ocasião acontecia um seminário promovido por uma

²⁷ FERMENT, Gilles et al. **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas**: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. 450p. (Série NEAD Debate 26). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/publicacoes>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

empresa produtora de celulose de eucalipto, que tinha por objetivo, segundo os manifestantes, difundir e incentivar o plantio da monocultura do eucalipto na região.

Os manifestantes oriundos de acampamentos e assentamentos trouxeram vários tipos de alimentos produzidos em suas lavouras e entraram no prédio da CDL entoando cantos, palavras de ordem que repudiava a monocultura do eucalipto e pedia a reforma agrária. Esses alimentos foram colocados na recepção do seminário trazendo muito incômodo para os organizadores. (Cedefes/Acervo DATALUTA, 06/07/2010).

O posicionamento do grupo é evidente, são contra a expansão do agronegócio na região, entendendo que essa monocultura vai interferir negativa e profundamente na agricultura e na produção dos alimentos, e consequentemente no trabalho das famílias acampadas e assentadas. Junto com a reforma agrária, a palavra de ordem foi “contra a monocultura”.

Outro exemplo recente foi de uma concentração em frente ao Ministério da Agricultura em Belo Horizonte, conforme a Figura 14, em abril de 2014, por integrantes do MST da região Sul de Minas que foram até a capital mineira para a mobilização, que fez parte do Abril Vermelho do referido ano.

Figura 14 – Concentração diante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Belo Horizonte, 2014



Fonte: Estado de Minas/Acervo DATALUTA, 30/04/2014.

As faixas expostas na entrada por si só já identificam quais motivos levaram o movimento a estar naquele local. Fazendo parte de uma ação articulada nacionalmente com uma extensa pauta de demandas, o coletivo ressalta sua bandeira de luta, por uma reforma

agrária popular, e destaca que o agronegócio, responsável pelo cultivo das extensas monoculturas e concentração de terras, causa problemas à agricultura e à população. O órgão responsável pelas questões relacionadas à agricultura foi o alvo, e dele se quer respostas.

Como já observado, países que apresentam uma elevada concentração fundiária encontram dificuldades para alcançar o crescimento econômico. “Es importante tener presente ahora que esos niveles de concentración económica y territorial son obstáculos para el fomento de la justicia social, pues dejan a millones de personas al margen de la ciudadanía plena” (LEITE; ÁVILA, 2008, p. 318).

Demandas e respostas que também comparecem quando o assunto está relacionado à construção de barragens no estado de Minas Gerais, reivindicação e denúncia com destaque nas manifestações, tendo como principal representante o MAB. Em todo período analisado, 2000-2014, frequentemente foram registrados atos públicos contra as barragens, especialmente nas mesorregiões Norte de Minas, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

O Movimento aponta as consequências negativas das construções de barragens nas regiões em que são construídas, com o alagamento de grandes áreas e desvios de rios e barramentos; destruição de florestas e terras agricultáveis; expulsão de milhares de pessoas de seus territórios, que perdem a fonte de sustento por meio dos rios. Além disso, o represamento que transforma rios em lagos retém sedimentos e nutrientes, e também impede a reprodução de espécies de peixes, causa alterações na fauna aquática e, economicamente pensando, inviabiliza a atividade pesqueira por longos anos (ZEN; FERREIRA, 2012).

São estes os elementos que fizeram e fazem acontecer as manifestações, como foi caso de um bloqueio da rodovia BR-116 no município de Laranjal, Zona da Mata, com a participação do MAT, MST e CPT em aproximadamente 300 pessoas, representado pela Figura 15. O ato foi contra a barragem da hidrelétrica Barra de Braúna, uma vez que a empresa responsável, segundo os manifestantes, não indenizou grande parte das pessoas atingidas, e até que a empresa pague as dívidas, solicitam a imediata paralisação. O enchimento do lago da barragem no rio Pomba “está causando desastres ambientais e sociais. Segundo a população local, houve mortandade de peixes abaixo do muro e a área do lago não foi completamente desmatada, como mandam os órgãos ambientais. O resultado são 200 hectares de mata atlântica inundados e cerca 70 ilhas atingidas” (Página do MST/Acervo DATALUTA, 17/09/2009).

Figura 15 – Manifestação no município de Laranjal, Zona da Mata, 2009



Fonte: Página do MAB/Acervo DATALUTA, 16/09/2009.

Já em 2010, os atingidos por barragens de Minas Gerais iniciaram dia 29/07 a *Marcha pela terra, pelos direitos e contra as barragens*, iniciada no município de Diogo de Vasconcelos, região Metropolitana de Belo Horizonte.

A marcha dos atingidos denuncia a prepotência das empresas construtoras de barragens no estado e a degradação social e ambiental que estas empresas provocam. Os manifestantes também cobram do Governo Federal o pagamento da dívida social que o Estado Brasileiro tem com as famílias atingidas. (MAB/Acervo DATALUTA, 29/07/2010).

O protesto dos atingidos pelas barragens, além de denunciar a atuação das empresas na região, que tem a anuência do Estado brasileiro na implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos, e suas consequências sociais, econômicas e ambientais, cobra desse mesmo gestor público soluções para os problemas gerados, dentre eles o reassentamento destas famílias, processo por vezes moroso. Ao abordar sobre o desenvolvimento das lutas e acúmulo de experiências dos atingidos pelas barragens, Medeiros (1989) evidencia tratar-se mais do que o pagamento de indenização de uma terra, e que progressivamente toma mais importância a defesa do espaço social e cultural desses trabalhadores, uma vez que os projetos de barragens, acima de tudo, ferem um modo de vida.

Questões que também são apontadas pelos atos promovidos em março de 2014, que tem como marco o dia 14, *Dia Internacional de lutas contra as barragens, pelos rios, pelas águas e pela vida*. Em Montes Claros, Norte de Minas, foi realizada uma ocupação de prédio público do Departamento Nacional de Obras conta a Seca – DNOCS (Figuras 16 e 17).

Figuras 16 e 17 – Ocupação do DNOCS em Montes Claros, 2014



Fonte: Página do MAB/Acervo DATALUTA, 13/03/2014.

Segundo a divulgação, a manifestação teve a participação de atingidos por barragens e trabalhadores sem-terra, que objetivaram cobrar o acesso a projetos de abastecimento de água para consumo e produção, negociados com o Ministério da Integração Nacional e o DNOCS há dois anos anteriores à data do protesto, em 2012, bem como exigir o diálogo e negociação sobre a liberação e construção de barragens junto às famílias que serão atingidas.

Esta situação dos atingidos por barragens só poderia resultar em resistência, manifestando-se, seja em caráter individual, diante da eminente expropriação, seja coletivamente, na forma de conflito social. Estabelece-se uma correlação de forças entre os atingidos e as empresas construtoras de barragens. Quanto maior a resistência, quanto maior a organização, menores são as chances de as empresas ignorarem os atingidos, e melhores são as condições para reparações e garantia de direitos. A cada conquista dos atingidos, como o direito a reassentamento e indenizações justas, abrem-se precedentes para que outros atingidos tenham as mesmas garantias. (ZEN; FERREIRA, 2012, p. 490).

A construção de barragens traz uma diversidade de consequências, como já dito, sociais, ambientais, econômicas e também políticas. Percebemos o caráter político principalmente devido a essa organização que se faz necessária em uma entidade coletiva que busca atender e garantir os direitos das populações que vivem direta e indiretamente essa realidade, populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas. Mais uma vez temos demonstrada a importância e por vezes eficácia destes atos públicos, que não permitem ficar no silêncio ou esquecimento problemas estruturais tão visíveis, porém comumente desconhecidos.

De todas as reivindicações expostas em oposição ao atual modelo de desenvolvimento do campo, a que mais comparece nos registros das manifestações, em seus diferentes tipos, é a defesa pela água e pelo meio ambiente, seja pela sua abrangência em envolver diversos elementos, seja pelo alerta cada vez mais necessário em repensarmos os usos e abusos dos

recursos disponíveis na natureza, esta que é transformada cada vez mais em um negócio pelo modelo hegemônico. Além disso, as comunidades tradicionais, dentre eles indígenas e quilombolas, destacam-se ao externalizarem esse tipo de reivindicação.

Assim, no período estudado de 2000-2014, foram realizados atos em defesa do Rio São Francisco; contra violações nas Áreas de Preservação Ambiental; contra aprovação do novo Código Florestal; ato contra a degradação da Serra da Moeda, na região Metropolitana de Belo Horizonte; em defesa do Rio Jequitinhonha; ato pelo Dia Mundial das Águas; denúncia dos impactos da mineração no Norte de Minas; entre tantas outras bandeiras evidenciadas nestas manifestações pela preservação da água e do meio ambiente, elementos que compõem a questão agrária em Minas Gerais e no Brasil.

Cabe destacar que foi pela proteção do Rio São Francisco e em protesto contra o projeto de transposição de suas águas que o bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, manteve uma greve de fome por onze dias em 2005 e por 23 dias em 2007. Para ele, a obra do governo federal de transposição do rio é economicamente e ecologicamente errada, juridicamente anticonstitucional, e socialmente um absurdo prejudicial (Folha de São Paulo/Acervo DATALUTA, 06/12/2013). “O ambiental não pode ser resolvido sem a radicalização democrática e, se ouvidos devidamente os/as manifestantes, implica a democratização das condições materiais da vida - da terra, da água, da vida, dos demais meios de vida e não só de produção, embora os inclua” (PORTO-GONÇALVES et al, 2014).

Uma ocupação de prédio público do Instituto de Florestas em Governador Valadares, em julho de 2010, é um registro que elucida o quadro dos atos em defesa da água e do meio ambiente. A ação fez parte da comemoração do Dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, e reivindicou mais diálogo entre os órgãos ambientais e os movimentos sociais, além de uma política ambiental específica aos assentamentos e pequenas propriedades, alegando que às grandes empresas as exigências são mais brandas quanto aos deveres ambientais. O manifesto entregue na ocupação expressa os argumentos dos manifestantes do MST, MPA, MAB e Sindicato dos Trabalhadores Rurais em relação à questão ambiental.

Estamos mobilizados também para denunciar a situação ambiental no campo brasileiro, e exigimos a construção de uma legislação ambiental específica, que contemple as especificidades dos assentamentos e das pequenas propriedades rurais, pois para o camponês sua produção não é apenas uma alternativa econômica. A terra é sua fonte de renda, mas é também o local de moradia e de suas relações sociais. Portanto é de seu interesse cuidar desse ambiente. Ainda, os grandes empreendimentos do agronegócio e das hidrelétricas vêm a terra e a natureza como mercadoria, como fonte de renda, a qual deve ser explorada ao máximo para aumentar incessantemente seus lucros. (Página do MST/Acervo DATALUTA, 27/07/2010).

O Instituto de Florestas de Minas Gerais é representativo nesta questão ambiental, o que o torna alvo da ação, em concordância com a ideia das escolhas do espaço para cada manifestação. Como vemos, os manifestantes denunciam a degradação do meio ambiente, mais uma vez compreendida como consequência principalmente do modelo de agricultura praticado pelo agronegócio, e pela instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos que causam danos à natureza e às populações. Desta ação é possível apreender que a qualidade de vida e trabalho no campo está intimamente ligada à qualidade e preservação do meio ambiente, e por isso lutam.

Sobre essa perspectiva ambiental, o entrevistado aborda o caso específico dos danos identificados no seu assentamento, relacionados sobretudo ao agronegócio.

essa questão do agronegócio, não só pros assentamentos na região, pros pequenos produtores rurais tradicionais da nossa região é um desastre essa questão do agronegócio. Porque tem a questão da mosca que é oriundo dos resíduos da cana que desassossega os rebanhos leiteiros na região, a aplicação dos defensivos agrícolas de avião em cima do canavial dando volta por cima dos assentamentos que acaba com a pastagem, acaba com o controle biológico todinho dos assentamentos. (ENTREVISTADO C, 2015).

Temos destacado então as consequências das práticas agrícolas no monocultivo da cana-de-açúcar, atividade expressiva no Cerrado mineiro, que interferem na agricultura e pecuária das áreas dos assentamentos rurais, causando desequilíbrios tanto ao meio ambiente em si, quanto nas atividades econômicas vizinhas, fatores também apontados pelo outro representante de movimento e assentado que foi entrevistado para esta pesquisa.

Vê-se que a exploração desenfreada dos recursos naturais e de matérias-primas, juntamente com a prática de uma atividade agrícola que não condiz com os aspectos da natureza e introduz elementos sintéticos ou modificados, características do modelo capitalista de desenvolvimento, conformam uma situação que soma à luta pela terra e à atuação dos movimentos sociais novos objetivos, outras bandeiras.

Elementos que percebemos na reportagem *Manifestantes denunciam empresas da mineração em MG*, por meio de uma marcha realizada em Salinas, Norte de Minas, em 2011 e divulgada pela Página do MAB. A manifestação ilustrada pela Figura 18 marcou o encerramento do seminário Mineração no Alto Rio Pardo: desenvolvimento para quê e para quem?, “que contou com a participação de lideranças sindicais, comunitárias, movimento estudantil, Assembleia Popular e organizações da Via Campesina” (MAB/Acervo DATALUTA, 29/08/2011). A denúncia dos manifestantes é quanto à degradação da natureza e exploração dos trabalhadores pelas empresas da mineração.

Figura 18 – Marcha no município de Salinas, Norte de Minas, 2011



Fonte: MAB/Acervo DATALUTA, 27/08/2011.

Ainda segundo a divulgação, os atingidos pela mineração encontram problemas em dialogar com a empresa e buscar conhecimento sobre o processo, o que fere inclusive o direito à informação dessa população. São, desse modo, os problemas também enfrentados pelos atingidos por barragens, como já abordado acima.

O representante de movimento social também cita a questão da mineração no Noroeste de Minas, em Paracatu, onde mantêm um acampamento de luta pela terra, e destaca “*o problema gravíssimo ambiental que é da usina exploradora de ouro de Paracatu, que polui toda a região e tem o monopólio do subsolo, da água, um processo muito duro na região*” (ENTREVISTADO C, 2015). Concordando com suas palavras, não se pode fechar os olhos e negar a existência dos problemas gerados pela mineração ao meio ambiente e à população.

E por fim, tem-se dois tipos de reivindicações de extrema importância nestas manifestações que dizem respeito às populações tradicionais, especialmente as comunidades indígenas e quilombolas. Mesmo que esta questão esteja mais presente em outros estados brasileiros, com destaque para a região Norte do país, em Minas Gerais são registrados conflitos no campo que envolvem essa temática, e demonstram ao mesmo tempo a atualidade da questão. As demandas são pela demarcação e titulação de áreas indígenas e quilombolas.

Oliveira (1994) destaca que a primeira luta entre desiguais pode ser identificada no processo de conquista e destruição do território indígena para a formação do território capitalista, na “luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido” (p. 15). O problema reside no fato dessa luta ainda

existir, um lado cada vez mais tomando territórios, e outro incansavelmente resistindo, mesmo que este lado já tenha perdido considerável parcela de suas terras, e principalmente, de suas populações. Os povos indígenas se veem na necessidade de cobrar a demarcação de áreas que já deveriam ser garantidas a eles por direito, dentre tantos outros garantidos por lei.

São atos que tem a participação não apenas dos índios, mas numa união junto aos que apoiam essa causa e compreendem a importância de atuarem a favor da questão indígena. Exemplo disso foi a manifestação nacional em 09 de novembro de 2012, divulgada sob o título *Atos em defesa do povo Guarani-Kaiowá acontecem hoje em mais de 50 cidades no Brasil e no mundo*, se tratando de manifestações de apoio a essa luta. “Saiam às ruas, pintem os rostos, ocupem as praças, ecoem o grito do nosso povo que luta pela vida, pelos territórios!”, foi o convite das lideranças da Grande Assembleia Aty Guasu para a sociedade se mobilizar em solidariedade aos povos indígenas (Brasil de Fato/Acervo DATALUTA, 09/11/2012). Em Minas Gerais, essa mobilização nacional de apoio aconteceu nos municípios de Belo Horizonte, Ouro Preto e Viçosa.

Há de se destacar que o território é a principal reivindicação dos povos indígenas, haja vista que dele são expulsos ou realocados em áreas que não a de origem. É o que podemos apreender da carta de reivindicações exposta na referida manifestação, que consta entre as prioridades

- A imediata demarcação de nossos territórios tradicionais e a desintrusão dos territórios já declarados e homologados;
- Que diante do processo legítimo de retomada de nossos territórios, nosso povo não seja despejados, uma vez que roubaram nossas terras por primeiro e nos confinaram em pequenas reservas. (Brasil de Fato/Acervo DATALUTA, 09/11/2012).

O que a população indígena exige do Estado brasileiro é que sejam retirados de suas terras os ocupantes que não são originários, os não-índios que ocuparam suas áreas, processo que é de competência da gestão pública por meio do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio. Não por acaso que esta última instituição é por vezes alvo das manifestações a partir da ocupação do prédio.

Necessidade de se manifestar em que também se veem os descendentes de africanos escravizados, hoje denominados quilombolas, que permanecem e resistem em seus territórios, nas comunidades remanescentes de quilombos²⁸, com os quais se identificam social, cultural,

²⁸ Em Minas Gerais, são certificadas pela Fundação Cultural Palmares 203 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's), certificação que consiste na primeira etapa para a obtenção da Titulação de Território Quilombola. Há de ser destacada a dificuldade do reconhecimento dos territórios quilombolas, por ser um processo moroso que por vezes envolve casos de violência e preconceito. Dados disponíveis em http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/tABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-15.pdf. Acesso em 17 jan. 2016.

política e historicamente. Territórios estes que por vezes são palco de conflitos. “Simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros rentistas” (OLIVEIRA, 1994, p. 16). E assim a história das lutas e resistências continua.

São fatores que motivaram uma manifestação em dezembro de 2009, por meio de uma ocupação de prédio público do Incra onde denunciaram a inoperância nos processos de titulação dos territórios quilombolas em Minas Gerais.

Aproximadamente 300 quilombolas, coordenados pela Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'GOLO -, ocuparam hoje pela manhã, 03/12/2009, a Superintendência Regional do INCRA, em Belo Horizonte/MG, como forma de reivindicarem agilidade no processo de demarcação e titulação dos territórios étnicos quilombolas no Estado e denunciar à sociedade a inoperância da Autarquia Federal e seu descaso para com a causa dos Quilombos mineiros. (CEDEFES/Acervo DATALUTA, 03/12/2009).

Os manifestantes relatam que essa falta de titulação dos territórios é resultado do descaso e morosidade do Incra do estado mineiro, fator que coloca em risco as famílias dos quilombos, que ficam desprovidos das condições básicas de vida, como moradia, saúde, trabalho, entre outros. São exigências que também estão garantidas por legislação que trata das comunidades tradicionais no Brasil, tal como acontece com os povos indígenas.

Considerando a participação significativa das questões indígena e quilombola nas manifestações no território nacional, a questão da terra ganha outro sentido ao se manifestar enquanto luta pelo território na medida que pressupõe outras territorialidades e denuncia o caráter colonial da expansão capitalista (PORTO-GONÇALVES et al, 2014).

2.4 A atuação dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais na diversidade de mobilizações

Os direitos resultam de um processo social real e coletivo, e a ação coletiva dos movimentos sociais reafirma a capacidade transformadora do povo em movimento²⁹

Nesse caminho em compreender os elementos que levam às manifestações, busca-se ao mesmo tempo o entendimento de quais organizações estão presentes e atuando no estado de Minas Gerais, estas que contestam a ordem territorial imposta e a posição delegada a estes

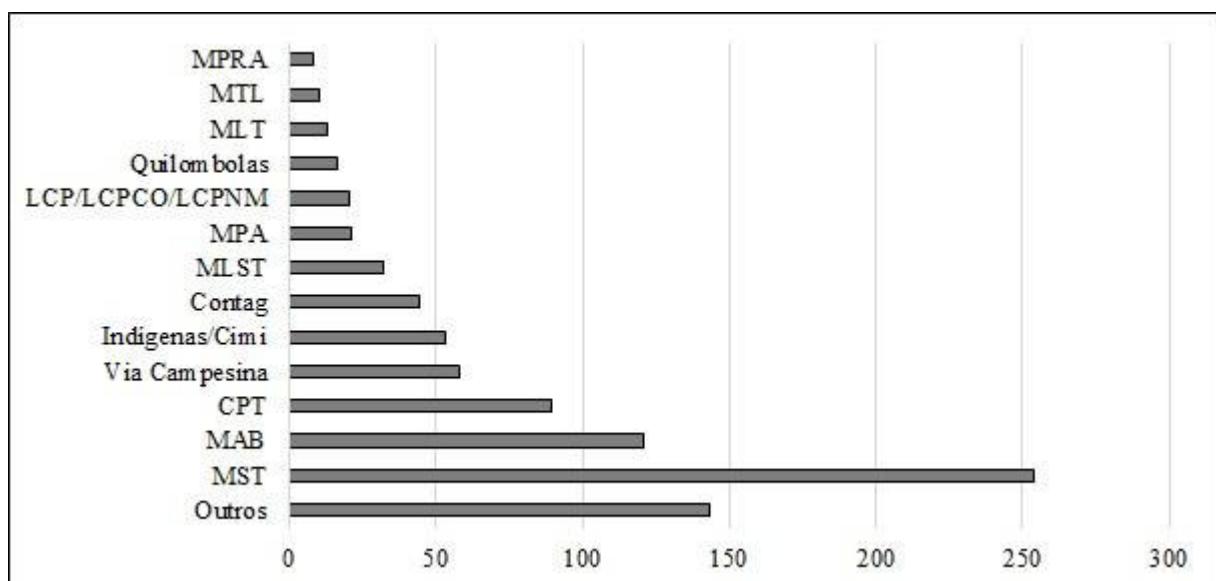
²⁹ PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos coletivos de direitos. In.: CALDART, Roseli Salete et al (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 727.

sujeitos na sociedade, posição também imposta em nome dessa ordem. Mais uma vez a conformação deste cenário é possível por meio da sistematização do DATALUTA.

É encontrada uma diversidade de organizações coletivas envolvidas na luta pela terra, ora diretamente, ora em apoio à causa. Ao tempo que também são identificados atos públicos que tiveram a participação dos movimentos de luta pela terra por outras causas, como por exemplo em apoio aos servidores da educação protestando por melhores salários, uma vez que esta é também uma bandeira da luta dos movimentos do campo. São igualmente registradas diversas mobilizações inter-relacionadas em torno de um ou mais objetivos, que se organizam e conseguem transformar atos locais em fatos nacionais, ou até mesmo transpondendo fronteiras e alcançando visibilidade internacional, por meio por exemplo, da Via Campesina. Este é o cenário que identificamos no estudo destas manifestações.

Por se deparar diante essa diversidade de movimentos socioterritoriais envolvidos, uns mais abrangentes, outros de caráter mais local, regional ou organizados para questões pontuais, referentes até mesmo a uma comunidade rural, conforma-se um quadro síntese que destaca as participações mais recorrentes de movimentos, seja em ações organizadas ou em ações conjuntas. Assim está estruturado o Gráfico 9, que representa as entidades com maior participação no total de manifestações registradas no estado mineiro.

Gráfico 9 – Minas Gerais: participação dos movimentos socioterritoriais nas manifestações, 2000-2014



FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

Inicialmente interessa frisar que estão agrupados como *Outros* as organizações coletivas com um ou pouco registros, envolvidas com questões mais pontuais, como as comunidades rurais em luta por uma causa local; ou que estão diretamente ligados a situações específicas, como é caso da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho - AAFIT que estiveram articulados nas manifestações contra a injustiça e a violência pela Chacina de Unaí; ou ainda que se constituíram pelas famílias de determinada ocupação de terra. Desse modo, estão presentes em 20% das manifestações do período em questão.

Como se vê pela representação gráfica, o MST é a organização mais atuante no estado de Minas Gerais, registrado em 37% das manifestações, que totalizam 687 no período estudado. Logo, 254 atos públicos foram promovidos pelo movimento ou tiveram sua participação em ação conjunta. Em sequência identifica-se a participação do MAB em 18% das ações. Desse modo, destacamos o poder político e de mobilização destas duas organizações coletivas, que promoveram ou estiveram presentes em mais da metade das manifestações realizadas no estado mineiro, em estratégias objetivadas na construção de uma nova sociedade capaz de assegurar cidadania, dignidade e justiça a todos.

É inegável que o MST ocupa lugar de destaque na luta pela terra, aponta Oliveira (2007), porque é o que tem uma organização mais sólida e de caráter nacional, sem desconsiderar os demais movimentos ligados à temática. Foi a luta incessante pela autonomia política que contribuiu para a espacialização e a territorialização do MST pelo Brasil, tornando-se uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção, como fruto dessa realidade (FERNANDES, 2000).

O MAB, que se apresenta como a segunda organização de maior atuação em Minas Gerais, reúne populações que de alguma forma são afetadas pela construção de barragens, como pescadores, ribeirinhos, trabalhadores rurais, entre outros. Podemos acompanhar no processo histórico do país, e no período atual, que esses grandes empreendimentos interferem sobremaneira tanto no meio ambiente, quanto principalmente na vida dessas populações e na garantia de seus direitos, como no caso das indenizações obrigatórias que por vezes não são cumpridas, ou são com valores irrisórios. Pois não se trata apenas de indenizar ou realocar estes sujeitos, mas sim alterar um modo de vida e uma história. Por isso, este movimento luta também pela preservação do meio ambiente e da cultura destes povos.

Considerando a história de formação e consolidação do movimento, principalmente no período atual, destaca-se que

A construção de jornadas nacionais de mobilização, com estratégias de ação e pautas comuns, fortaleceu progressivamente o espaço nacional. A prioridade dada às manifestações populares, marchas e ocupações como forma de luta levou a um predomínio das organizações de massa nas regiões e à configuração de um movimento popular de massas. Assim, a chegada do novo século também trouxe a configuração do MAB como um movimento popular nacional efetivo. (ZEN; FERREIRA, 2012, p. 491).

Os autores colocam também a importância dos contatos e articulações entre as diversas organizações do país, uma vez que há dificuldades de se alcançar conquistas em lutas isoladas. Desse modo, é por meio destas manifestações populares que obtêm mais visibilidade e questionam o modelo econômico e energético que tem o controle privado das fontes, bem como a degradação ambiental, adotado pelo país a partir da implantação de barragens em todo território nacional.

A CPT também é uma organização de destaque na questão dos conflitos agrários, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais especificamente. Ressalta-se seu papel também por meio dos registros que tem como principal resultado ano a ano o Caderno Conflitos no Campo, pelo qual são divulgadas as diferentes informações que compõem essa questão, tais como a violência cometida contra os trabalhadores e populações tradicionais, os assassinatos, os conflitos trabalhistas, e assim por diante.

Suas ações se concretizam na planície, junto aos que lutam por um pedaço de chão, como os acampados e assentados, pela valorização do território e pela permanência na terra, como o fazem tantas comunidades tradicionais. Em sua trajetória há um claro empenho em favor da reforma agrária, pelo estabelecimento de um limite para a propriedade e pela regularização fundiária. Sua missão acontece no apoio intransigente aos povos da terra, das águas e das florestas e está atenta e vigilante para denunciar as vítimas do trabalho escravo. (Caderno Conflitos no Campo CPT, 2014, p. 7)

Ligada à Igreja Católica, a entidade promove principalmente a Romaria das Águas e da Terra, que tem edição anual e reúne milhares de pessoas em cada realização, abordando a cada vez diferentes temáticas em prol dos direitos à dignidade e à cidadania das diversas populações do campo. Sua participação é identificada em atos próprios e do mesmo modo nas manifestações organizadas em conjunto com os demais movimentos, representando 13% do total.

A Via Campesina também comparece nos registros das manifestações, promovendo mobilizações em diferentes regiões mineiras, especialmente na capital Belo Horizonte. Há de se ressaltar que esta é uma organização global que associa outros movimentos, como por exemplo MST, MPA e MAB, sendo a América do Sul uma das regiões de atuação. Por esse motivo foram registradas manifestações tendo a Via Campesina como movimento

organizador. Dentre suas principais bandeiras estão a defesa da soberania alimentar pautada no desenvolvimento local e na diversidade da produção agrícola e agroecológica; das terras e territórios camponeses e indígenas; defesa da água como direito universal e das sementes como patrimônio da humanidade (FERNANDES, 2012).

Não poderíamos deixar de destacar a atuação dos movimentos indígenas por meio das diferentes etnias localizadas no estado mineiro, que tem a participação também do Conselho Indigenista Missionário – Cimi³⁰, por isso o agrupamento na participação das manifestações conforme consta no gráfico acima.

“Se prestarmos atenção aos noticiários ou se realizarmos uma pesquisa nos meios de comunicação – impressos e virtuais – vamos nos deparar sistematicamente com notícias de violências e violações de direitos indígenas em todo o território brasileiro” (LIEBGOTT; BONIN, 2014, p. 128). Identifica-se uma regularidade nestes casos de conflitos, e ainda uma disseminação de discursos de ódio contra essas populações que se traduzem em atos de violência, elementos que, somados à pouca ou inexistente assistência aos direitos básicos, bem como à destruição da natureza que exerce papel fundamental na cultura indígena, conformam o quadro que tem levado cada vez mais índios aos protestos e ocupações de prédios e empresas privadas, às reuniões inclusive na capital brasileira em busca de soluções para o problema.

Comparece com a devida expressividade a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, promovendo e participando das manifestações de luta pela terra e sobressaindo-se nos atos realizados na capital mineira, Belo Horizonte. Se constitui em uma entidade sindical do campo de caráter nacional, articulada às Federações de Trabalhadores na Agricultura de cada estado brasileiro. Em sua trajetória, afirma lutar pelos direitos de mais de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos³¹.

Já o Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST apresenta uma atuação mais regional, especificamente na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com manifestações registradas sobretudo nos municípios de Uberlândia, Uberaba e Prata. “A proposta política de Reforma Agrária do MLST para o país acredita que o sentido da luta é

³⁰ O Cimi é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que realiza o trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Dentre seus objetivos está o apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas, fortalecendo o processo de autonomia destes e garantindo seus direitos históricos. Disponível em: <www.cimi.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2015.

³¹ Disponível em <[https://www.contag.org.br/](http://www.contag.org.br/)>. Acesso em 10 jan. 2016.

corrigir a distorção social de mais de 500 anos; acabar com a concentração de terra e sua mercantilização”, lutando por um campo para produzir, trabalhar e viver, afirma Carvalho (2011, p. 91) em seus estudos sobre a territorialização do movimento no Triângulo Mineiro.

Vale destacar que a organização atua também expressivamente nas ocupações de terras da região.

O mesmo caráter regional nas manifestações possui o Movimento de Luta pela Terra – MLT, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL e o Movimento Popular pela Reforma Agrária – MPRA, com atuação registrada no Triângulo Mineiro e principalmente em articulação com as demais organizações coletivas.

O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA³² e a Liga dos Camponeses Pobres – LCP (agrupados neste último a LCP do Centro Oeste e a LCP do Norte de Minas) também são significativas no quadro das manifestações no estado mineiro, mesmo que em número menor que os demais. Nos registros da LCP destacam-se os atos públicos contra a injustiça e a violência no caso do assassinato de uma liderança do grupo em 2014, na região Norte do estado, sendo este mais um exemplo da violência no campo.

Tal como as populações tradicionais indígenas se manifestam, as comunidades quilombolas em busca da proteção e resistência de seus territórios igualmente estão em ação. É identificado um crescimento das manifestações deste grupo, assim como dos índios, de meados da década de 2000 em diante. Na escala nacional, Porto-Gonçalves (2014) demonstra que 1/5 do total geral das manifestações sinalizaram a questão territorial indígena e das populações negras remanescentes de quilombos. Tal fator assinala os diferentes sentidos que toma a questão da terra neste contexto, somando à sua dimensão econômica seus significados culturais e simbólicos da diversidade dos modos de vida.

E assim são debatidos nesta seção os elementos que configuram as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais enquanto expressão da questão agrária em Minas Gerais, buscando exemplificar as diferentes ações registradas pelo DATALUTA por meio da diversidade dos dados e reportagens coletadas. Do mesmo modo, com a devida importância é estabelecida a relação entre as práticas contestadoras e o uso político dos espaços onde são expostas as reivindicações que movem estes sujeitos na luta, questões estas que serão também abordadas em escala regional na seção subsequente.

³² O MPA está organizado em dezessete estados brasileiros, a saber Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Tem como mensagem política a produção de alimentos saudáveis com respeito à natureza, para alimentar o povo brasileiro. (Frei Sergio Antonio Görgen, 2012).

3. AS REIVINDICAÇÕES MATERIALIZADAS NAS MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Neste último item é elaborada em escala regional uma análise da temática proposta, especificamente considerando a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Para isso são tratados os tipos de manifestações identificadas pela sistematização do banco de dados DATALUTA na região, as reivindicações expostas nas práticas contestadoras, bem como os movimentos socioterritoriais que empreenderam estas ações e algumas conquistas da luta pela terra apontadas pelas organizações.

Por sua vez, a região é expressiva no contexto da luta pela terra, tanto pelas disputas territoriais principalmente devido à expansão das agroindústrias exportadoras no Cerrado mineiro, que expropriaram e ainda expropriam os trabalhadores e populações do campo, quanto pela atuação das organizações coletivas por meio de suas ações territoriais como a ocupação de terra e manifestações do campo.

3.1. Tipologia das manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Trata-se da voz dos que questionam esse padrão de poder agrário através de manifestações realizadas em todo o país.³³

A voz dos que questionam esse padrão de poder agrário, como colocado pelo autor na citação, é externalizada por meio das variadas formas de se manifestar, de articular os discursos que serão ouvidos por toda a sociedade, por suas diferentes classes. Manifestações realizadas em todo o país, e que tem aqui especial atenção tomando como referência a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em Minas Gerais.

Como já abordado nas páginas anteriores, essa região se caracteriza como expressiva no contexto da luta pela terra, ora pelas ocupações e assentamentos rurais, ora pelas manifestações, que também são significativas. Exemplo disso é o município de Uberlândia, que figura como o segundo com o maior registro de manifestações do campo no estado mineiro, atrás somente da capital Belo Horizonte, e com o maior registro de ocupações de terras. Assim, estes dados demonstram a expressividade da região no cenário estadual.

Do total das manifestações registradas no período compreendido entre 2000 e 2014, quase metade foi realizada na capital mineira, com o registro de 40%, conformando-se com isso como a principal região palco das manifestações, fator já explicado inclusive pelos

³³ PORTO-GONÇALVES et al, 2014.

entrevistados nesta pesquisa. Dentre as demais regiões, Norte de Minas e Triângulo Mineiro, somadas à região Metropolitana de Belo Horizonte, totalizam mais de 70% de todas as manifestações promovidas no estado mineiro, e mais de 65% na quantidade de participantes.

Especificamente no Triângulo Mineiro, dos tipos de manifestações do campo identificados em Minas Gerais, treze deles são também registrados nessa região, como demonstrado no Quadro 4 logo a seguir.

Quadro 4 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: tipologia das manifestações de luta pela terra, 2000-2014

Tipos de manifestações	
Acampamento	Ocupação de prédio privado
Audiência	Ocupação de prédio público
Bloqueio de rodovia	Pedido de demissão
Caminhada	Romaria
Concentração em espaço público	Temática
Manifesto	Vigília
Marcha	

FONTE: DATALUTA 2014.

Org.: A autora, 2015.

Estes são os treze tipos de manifestações identificados na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O mais expressivo deles é o bloqueio de rodovia, que corresponde a 40% das manifestações do campo. Referente à expressividade na quantidade de participantes, o tipo romaria registra mais da metade do total de manifestantes. Esta, por sua vez, simboliza o apoio e atuação da Igreja Católica aos atingidos pelos conflitos no campo e envolvidos nos movimentos sociais que lutam pela terra, associando as dimensões política e religiosa da questão. Exemplo deste tipo de mobilização foram as Romarias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba realizadas pela Animação Pastoral e Social do Meio Rural – APR³⁴.

Entendemos que o bloqueio de rodovia tem uma significativa repercussão política e na dinâmica do cotidiano. A interdição de uma via de acesso e transporte de bens, de menor ou maior duração, impacta a mobilidade das pessoas e serviços, o que faz com que se tenha o interesse em solucionar a questão o mais breve possível por parte daqueles que são interditados, a partir da reação conservadora destes. Isso porque comumente taxam a manifestação como uma ação incômoda à ordem das coisas e do desenvolvimento. Por outro

³⁴ A APR é uma entidade de apoio aos movimentos sociais e luta pela terra ligada à Igreja Católica, atuando também na área de formação política, antes denominada CPT-Regional do Triângulo Mineiro, que em 1989 foi desvinculada por divergências da coordenação regional com as direções estadual e nacional, e retomou o vínculo no início dos anos 2000. (GOMES, 2004; CARVALHO, 2011).

lado, a manifestação deve incomodar, pois tem exatamente a função de revelar problemas inerentes à sociedade, na qual todos estão inseridos.

Nos bloqueios de rodovias, por diversas vezes, foram registrados atos em que os manifestantes exigiram a presença de representantes de algum órgão responsável, como por exemplo o superintendente do Incra, ou corresponderam a questões locais de acampamentos próximos à localidade da manifestação.

A questão se estrutura na cobrança feita aos governos em suas três esferas, como aponta um dos entrevistados, ao abordar sobre a atuação do Incra nacional atualmente.

Qual foi a demanda, né? O governo garantir as 120 mil famílias assentadas. Então nós faz isso, cobrar do governo que são as três esferas e nós cobra das três esferas, não só do governo federal, nós cobra dos três governos. Aí nós ocupa praça, nós ocupa Incra, nós ocupa Ministério, nós ocupa banco, nós para rodovia, nós para linha de ferro, nós para hidrelétrica, já aconteceu isso. Mas pra isso, pra acontecer a Reforma Agrária. Porque se nós não fizer isso, ficar só esperando do governo, nunca vai acontecer. (ENTREVISTADO A, 2015).

Sem essa pressão popular, dos movimentos que lutam pela terra em conjunto com a sociedade como um todo, não haverá reforma agrária, não haverá a garantia dos direitos do povo e dos trabalhadores, e principalmente, não haverá o cumprimento dos acordos feitos pela gestão pública. Além disso, é imprescindível a cobrança às três esferas do governo, municipal, estadual e federal, cada um responsável por diferentes setores e demandas. De nada adianta direcionar os atos somente à gestão federal, como é o caso do MDA, sendo que os governos estaduais e municipais são também encarregados em atender às questões.

É o que também sinaliza outro integrante do MST, ao afirmar que “*se não houver muita pressão e luta qualificada dos movimentos populares para suas demandas reais, não vai haver avanço algum de nenhuma conquista*” (ENTREVISTADO D, 2015). Então, podemos afirmar que a palavra-chave desse contexto é a pressão popular, expressa nas variadas formas de ação territorial organizadas pelos movimentos, sejam as ocupações de terras, sejam as manifestações no espaço público.

Mas a luta, como ele ainda aponta, deve ser qualificada, exige-se uma formação política para estar inserido nesse embate, para saber direcionar os objetivos a que se pretendem. Formação não apenas aos integrantes dos movimentos socioterritoriais envolvidos, mas para toda a sociedade, e esse aspecto o entrevistado afirma ser um dos papéis também do movimento no qual participa, o MST. É o que identificamos quando apontadas as estratégias de ação.

São muitas. Posso citar: ocupações para denunciar os latifúndios com suas grandes contradições e a burguesia agrária (em sua grande parte criminosa, mentirosa e arcaica), produção de alimentos sadios e saudáveis para toda a população brasileira a preços populares (políticas da agroecologia e também a orgânica). Diálogo com toda a sociedade (urbano e rural) sobre nosso acúmulo em todas as áreas em que atuamos. Formação política. Educação popular. Reformas do judiciário, da política eleitoral, tributária, da saúde e do saneamento básico. Ocupações de prédios públicos para denúncias, para cobrar do Estado nossos direitos enquanto cidadão e movimento popular. Ocupações relâmpagos em imóveis rurais produtivos, mas com presença de trabalho escravo, crimes ambientais, crime contra o tesouro nacional e de proprietários e arrendatários com dívidas públicas astronômicas. As marchas, nossos meios de comunicação, realização de feiras multiculturais, nossa cultura do campo, nossas músicas, nossas místicas. (ENTREVISTADO D, 2015).

Logo se vê que as ações não estão ligadas unicamente ao campo, pelo contrário, envolvem a sociedade em busca de outro projeto de desenvolvimento, tanto para o campo quanto para a cidade. Estão relacionadas também às diferentes dimensões da vida e do cotidiano, como questões sociais, econômicas e culturais, e essa percepção da atuação do movimento de luta pela terra pela população se dá através de suas ações que devem ser frequentes e permanecer em constante diálogo.

Desse modo, os bloqueios de rodovia e os demais tipos de manifestações exercem tanto o objetivo de expor cobranças aos órgãos públicos quanto de manter o diálogo com a sociedade. São aspectos identificados nos registros divulgados pelos meios de comunicação e nos apontamentos dos movimentos socioterritoriais, sistematizados pelo DATALUTA.

Um exemplo de bloqueio de rodovia foi registrado em março de 2009, onde militantes do MLST interditaram a BR-153 próximo ao município de Prata, denunciando a existência de milícias armadas na região, além de reivindicar agilidade nos processos de desapropriação (Correio de Uberlândia/Acervo DATALUTA, 05/09/2009).

Ação que também foi registrada em dezembro de 2010 sob o título *MST - Luta!! Manifestação no Triângulo Mineiro*, ocasião em que a BR-050 entre os municípios de Uberaba e Uberlândia foi interditada por duas horas com o objetivo de manifestar contra uma ordem de despejo de uma fazenda ocupada na região, pedindo para tanto a intervenção do Incra (Cedefes/Acervo DATALUTA, 19/12/2010).

A equipe do LAGEA/DATALUTA participou de uma destas manifestações realizadas em maio de 2012, acompanhando o protesto de integrantes do MLST pedindo agilidade da justiça no caso de um triplo homicídio ocorrido em uma estrada vicinal do município de Uberlândia no dia 24 de março daquele ano. As vítimas eram integrantes e lideranças do movimento que coordenavam um acampamento em área ocupada no município de Prata. Com o apoio de

representantes da APR e por decisão do movimento, a cada mês subsequente ao assassinato seria realizada uma manifestação enquanto não encontrassem os responsáveis e a motivação do crime.

Na ocasião da ação, realizada no local do crime na MGC-455 (Figuras 19 e 20) e com a participação de aproximadamente 60 pessoas do MLST e de outros movimentos em apoio, bem como da APR e representante do Incra de Minas Gerais, diversos atos e orações em memória das vítimas relembraram as lutas com as quais estiveram envolvidas. Integrantes dos movimentos asseguraram a importância e necessidade de continuarem as manifestações.

Figuras 19 e 20 – Local do crime contra lideranças do MLST na estrada MGC-455 em Uberlândia, 2012



Autor: FREITAS, R. L.; 2012.

As duas imagens registram o local onde o crime aconteceu, e do mesmo modo onde a manifestação foi realizada. Na segunda imagem vemos as cruzes simbolizando as três vítimas. Ao acompanharmos o ato, foi perceptível a revolta e preocupação dos manifestantes com a situação em que se encontravam, restando também o medo. Naquele mesmo ano e mês foi realizada uma audiência pública no Fórum de Uberlândia entre os movimentos sociais ligados à luta pela terra e representantes de órgãos públicos, entre eles o superintendente do Incra e deputados federais responsáveis pela Comissão dos Direitos Humanos e combate à violência no campo, com aproximadamente 300 pessoas.

Iniciada com uma caminhada em torno do Fórum, os integrantes dos movimentos como MLST, MTL, MPRA, MST e outros publicizaram diante de todos os participantes, especialmente às autoridades, as denúncias de violência sofrida e a necessidade de apresentarem respostas a esse problema enfrentam, na tentativa em impedir a impunidade e a injustiça. As Figuras 21 e 22 foram registradas na audiência, que também contou com a participação das polícias Militar e Civil envolvidas na apuração do caso.

Figuras 21 e 22 – Audiência Pública no Fórum Abelardo Penna em Uberlândia, 2012



Autor: FREITAS, R. L.; 2012.

Nas imagens registradas em maio de 2012, vê-se novamente simbolizadas diante dos representantes do Estado as três vítimas do crime de março do mesmo ano. Com faixas e bandeiras, diversas autoridades e líderes dos movimentos manifestaram sobre a impunidade do triplo homicídio e a demora em apresentar os resultados das investigações. Ao final dessa audiência, a Comissão dos Direitos Humanos foi ao local dos assassinatos e ao acampamento, incentivando os camponeses a permanecerem na luta e garantindo que providências seriam tomadas.

Em continuidade à tipologia das manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o tipo concentração em espaço público é o segundo mais expressivo aos grupos que se manifestam. Atos em praças, diante prefeituras, câmaras municipais, agências bancárias sem a ocupação do prédio, concentrações em frente a fóruns ou Centros Administrativos são alguns exemplos. Assim como o bloqueio de rodovia, a concentração em espaço público também tem maior registro no município de Uberlândia.

A organização e realização de uma manifestação do campo exige algumas etapas fundamentais, como a determinação do tipo da ação, dos participantes, a duração do ato público, o local alvo do protesto, entre outros fatores. Assim, é necessário

Primeiro sempre estar preparado e em constante organização cada assentamento e acampamento. Estar em constante formação teórica e prática. Depois estudar nossos alvos e/ou inimigos, suas contradições e planos para uma ação muito bem pensada e após isso executar com segurança as nossas manifestações. (ENTREVISTADO D, 2015).

A escolha do espaço a ser apropriado na manifestação também é um passo determinante, e se dá diante “muito planejamento com segurança. Estudos, vida prática, e pesquisas anteriores à ação. Há locais mais complicados, que o planejamento pode demorar anos, outros meses. Mas com o acúmulo de formação frequente, pra saber onde há contradições

e para que a sociedade nos apoie” (Idem). Sobre quem participa das mobilizações, “*são na maioria acampados, os assentados, pesquisadores, estudantes e apoiadores da luta*” (ENTREVISTADO B, 2015).

Em abril de 2010, um grupo de aproximadamente 150 trabalhadores rurais sem-terra protestaram em frente à sede do Instituto Estadual de Florestas – IEF em Uberlândia, numa atividade que integrou a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A mobilização se deu em repúdio à morosidade do Incra, IEF e demais órgãos públicos do governo no desenvolvimento de uma efetiva política de Reforma Agrária, e também à conivência do Judiciário com o latifúndio local (Página do MST/Acervo DATALUTA, 19/04/2010).

Com o mesmo propósito, também no dia 19 de abril os manifestantes formaram um acampamento na praça cívica da Prefeitura Municipal de Uberlândia, conforme consta na Figura 23, outro tipo de manifestação segundo a metodologia DATALUTA, expondo as demais reivindicações junto à questão do IEF.

Figura 23 – Formação de acampamento na Praça Cívica da Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2010

Fonte: Correio de Uberlândia/Acervo DATALUTA, 21/04/2010

Contando com a participação de aproximadamente 150 pessoas, após o protesto diante do IEF, os manifestantes seguiram até a Praça Cívica que fica ao lado do Centro Administrativo do município e acamparam na área, reivindicando direito de moradia, agilidade nos processos de assentamentos e melhorias na infraestrutura como saneamento básico e energia. Estas ações podem ser percebidas pela sociedade por meio da veiculação da mídia online e impressa, como neste caso, fator importante de visibilidade.

Já no município de Uberaba (Figura 24) um exemplo de concentração em espaço público foi registrado em março de 2011, onde um grupo com cerca de 60 trabalhadoras sem-terra protestaram contra a “reintegração de posse da fazenda Inhumas ocupada há mais de quatro anos pelo grupo. As mulheres integrantes do MST também reivindicaram mais fiscalização no campo e denunciaram práticas de alguns agricultores que prejudicam o meio ambiente” (Portal Megaminas/Acervo DATALUTA, 01/03/2011). Além disso, a ação teve também o caráter de luta das mulheres pelo mês de março.

Figura 24 – Manifestação do MST em Uberaba, 2011



Fonte: Portal Megaminas/Acervo DATALUTA, 01/03/2011.

Outra concentração em espaço público que também foi registrada em frente à Câmara Municipal de Uberlândia no mesmo ano, pela Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista – ATRBV. Dentre as reivindicações envolvendo moradia, conforme foi divulgado, os cerca de 200 manifestantes cobravam a distribuição de água por meio de caminhão pipa numa ocupação feita pelo grupo, além de agilidade na desapropriação da área ocupada. Algumas horas depois “os manifestantes deixaram o local, uma vez que houve a promessa de agendar uma reunião entre a Comissão de Direitos Humanos do município e representantes da associação, para discutirem o assunto” (Correio de Uberlândia/Acervo DATALUTA, 01/07/2011).

Destacamos a finalização da manifestação após a promessa de reunião com representantes de órgão públicos, uma vez que firmar esse compromisso é também objetivo do movimento quando se manifesta, como aponta Comeford (1999), pois é nesse encontro que serão discutidas as reivindicações.

Recorrentemente, os trabalhadores reafirmam sua posição de só sair dali com o ‘problema resolvido’, ou seja, tendo obtido um compromisso explícito por parte de diretores autorizados, em relação às suas reivindicações. Afirmam sua disposição de ‘não arredar o pé’ e ameaçam voltar outras vezes se necessário (caso se considere que o compromisso não foi mantido). (COMERFORD, 1999, p. 134).

A reunião não garante a solução imediata da demanda, como a desapropriação de área ocupada por exemplo, mas é um meio de diálogo entre os movimentos socioterritoriais e o poder público, onde é possível expor os problemas do campo. Sem esse diálogo, que deve ser constante, a luta não avança, e pode até se tornar mais violenta pela falta de acordos.

Referente às audiências públicas que envolvem os movimentos socioterritoriais e as questões do campo, foi registrado em 2014 um encontro também no município de Uberlândia (Figura 25) que reuniu as organizações coletivas da região e os representantes do governo municipal, estadual e federal.

Figura 25 – Audiência pública no Auditório do Centro Administrativo de Uberlândia, 2014



Fonte: A autora, 16/04/2014.

No diálogo entre os assentados e acampados, que expuseram as diferentes reivindicações e posicionamentos aos participantes, dentre eles a secretaria municipal de Agropecuária e Abastecimento, o superintendente regional do Incra de Minas Gerais e o

prefeito de Uberlândia, foram colocados os problemas e perspectivas da luta pela terra e reforma agrária na região. O destaque foi para os acordos que não estariam sendo cumpridos, como por exemplo o assentamento das famílias que aguardavam o processo, tendo os movimentos caracterizado que a gestão federal havia esquecido da reforma agrária que anteriormente afirmara no plano de governo.

Em contraponto, o representante do Incra-MG, nesse encontro, discordou dessa ideia e destacou ainda outras entidades que também fazem parte de todo esse processo e discussão, como o Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público e Poder Judiciário, apontando que a morosidade não é exclusivamente do Incra. Porém, entende-se aqui que a lentidão de uma instituição não deve ser justificada pela mesma atuação de outra instituição, elementos que fazem questionar os argumentos elencados por parte do representante do Incra.

Quanto ao tipo acampamento da tipologia das manifestações do campo segundo a metodologia DATALUTA, a equipe de pesquisadores acompanhou em 2015 uma manifestação na Praça Cívica da Prefeitura Municipal de Uberlândia, representada pelas Figuras 26 e 27, que durou cerca de 45 dias numa ação conjunta com a participação de diversos movimentos, como MST, MLST, MPRA, MTL, entre outros, organizados no coletivo Fórum de Luta pela Reforma Agrária. E mais uma vez a decisão de continuarem acampados até alcançarem os objetivos fica evidente, ao apontar que “nóis só ia sair depois da pauta concluída, se não tivesse concluída nós não ia sair” (ENTREVISTADO A, 2015).

Figuras 26 e 27 – Acampamento na Praça Cívica da Prefeitura de Uberlândia, 2015



Fonte: A autora, 2015.

As imagens demonstram algumas das reivindicações expostas nesta manifestação pelas bandeiras e faixas. Na primeira figura tem-se o posicionamento contrário das organizações coletivas ao processo de impeachment da Presidente da República cunhado pela oposição ao governo. Entretanto, estão empenhados em continuar cobrando a reforma agrária que afirmam ter sido esquecida por este mesmo governo. Na segunda imagem, dentre as reivindicações estava a luta pela criação do assentamento Terra Firme em Uberlândia.

A principal motivação para a manifestação foi a presença do então Ministro do Desenvolvimento Agrário na região, Patrus Ananias, para quem foi entregue uma pauta de reivindicações colocadas pelos movimentos envolvidos. Conforme um dos coordenadores do ato público, o grupo “*conseguiu encaminhar as pautas de estrutura daqui das estradas, conseguiu encaminhar as reformas das casas, conseguiu encaminhar a água, então andou, a reivindicação foi quase toda completa, só tem que esperar*” (ENTREVISTADO A, 2015).

Outro assentado que também participou do acampamento na Praça Cívica relata sobre os encontros dos movimentos sociais com superintendentes em Belo Horizonte, no mesmo período em que acontecia o acampamento (ENTREVISTADO C, 2015). Em três dias de reunião, os movimentos foram ouvidos e colocaram os apontamentos e demandas da região, como por exemplo a assistência técnica na produção agrícola. Entretanto, mesmo diante de toda a pauta, o superintendente insistiu em afirmar que não tinham verbas para fazer o solicitado. É sobre situações como esta que o entrevistado tece suas críticas, uma vez que sabendo que os problemas persistem, comumente são obtidas respostas negativas do governo, gerando o entrave da questão.

Outro tipo de manifestação também acompanhado pela equipe DATALUTA no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi realizada em Monte Alegre de Minas, distante 65 km de Uberlândia. A ocasião foi o 12º Encontro Regional Triângulo Mineiro, com o tema “As famílias em luta no MST é combustível para derrotar o latifúndio”, organizado pela regional do movimento. Além de debater o cenário da questão agrária no campo mineiro, especialmente nesta região, o encontro foi também realizado em comemoração à conquista do primeiro assentamento do município, o Roseli Nunes III³⁵, após década de acampamento. Conforme relatam os militantes, serão 31 famílias assentadas. Tal fato representa significativa resistência e conquista por parte dos trabalhadores rurais sem terra.

No primeiro dia do encontro, acampados e assentados do MST da cidade e de outros municípios vizinhos se reuniram numa praça local, e seguiram em caminhada até a prefeitura (Figuras 28 e 29 e Figura 30), pois ali seria entregue ao prefeito uma carta de reivindicações. Uma comissão representante do grupo entrou para reunir com o prefeito e assessores, e após algum tempo de espera, ele se pronunciou afirmando que aquele momento era importante e que se empenhariam em atender aquelas reivindicações.

³⁵ Conforme Portaria nº 32, de 27 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 04/12/2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=62&data=04/12/2015>>. Acesso em 07 jan. 2016.

Figuras 28 e 29 – Caminhada e chegada do MST à Prefeitura de Monte Alegre de Minas, 2015



Fonte: A autora, 13/11/2015.



Tanto durante a caminhada quanto na ocupação do prédio da prefeitura, é perceptível o planejamento do grupo a fim de promover um ato organizado e estruturado. Na avenida principal por onde os integrantes caminharam, foram organizadas duas fileiras ocupando apenas uma faixa da avenida de mão dupla, o que permitia o fluxo parcial dos veículos, que naquele período da manhã era tranquilo. Por outro lado, também foi percebida a intolerância dos motoristas quando constataram ser aquela uma manifestação dos sem-terra. São reações

como o preconceito pelo fato de ser sem terra, índio, negro. Igualmente, por se ouvir, nas manifestações e em algumas análises científicas sobre suas ações, que são baderneiros, arruaceiros ou que as questões que estão reivindicando perderam seu momento e/ou oportunidade histórica de serem realizadas. (FELICIANO, 2009, p. 136).

Crianças, homens e mulheres, inclusive idosos, carregavam as bandeiras e seguiram com um carro de som tocando músicas do movimento, e no final da formação estavam os responsáveis pela segurança, que tinham por tarefa principalmente cuidar para que nenhum veículo avançasse em direção às pessoas e causasse algum acidente. Além disso, as filas eram mantidas para que o ato continuasse no controle e as pessoas não dispersassem da estrutura inicialmente organizada. À frente, seguiu um militante que falava ao microfone os objetivos daquele ato público. O que mais chamou a atenção foi o constante convite à população para participarem daquela manifestação, compartilhando a conquista do primeiro assentamento de Monte Alegre de Minas. É o que identificamos como o objetivo em dialogar com a sociedade tanto as questões que exigem a atenção do Estado, quanto as conquistas advindas da luta e resistência desse povo.

Figura 30 – Entrega da pauta de reivindicações ao prefeito de Monte Alegre de Minas, 2015



Fonte: A autora, 13/11/2015.

Palavras de ordem como “Se o campo não planta, a cidade não janta!”, “Reforma Agrária quando? Já!”, “Pátria livre! Venceremos!” deram o tom da manifestação, levando em coro as ideologias das aproximadamente cem pessoas que ali estavam. Após a reunião com o prefeito e entrega das reivindicações, como infraestrutura, educação e assistência às famílias do novo assentamento, o grupo retomou a caminhada na avenida principal da cidade, agora em direção à outra praça na região central.

Esse segundo momento da caminhada (Figuras 31 e 32) teve um contato mais direto com a população local, já que passava por residências e estabelecimentos comerciais diversos, levando as demais pessoas a saírem às suas portas para conferir o que estava acontecendo. Vale destacar as expressões faciais dos que acompanhavam de longe a passagem do grupo, principalmente dos motoristas, a maioria com olhares de reprovação. Mas afinal, o movimento estava conseguindo o que almejava, chamar a atenção da população, fazer com que o assunto seja conhecido.

Figuras 31 e 32 – Retomada da caminhada rumo à praça central de Monte Alegre de Minas, 2015



Fonte: A autora, 13/11/2015.

Chegando ao destino, o grupo se reuniu nos veículos rumo ao acampamento que futuramente será o assentamento Roseli Nunes III, que já foi devidamente identificado conforme demonstra a Figura 33, distante aproximadamente 16 km da cidade. Chegando, os integrantes do movimento realizaram a mística, momento cultural no qual são celebradas as conquistas e destacados os desafios cotidianos dos sem-terra. Ressaltaram então os principais símbolos do movimento, tais como a bandeira, os instrumentos de trabalho no campo, os produtos da terra e o homem, enquanto sujeito que luta e resiste.

Figura 33 – Placa da entrada do assentamento em Monte Alegre de Minas, 2015



Fonte: A autora, nov. 2015.

O Encontro Regional foi realizado durante três dias, em comemoração à conquista e fazendo um balanço das lutas empreendidas pelo movimento. Fica evidente a satisfação do

grupo na certeza de que após anos acampados, a área ocupada finalmente se tornará um novo espaço de produção agrícola e vivência coletiva destes trabalhadores sem-terra que continuarão a luta, agora para permanecer na terra conquistada.

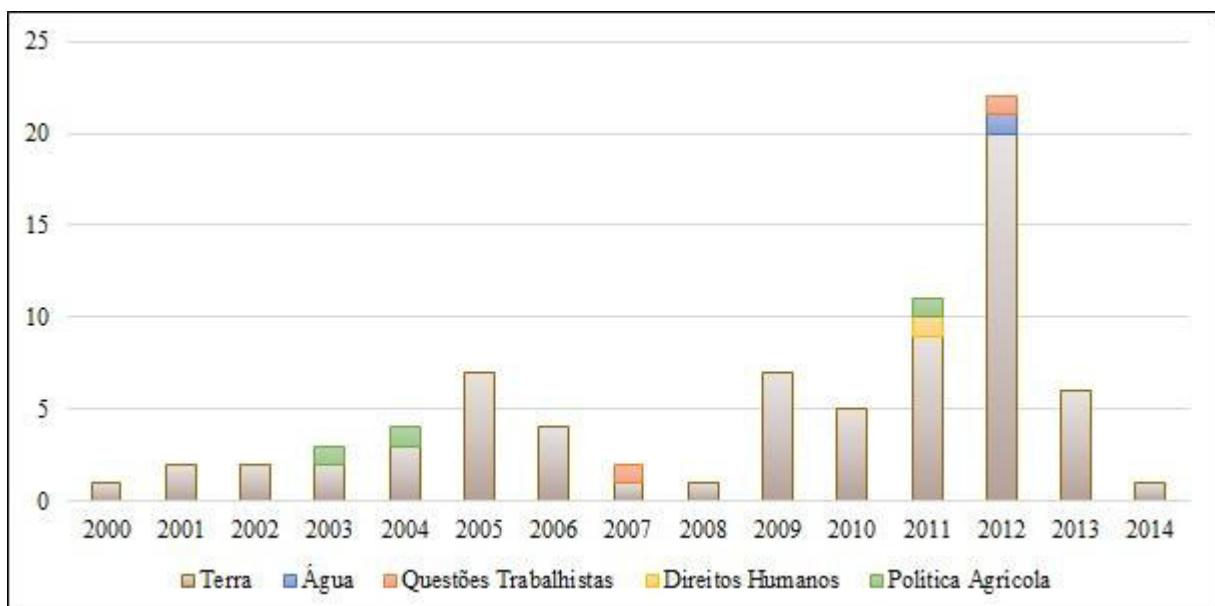
3.2. As reivindicações materializadas nas manifestações de luta pela terra da região

[...] portanto é necessário dentro da luta pela terra, lutar para além da terra.³⁶

Assim como foram estruturadas as reivindicações expostas nas manifestações do campo em escala estadual no período 2000-2014, esta periodização também se faz para a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, apresentando as reivindicações que comparecem na pauta de cada manifestação identificada e registrada pela pesquisa.

Primeiramente, seguindo a análise pela característica da manifestação, a questão da terra é a principal temática que impulsiona os grupos a se manifestarem nas rodovias, prédios e espaços públicos na cidade, conforme pode ser visto pelo Gráfico 10 e mais uma vez confirmando a centralidade da questão agrária. Desse modo, tal como se destaca em nível estadual, a questão da terra é também prevalecente na região aqui analisada, expressando 88% das manifestações de luta pela terra, e expondo reivindicações como “reforma agrária”, “desapropriação”, “incentivos à pequena produção”, entre tantas outras.

Gráfico 10 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: característica das manifestações, 2000-2014



FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

³⁶ Entrevistado B, 2015.

Vale ressaltar que algumas das características das manifestações em relação ao estado de Minas Gerais não comparecem quando se traz a análise para a menor escala regional. Ou seja, temas como Questões Ambientais, Indígena e Quilombola não são identificadas nas manifestações do campo promovidas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, mesmo que a preocupação ambiental esteja muitas vezes implícita em algumas ações.

Há de se observar que a região é marcada pela territorialização do capital a partir da incorporação e intensificação das atividades agrícolas no Cerrado, principalmente por meio da mecanização do processo produtivo, o que expropriou o trabalhador rural da terra e do trabalho. É o que aponta Gomes (2004), ao abordar que a intensificação da mecanização das grandes lavouras na região, a partir dos anos 1990, é uma das faces da ofensiva do capital, inspirada na racionalidade capitalista de busca constante de ampliação dos lucros. “No entanto, a ampliação da desterritorialização desses trabalhadores rurais, somada à dos pequenos produtores, parceiros, posseiros, meeiros e arrendatários, dimensiona ainda mais a luta pela terra, fazendo eclodir inúmeras disputas territoriais” (GOMES, 2004, p. 124). Com base nesta e em outras análises específicas da mesorregião é que se pode compreender a prevalência da questão da terra como propulsora das manifestações em contraponto às demais características estudadas.

Pautados nesta identificação, posteriormente são elencadas as reivindicações expostas nas manifestações do campo, como demonstrado no Quadro 5 a seguir, tal como foi elaborado para o estado de Minas Gerais.

Quadro 5 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: tipos de reivindicações e os propósitos das manifestações de luta pela terra, 2000-2014

(continua)

Tipos de reivindicações	Propósito
Acesso à água	Garantia de infraestrutura e de produção nos assentamentos
Crédito	
Incentivos à pequena produção	
Infraestrutura	
Assentamento de famílias	Direito ao acesso à terra
Contra expropriação	
Desapropriação	
Reforma Agrária	
Regularização fundiária	

(conclusão)

Tipos de reivindicações	Propósito
Assessoria Jurídica Popular	Garantia dos direitos básicos à cidadania
Contra a injustiça e a violência	
Contra despejo	
Contra exploração do trabalhador	
Cumprimento de acordos	
Educação	
Pagamento de salários	
Saúde	
Contra agrotóxicos	
Contra barragens	
Contra monocultura	Contra a imposição do atual modelo de desenvolvimento do campo
Contra transgênicos	

FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

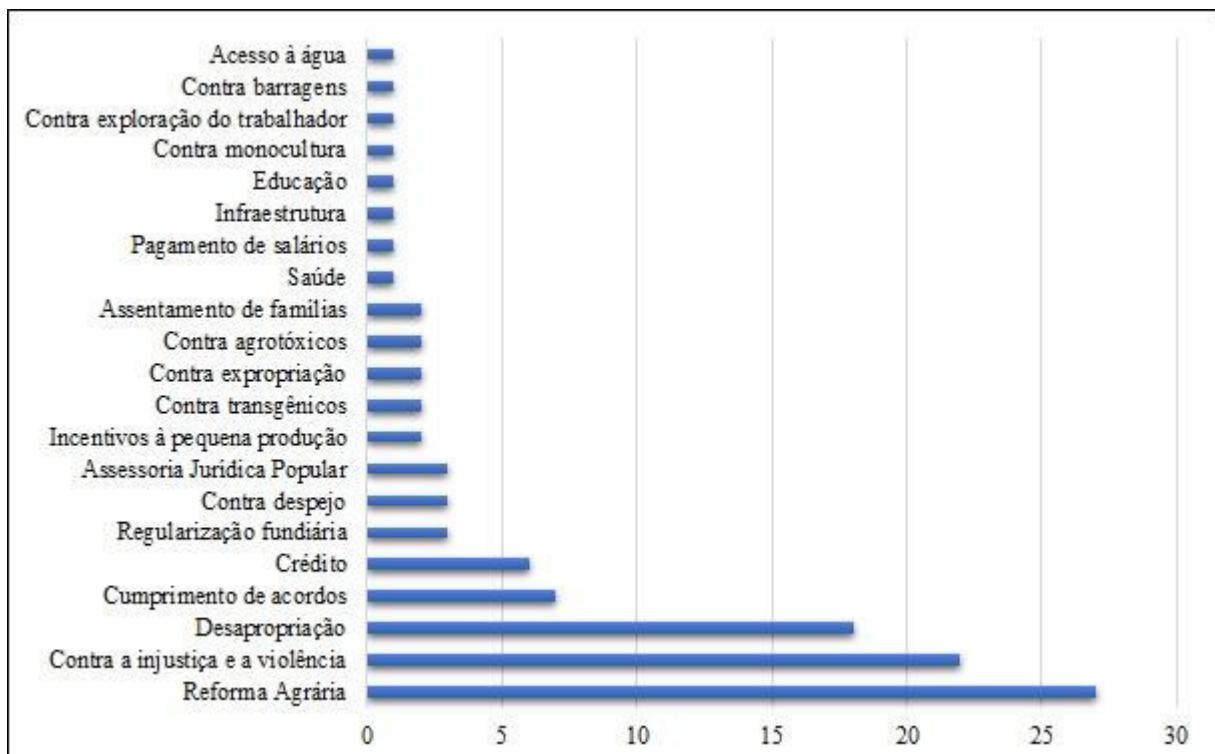
Com base nos registros das manifestações, foram identificados 21 tipos de reivindicações que compareceram nos atos públicos promovidos pelos movimentos socioterritoriais na mesorregião em questão. Do mesmo modo, diversas destas que compareceram nas ações em nível estadual não comparecem especificamente nesta menor escala de análise. É o caso, a título de exemplo, da demarcação de área indígena e titulação de área quilombola. Por outro lado, podem ser reivindicações que estão implicitamente dentro de outras pautas políticas, como é o caso da reivindicação por reforma agrária que tem maior abrangência de demandas.

Por meio do Quadro 5, são agrupadas as reivindicações considerando o *propósito* a partir da manifestação. Desse modo, prevalece na mesorregião o que compreendemos como “Direito ao acesso à terra”, representando 49% das reivindicações e denúncias que cobram o assentamento de famílias, a desapropriação e a reforma agrária, dentre outros. Em seguida, está a “Garantia dos direitos básicos à cidadania” com 36% das demandas expostas pelos movimentos socioterritoriais, pautando-se, por exemplo, contra a injustiça e a violência no campo, pela educação e saúde. A “Garantia de infraestrutura e de produção nos assentamentos”, expresso em 9%, é o propósito das ações que demandam por acesso à água, crédito, incentivos à pequena produção e infraestrutura, componentes fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos, principalmente pela dimensão econômica e que possibilita a permanência dos assentados no lote. Por fim, 6% representa as ações que atuam “Contra a imposição do atual modelo de desenvolvimento do campo”, que entendemos como

desigual e contraditório, com a atuação dos movimentos contra o uso de agrotóxicos, a construção de barragens, entre outros.

Mais uma vez, evidencia-se que estas compõem o que chamamos no presente trabalho de conteúdo das manifestações, são as causas e bandeiras expostas nas ações territoriais realizadas pelas organizações coletivas. Compreendendo este conteúdo, é possível abordar os elementos que caracterizam a questão agrária da região estudada. A representatividade deste conteúdo é demonstrada no Gráfico 11 adiante, que revela quais demandas são mais evidenciadas nos atos públicos.

Gráfico 11 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: representatividade das reivindicações expostas nas manifestações, 2000-2014



FONTE: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015

Como se pode observar, a demanda por reforma agrária é a principal bandeira levantada pelos movimentos de luta pela terra. Obviamente que nesta estão inseridas outras questões, o que a torna uma reivindicação de maior abrangência, uma vez que a reforma agrária “é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território” (OLIVEIRA, 2007, p. 68). Ou seja, a reforma agrária, como uma demanda dos movimentos socioterritoriais

e da população do campo, é uma política que, se efetiva, traz benefícios às diferentes dimensões da vida e do trabalho.

É o que podemos apreender a partir da colocação de um dos entrevistados, ao abordar sobre as pautas e projetos que o movimento do qual participa, o MST, defende, afirmando que “*primeiro é a reforma agrária popular, que é muito genérico, vai desde o direito ao trabalho, acesso à educação (todos os níveis) e atendimento médico popular de acordo com os costumes da região e/ou das comunidades do campo e das florestas*” (ENTREVISTADO D, 2015). Outro entrevistado, militante do mesmo movimento, também aponta que “*a luta pela terra representa muito mais que apenas a conquista da terra, é a luta por reforma agrária, uma vida com dignidade, poder estudar, ter uma alimentação saudável, entre outros*” (ENTREVISTADO B, 2015).

Em seguida, destacam-se os atos públicos contra a injustiça e a violência, que tem como casos emblemáticos o Massacre de Felisburgo, pelo qual foram realizados atos públicos em todo o estado mineiro, inclusive no Triângulo, e recentemente o crime das três vítimas do MLST no município de Uberlândia numa escala regional. A histórica concentração de terras em toda e qualquer região brasileira, e a luta pela terra como resposta, vêm seguidas da acentuada violência no campo.

Gomes (2004) afirma que todo o processo de avanço da luta pela terra na região foi marcado pela violenta ofensiva da classe ruralista, pautada em diferentes formas de pressão e expressa nos relatos de violência no campo. Tais fatores, prossegue a autora, demonstram a força e o caráter conservador e antirreformista das elites rurais locais que empreendem uma onda de violência no campo, associada a uma evidente parcialidade do poder público, traduzido no poder judiciário, militar e da imprensa, na tentativa de intimidar e conter os movimentos de luta pela terra.

As elites rurais são a expressão do agronegócio, que especialmente nesta mesorregião é consolidado e intensifica os conflitos no campo. “*Aqui é o agronegócio, é o polo mais forte do estado de Minas, que aqui nós tem o agronegócio ABCZ ruralista*”, declara o Entrevistado A sobre o principal enfrentamento pelos movimentos sociais na região, citando a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu situada em Uberaba, município de forte atuação na atividade agropecuária. “*Então é a região de mais conflito agrário é na região do Triângulo Mineiro, que ela vai até Sacramento, de Sacramento pra cá é Triângulo Mineiro, então nessa região aqui nós tá no gargalo, na briga, no conflito, todos os dias até dentro do assentamento*” (ENTREVISTADO A, 2015).

O caráter conflituoso pode ser apreendido no relato do entrevistado sobre a situação que envolve uma usina de cana-de-açúcar e um assentamento no município de Uberlândia, onde a empresa está tentando abrir uma estrada dentro da reserva do assentamento, e dentre as intervenções “*arrancou mata-burro, arrancou cerca, desmatou mata fechada, tem uma estrada que não existia*”. A violência se expressa quando relata que “*teve gente nossa, se não saísse eles passava os carro por cima, as máquinas por cima [...] nós mostrou pro Ministério Público, aí foi e entrou com ação, aí foi e deu uma parada*” (Idem).

A terceira demanda mais expressiva é a desapropriação de terras, de áreas já ocupadas onde as famílias permanecem acampadas por anos, ou numa perspectiva mais geral para o assentamento das famílias cadastradas, já que a desapropriação é o principal mecanismo para a criação dos assentamentos, que na prática tem um caráter de alterar a estrutura fundiária e desconcentrar a terra. É por meio deste processo que as propriedades rurais que não cumprem a função social da terra, seja pela improdutividade, seja pelo descumprimento de leis ambientais e trabalhistas, são transformadas em um outro território, onde as famílias exercem ou exercerão novas relações sociais e de trabalho.

Vale destacar, também, que esta demanda está intimamente relacionada, no caso da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, aos bloqueios de rodovia, por meio do qual os movimentos sociais cobram às autoridades responsáveis a agilidade na vistoria e desapropriação das áreas ocupadas. Ao ser reivindicada a desapropriação, são percebidas as duas principais ações territoriais promovidas pelas organizações coletivas e aqui discutidas, que são a ocupação de terra no primeiro momento e posteriormente a manifestação do campo.

3.3. Os movimentos socioterritoriais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e as conquistas da luta pela terra

Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui.³⁷

É no cotidiano vivido pelos indivíduos que compõem um movimento social que se pode compreender as motivações que os levam a se envolverem e militarem por uma causa, que neste caso é a luta pela terra e pela permanência na terra, a primeira como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a segunda como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições (PEDON, 2013). O conjunto de necessidades,

³⁷ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 58.

anseios, medos e motivações, individuais e coletivos, são expressos nas ações empreendidas pelos movimentos sociais. Uma vez que as demandas dessas camadas populares ainda carecem de serem ouvidas e atendidas, faz-se necessária a reivindicação organizada.

É por meio da atuação dessas organizações coletivas, do “tornar público”, de “dar voz aos indivíduos”, que essas necessidades humanas e coletivas, que nada mais são do que direitos garantidos em lei, são conhecidas, ora pela sociedade, ora pelo Estado. Estes movimentos sociais do campo, quando colocam em ação coletiva os excluídos da terra, “reencontram direitos já reconhecidos abstratamente nas legislações nacionais e internacionais, e negados pela prática capitalista de mercado. Dessa contradição surgem os conflitos sociais e a afirmação de poder” (PONTES, 2012, p. 727).

No contexto do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a política de modernização da agricultura implementada na região, “por meio dos planos de desenvolvimento e ocupação do Cerrado, foi marcada por uma forte exclusão social, produzindo efeitos perversos para os trabalhadores rurais e constituindo, assim, um cenário em que os trabalhadores travaram suas lutas para a conquista da terra” (GUIMARÃES, 2002, p. 46). Desse modo, essa situação conduziu para uma expressiva formação e atuação dos movimentos de luta pela terra, compostos por homens e mulheres organizados coletivamente para a conquista de um pedaço de terra.

Por sua vez, Gomes (2004) afirma que os movimentos sociais que lutam pela terra vêm conquistando uma visibilidade cada vez mais significativa frente ao conjunto da sociedade, “se articulando e se mobilizando de forma cada vez mais intensa e expressando, simultaneamente, um questionamento da estrutura fundiária e do próprio padrão de desenvolvimento vigente” (p. 80). A autora destaca ainda, no processo histórico da luta na região do Triângulo Mineiro, os avanços decisivos no que tange à organização dos trabalhadores rurais nos anos de 1980, tendo na reforma agrária a bandeira prioritária de luta, bem como a ampliação das organizações coletivas e a intensificação da luta nos anos 1990 e início dos anos 2000.

As experiências de luta são disseminadas entre os trabalhadores rurais e amplificam o seu poder de organização e mobilização. Vários são os relatos de ocupações; despejos; acampamentos em propriedades e em beiras de estrada com produção comunitária em muitos deles; reuniões; ocupações de prédios públicos; manifestações. Histórias de resistência, de persistência, de conflitos internos e externos, de negociações pacíficas e de violências de toda a sorte, de derrotas e de vitórias. Mas, sobretudo, histórias que marcam novos rumos para centenas de trabalhadores rurais sem-terra, que passam a atuar de forma mais organizada, consciente e articulada, rompendo com o isolamento e o localismo característicos até então. (GOMES, 2004, p. 123-124).

Dessa maneira, vão se multiplicando as experiências dos sujeitos do campo no processo de luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, organizados e articulados enquanto propositores de alternativas para outro desenvolvimento do campo, em oposição aos interesses dominantes e à ofensiva do modelo capitalista excluente, responsável pela desterritorialização destes trabalhadores rurais.

Ao se pensar exclusivamente as manifestações de luta pela terra empreendidas na região para fins de análise, excluindo-se as ocupações de terras, é obtido o Quadro 6 a seguir, no qual são especificados os movimentos sociais atuantes nestas práticas reivindicatórias, “definidos como um coletivo de pessoas mobilizadas/organizadas que atuam conjuntamente para produzir alguma mudança na sociedade e em seu espaço” (PEDON, 2013, p. 205).

Quadro 6 – Movimentos socioterritoriais atuantes nas manifestações do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 2000-2014

Sigla	Nome da organização
APR/CPT	Animação Pastoral e Social no Meio Rural
ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
UNLC	União Nacional da Luta Campesina
-	Via Campesina

Fonte: DATALUTA, 2014.

Org.: A autora, 2015.

Evidentemente que estas são também as organizações coletivas que realizam as ocupações de terras na região, além de serem também identificados outros movimentos que neste quadro não comparecem. No entanto, são abordados os grupos que estiveram envolvidos nas manifestações do campo no período de análise de 2000 a 2014. Deste modo, identificam-se as quinze organizações coletivas que empreenderam na região as práticas reivindicatórias na diversidade de mobilizações, segundo o levantamento de dados do DATALUTA.

Há de se destacar importantes trabalhos científicos que abordaram a questão agrária, a luta pela terra e os movimentos socioterritoriais atuantes na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tais como Guimarães (2002), Gomes (2004), Carvalho (2007), Carvalho (2011), Cardoso (2012), Vieira (2014), dentre outros.

Mais uma vez, tal como não são registrados na característica das manifestações e nas reivindicações até aqui elencadas para a região, organizações indígenas e quilombolas não comparecem nesta análise referente aos movimentos atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Assim como está para o estado de Minas Gerais, o MST é a organização com mais ações empreendidas na região, organizando ou participando de mais da metade das manifestações do campo. Os demais grupos como o MLST, MTL e MLT também são organizações regionais, como já abordado em outra parte deste trabalho. Juntos, estes grupos são expressivos no contexto das manifestações, principalmente nos municípios de Uberlândia, Uberaba e Prata. Ainda do mesmo modo, a Via Campesina também se mostra atuante, considerando principalmente que esta organização engloba outros movimentos, como o MST, e com esta bandeira internacional continua suas ações.

Organizações como a ATRBV e FST, segundo os registros, tiveram atuações pontuais, que se originaram em situações específicas. A primeira, por exemplo, se formou a partir da ocupação de uma área no município de Uberlândia e promoveu as manifestações especialmente em relação ao atendimento das necessidades das famílias dessa área. A segunda apresentou registros apenas no ano de 2005. São os chamados movimentos isolados, como aponta Fernandes (2000), denominando as organizações sociais de caráter efêmero, que se realizam em uma base territorial determinada, se extinguindo quando as questões são resolvidas ou inserindo-se em outras organizações coletivas. Quando estes grupos e sua luta vão se territorializando em diferentes espaços, organizando com base na socialização política e na diversidade de experiências, configuram-se em movimentos socioterritoriais.

Estes, por sua vez, realizam ações articuladas em nível estadual e nacional. Trata-se da escala da luta, fator fundamental que caracteriza a capacidade do movimento socioterritorial de se organizar, que ocorre de diferentes formas.

Seus aspectos constitutivos estão fortemente relacionados com sua agenda, assim como o espaço no qual ocorrem de forma direta os seus embates, ou seja, o espaço por meio do qual os conflitos sociais se materializam e abarcam a vida dos membros dos movimentos. Um importante aspecto que possui um desdobramento direto na espacialidade dos movimentos socioterritoriais é a escala da luta. (PEDON, 2013, p. 205).

As ações praticadas em escala local ou regional respondem às questões intrínsecas à própria escala ou também são respostas de situações geradas em outros espaços que não de sua origem. Dessa forma, os movimentos demonstram sua capacidade de organização, articulação e diálogo com outras organizações e instituições, gerando os desdobramentos políticos que se espera, alcançando a projeção e impacto necessário. O planejamento e definição do local e das ações dependem também de um conjunto de fatores, “*depende da conjuntura desde a local e às vezes até internacional. Lembro que o MST mudou a data de uma marcha por causa do falecimento do papa, lógico que a luta não teria destaque, diante do ocorrido*” (ENTREVISTADO B, 2015).

Por diversas vezes, foram registradas ações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e nas demais regiões mineiras, articuladas em nível estadual e que respondeu à agenda nacional do movimento, praticada em todos os estados brasileiros em que está territorializado. Exemplo deste aspecto é a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária ou o Abril Vermelho, do MST.

Segundo Pedon (2013), na escala da ação de um movimento socioterritorial são definidos os processos e eventos que dão substância às práticas, conforme as intencionalidades materializadas na agenda. O autor ainda sustenta que esses processos e eventos estão voltados para as transformações ou permanências dos lugares, mas também se encontram em permanente diálogo com forças geradas em escalas mais amplas e que conformam ou determinam o rumo das coisas em âmbito local.

Um dos entrevistados e coordenador regional do MST aborda sobre o planejamento e organização das práticas contestadoras na região, havendo para isso um grupo político com nove componentes que se reúne toda semana e discute o que será feito.

Nóis cria uma agenda de ações, isso quando já não vem de cima pra baixo, porque costuma sair da nacional, estado e depois da região. Quando não vem nós cria nas regionais, aí nós discute o que vai fazer. Que nem agora tá discutindo no estado uma ação dos assentados. (ENTREVISTADO A, 2015).

O trecho da entrevista ilustra o que é abordado anteriormente, sobre a escala de luta, característica da articulação e organização do movimento, que ao mesmo tempo notabiliza suas ações principalmente pela dimensão política e pelo diálogo com a sociedade. Quanto à ação dos assentados, que exemplifica na fala, o militante afirma que geralmente procuram uma região do estado onde o processo e atuação coletiva está em desenvolvimento em relação às outras regionais, para incentivar e desenvolver a luta.

Outro ponto fundamental apontado pelas entrevistas é a formação política necessária para estar inserido na luta, importante tanto para dar continuidade ao processo quanto como resultado e conquista dos anos de resistência desses grupos e trabalhadores do campo.

Alfabetizamos diversas pessoas, assim amenizamos a maior violência do Estado, que é os analfabetos. Ainda não conseguimos termos um território com zero analfabetos, mas temos essa bandeira. Formamos dezenas de pessoas desde o ensino médio a pós-graduação. Temos diversas pessoas e famílias politizadas, sabendo cobrar seus direitos. Empoderamos elas. (ENTREVISTADO D, 2015).

A alfabetização, o conhecimento, a formação política são fatores essenciais na vida de um indivíduo, e por estar inserido em sociedade, se tornam os principais instrumentos de um sujeito social que passa a cobrar seus direitos, pois passou a conhecer os direitos e deveres tanto seus quanto do Estado. Como afirma o entrevistado, a formação educacional e política empodera as pessoas, oferece a elas poder, autonomia e afirmação para questionar, tomar decisões e lutar por suas ideologias.

“Também empoderamos constantemente a discussão de gênero e o tema mulheres com todos acampados e assentados do MST” (ENTREVISTADO B, 2015). Assim, as discussões vão se aprofundando, abrangendo os diferentes aspectos da vida em sociedade, uma vez que a discussão de gênero está sendo amplamente discutido e cabe também ao movimento de luta pela terra inseri-lo em seus espaços de socialização política.

E assim é possível compreender algumas das diversas conquistas advindas da luta pela terra, especialmente na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Dois pontos demandados pelos assentados na mesorregião e conquistados recentemente foi a implantação do transporte coletivo nos assentamentos de Uberlândia, e a criação da feira com produtos cultivados nas áreas de reforma agrária, realizada todo domingo de manhã num bairro da zona oeste da cidade, denominada pelo assentado em entrevista como Feira da Agricultura Camponesa. O Entrevistado aponta ainda a discussão para implantação da feira em outras duas localidades da cidade. Para ele, essa feira com produtos cultivados pelos assentados é uma forma de demonstrar ao governo e à sociedade que o assentamento é viável, mostrar “*que isso aqui funciona, né, porque se nós não mostrar também, ninguém vai acreditar nisso [...] Então isso é uma coisa pra nós tá mostrando que tem como sobreviver aqui dentro e bem*” (ENTREVISTADO A, 2015).

A questão reside, então, na importância de demonstrar a produção dos assentamentos, um dos fatores que comprova a viabilidade da reforma agrária. É o que tem sido percebido no Brasil por meio das Feiras da Reforma Agrária, tanto nacional quanto as de nível estadual ou

municipal, onde se comercializam alimentos e artesanatos advindos da diversidade de assentamentos do país. E destaca as feiras de outras regiões do estado mineiro,

aqui nos município tá acontecendo as feirinhas, aqui nós já tem, no Jequitinhonha tem, no Norte também tem, no Sul de Minas tem, na grande BH tem. Então, nós tá fazendo todo esse trabalho, mas isso vem acontecendo de dois anos pra cá, antes nós não mostrava isso, antes nós não colocava na internet. (Idem).

Até mesmo o uso das ferramentas virtuais o entrevistado destaca como passo importante para o movimento do qual participa, revelando a continuidade da luta e as conquistas advindas desta. Ressalta principalmente que é preciso também atualizar as estratégias, utilizar dos diferentes instrumentos disponíveis para o uso da sociedade, como é o caso da veiculação dos fatos e notícias pela internet, por meio de *sites* e redes sociais, no alcance do público nacional e internacional, fazendo com que a população mundial conheça a causa e seus principais resultados. Em 2015, por exemplo, as chamadas Feiras da Reforma Agrária foram noticiadas amplamente nos meios virtuais.

Na verdade, comprehende-se que a internet se tornou uma forte aliada aos movimentos sociais que lutam pela terra ou por outras causas. Por meio dela e de sua ampla acessibilidade é possível divulgar fatos com menor intervenção dos meios de comunicação conservadores, o que comumente acontece pelas TVs, rádios e jornais impressos da chamada mídia tradicional, que consequentemente influencia a formação da opinião pública. “Grande parte das distorções propagandeadas sobre o caráter radical e subversivo das ações dos movimentos agrários é difundida pela grande mídia. A mídia quando cobre tais acontecimentos, mantém uma posição muito distante da imparcialidade” (FELICIANO, 2009, p. 136). É o que se percebe ao analisar algumas reportagens do banco de dados DATALUTA veiculadas por essa grande mídia.

Tais fatores são expressos, por exemplo, quando são divulgados o número de participantes de uma manifestação do campo. Constantemente é identificada uma discrepância do total de pessoas publicados pela mídia, que utiliza na maioria das vezes a contagem da Polícia Militar, e o total divulgado pelos movimentos organizadores. “A grande mídia sempre deturpa e tem lado em suas publicações. Há raras exceções. [...] Há um latifúndio da mídia no Brasil também, estamos tentando ocupar, mas é muito difícil” (ENTREVISTADO D, 2015). Quando o número de participantes publicado não corresponde ao que é de fato segundo os movimentos sociais, então eles mesmos dão a resposta, como aponta outro entrevistado, evidenciando assim as informações.

Muitas das vezes nós dá resposta, no Congresso Nacional nós deu resposta, na Marcha das Margaridas nós deu respostas, teve um ato em Belo Horizonte também, no Encontro do Desenvolvimento Social nós deu resposta, porque nós tinha uma quantidade de gente e eles colocaram outro, até que nós foi lá e provou que tava com aquele x de gente lá. E é sempre assim, eles vem e nós bate de frente. (ENTREVISTADO A, 2015).

Conforme analisa Gohn (2000), a mídia está articulada a uma rede de relações, e esta por sua vez define os parâmetros político-ideológicos pelos quais a mídia deve retratar os movimentos agrários. São os interesses políticos e econômicos que determinam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, num processo em que, ao invés de informar o público sobre o acontecimento, a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública.

Quanto ao transporte coletivo no município de Uberlândia, outra conquista dos assentados, o coordenador regional do MST afirma que, quando se unem forças que têm um objetivo comum, a chance de conquistarem o que almejam é maior. Quando foi apresentada a pauta da implantação de pontos de ônibus nos assentamentos do município, segundo o entrevistado houve um grupo de fazendeiros que não apoiou a reivindicação, e após conquistado o objetivo, ficaram insatisfeitos por não haver a implantação em suas respectivas propriedades.

Porque nós colocou ônibus coletivo em todos assentamentos de Uberlândia, então os fazendeiros tá bravo. 'Não fez na minha fazenda, mas fez lá no assentamento do sem-terra'. Mas nós falou que quando foi na hora de brigar lá céis falou que não ia mexer com isso, mas nós teve a coragem e a cara de ir lá brigar e agora tá aqui. 'Passa na sua porta? Não', então posso fazer nada. Se você tivesse brigado junto com a gente, te garanto que ele ia passar na sua porta. 'Ah mas eu tenho tantos empregados, e você quantos tem?' Graças a Deus não tenho nenhum, e nem quero ter nenhum também. 'E nós tem tanto empregado e não passa'. É por isso que eu falo sempre procéis, que quando tiver uma briga dessa, vai lá e ajuda nós, cê entra na pauta nossa também e vai ter a reivindicação, une forças. (ENTREVISTADO A, 2015).

Mesmo não estando envolvidos com os movimentos sociais e no processo de luta pela terra, os respectivos fazendeiros necessitavam da mesma demanda exposta pelos assentados, conforme relata o entrevistado. Entretanto, por não unirem forças no momento de reivindicar o direito, acabaram por não serem atendidos, e assim os trabalhadores das propriedades rurais não terão acesso ao transporte público no local assim como têm os assentados. A articulação e ação conjunta, nesse caso, seria determinante para também contemplar estes proprietários.

Outras conquistas obtidas pelas práticas dos movimentos sociais podem ser aqui retratadas. O Entrevistado D (2015) destaca primeiro a própria existência do MST na região

desde o fim dos anos 80 até hoje. “*Depois as conquistas de vários assentamentos em toda a região. Assentando centenas de famílias sem-terra*”. Há de se ressaltar os assentamentos conquistados, sem desconsiderar o assentamento das demais famílias ainda acampadas. E prossegue sua abordagem.

Conquistamos há dois anos consecutivos o maior contrato de Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) de Minas Gerais com uma entidade só de assentados da reforma agrária. Com alcance há quase 100 mil alunos das escolas públicas de Uberlândia (mais de 130 escolas municipais e mais de 45 escolas estaduais localizadas em todo o município). No ano passado comercializamos também para o Restaurante Universitário da UFU. (Idem).

No município de Uberlândia, o programa de alimentação escolar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela gestão técnica, administrativa e financeira do programa de alimentação nas escolas. Por meio do programa, são fornecidas refeições diárias às escolas municipais e estaduais de ensino infantil, fundamental e entidades conveniadas (urbanas e rurais).

Mesmo diante das conquistas, há ainda demandas a serem atendidas nos assentamentos da região, e muito ainda tem de ser feito, seja pela continuidade das ações das organizações coletivas, seja pela atuação do Estado em atender essa população que reivindica. E o assentado aponta,

Casa, estrada, água, principal ponto água, não só no estado, em Brasília também. As duas últimas ações foi só pra isso: casa e água. Aí sei que nós conseguiu já, tem duas empresas contratadas pra fazer isso, uma pra casa, outra pra água, nós conseguiu a empresa e o recurso. Aí bateu na Caixa e a Caixa travou. Essa semana em Brasília foi ocupado o Ministério da Cidade e vamos lá na Caixa, no estado não saiu ainda, pediram prazo e o prazo máximo que a gente dá é 8 dias se não der nós volta. (ENTREVISTADO A, 2015).

Assim, os movimentos sociais continuarão a reivindicar por “*obtenção de terras para as famílias acampadas, todos os créditos para o subsídio da produção, escolas com educação do campo (em todos os níveis), acesso a infraestrutura básica e de qualidade*” (ENTREVISTADO D, 2015). Ao se manifestarem, objetivam “*alcançar o atendimento pelo Estado da nossa pauta a partir das necessidades e desafios que as famílias vivenciam nas comunidades. Para a melhoria de uma vida digna no campo, respeitando os costumes de cada região*” (Idem).

Todos estes elementos abordados demonstram que ainda há muito o que percorrer nessa luta, tanto na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como no estado mineiro, e consequentemente em nível nacional de atuação das diferentes organizações coletivas que lutam pela terra e pela permanência na terra, com qualidade de vida e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo são tecidas algumas reflexões que buscam não colocar um ponto final no debate, não encerrar afirmações absolutas, mas ao contrário, pretendem estimular e ampliar a discussão acerca da continuidade da luta pela terra, da atuação dos movimentos socioterritoriais envolvidos, dos usos políticos dos diferentes espaços públicos por meio das manifestações do campo, que são empreendidas também nas cidades, como foi visto. Tanto no Brasil, quanto em Minas Gerais, e especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a questão agrária é atual e ainda tema de discussão.

Isso por ser a questão agrária o ponto inicial que demarca nossa pesquisa, visto que sempre esteve presente na história do Brasil, pensando principalmente a formação do território brasileiro. Ela diz respeito ao desenvolvimento do campo, fator que responde diretamente ao desenvolvimento econômico do país, considerando principalmente o modelo de atividade agrícola desenvolvida. Consequentemente, diz-se também do desenvolvimento social, pensando a população que vive no campo e na cidade, por ser esta abastecida pelos alimentos do campo e pela matéria-prima base dos produtos industrializados. Ou seja, ao discutir a questão agrária é identificado até onde incidem os fatores que a envolvem, seja no meio rural, na relação campo-cidade, ou no desenvolvimento brasileiro.

A luta pela terra se estrutura como uma forma de mudança social, que alcança a população em sua totalidade, rural e urbana. Desse modo, envolve a produção de alimentos, as adequadas condições de vida e trabalho, os apropriados usos dos recursos disponíveis na natureza, a diminuição dos conflitos no campo e consequentemente da violência cometida contra trabalhadores, dentre outros diversos fatores que caracterizam essa luta.

No estado de Minas Gerais, a configuração permanece num cenário de disputas, não só territoriais, mas também políticas e econômicas, concentrando importantes recursos naturais como água e minério, fatores atrativos aos interesses de grandes empresas nacionais e de capital estrangeiro.

Primeiramente destaca-se a importância do levantamento e manutenção de um banco de dados desenvolvido pelo Projeto DATALUTA, que em 2015 completou 17 anos de criação e 10 anos de desenvolvimento em Minas Gerais, tratando das ocupações de terras, manifestações do campo, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais, disponibilizando os elementos necessários para a análise e compreensão do contexto estudado, que ao mesmo tempo complementam e exemplificam o debate teórico aplicado. Levantamento esse realizado pela CPT em todo território nacional.

Buscou-se no primeiro momento, com os objetivos propostos neste trabalho, situar a temática da pesquisa pela perspectiva geográfica, justificando assim a pertinência em abordar as manifestações de luta pela terra e os sujeitos coletivos que as praticam considerando as análises quanto ao espaço, tanto o espaço agrário brasileiro quanto os espaços apropriados pelas lutas denominadas aqui como políticas e socioespaciais, território, movimentos socioterritoriais, questão agrária, dentre tantos outros elementos discutidos pela Geografia. Este é considerado um ponto fundamental para desencadear os desdobramentos da pesquisa.

Quanto ao território, no processo de luta pela terra, é no e pelo território que os conflitos acontecem, pois este representa modos de vida e referência de identidade, e é também por estes elementos que a resistência se mantém. São as disputas territoriais principalmente entre dois modelos de desenvolvimento do campo. E pensar uma reestruturação fundiária a fim de desconcentrar a terra é pensar na reorganização do território.

Além disso, ao ser abordada a análise dos movimentos socioterritoriais, é perceptível o empenho dos geógrafos em construir e consolidar a abordagem geográfica sobre estas organizações coletivas, desse modo, não se apropriando apenas das demais ciências como a sociologia e a história que já amplamente desenvolvem esta discussão. Assim, vão surgindo outras análises e teorias pensadas e discutidas pela geografia que estão em constante debate, ao considerar principalmente a atualidade das ações coletivas.

As questões aqui elencadas significam que estes sujeitos e organizações coletivas não se adaptaram, e muito menos se estagnaram no tempo e no espaço concordando com as condições que lhe são impostas sem nenhum tipo de resistência. Ao contrário disso, organizam-se, unem forças, articulam-se em diferentes escalas de ação. Empoderam-se do conhecimento e da política para reivindicar aquilo que lhes são de direito, e que sem a pressão popular não será garantido.

Pressão essa, há de se constatar, que tomou novo fôlego nos últimos anos pelos diferentes grupos sociais, não apenas de luta pela terra, mas que tem também seu apoio. É o que se observa pelos diversos protestos nas ruas e avenidas das cidades, ora pela diminuição da tarifa do transporte coletivo, ora por moradias, ou em denúncia aos danos ambientais de grandes empresas que causam sérios prejuízos às florestas e rios e àqueles que deles se utilizam direta ou indiretamente. Ou também protestos de apoio ou oposição à gestão pública em suas variadas escalas, municipal, estadual ou federal. Exemplo é a situação do Rio Doce, em Minas Gerais, afetado pelos rejeitos de mineração do desastre ambiental no município de Mariana ocorrido em 2015. São fatores que confirmam a legitimidade das lutas socioespaciais

a que se refere este estudo. Todo e qualquer sujeito social pode e deve se manifestar, protestar, denunciar e cobrar os direitos básicos de vida e trabalho.

A manifestação é uma ação de caráter reivindicativo e exerce o papel de transformar o estado de letargia em que a sociedade em vários momentos se encontra. É (re)conhecendo as dificuldades enfrentadas pela população e suas respectivas causas que será possível superá-las. Nesses moldes compreendemos o caráter político e social de uma manifestação, por ser uma ferramenta para se alcançar a mudança social e por transformar diferentes espaços físicos em espaços políticos, fazer uso político dos espaços urbanos e rurais, públicos e privados.

Portanto, compreendemos a manifestação de luta pela terra como a espacialização das práticas e formas de luta no processo de luta pela terra, sendo o MST o mais representativo e territorializado no Brasil, e contando com uma diversidade de movimentos sociais que levantam a mesma bandeira de resistência. Cada ato público registra no espaço, e na história do país e da luta, a força política desses sujeitos em busca de outro projeto de desenvolvimento que contemple a população em sua totalidade e em suas várias dimensões.

A relação cidade-campo também é contemplada quando são discutidas as manifestações do campo, uma vez que as demandas são do e para o campo, mas o palco das ações, os espaços apropriados, a visibilidade pretendida se faz majoritariamente nas cidades. Daí que mais uma vez confirma-se a indissociabilidade entre o rural e o urbano.

Quando abordada a tipologia das manifestações, compreendemos as variadas formas que os movimentos sociais encontram para externalizar à sociedade suas reivindicações, e cada tipo apresenta a melhor maneira de tomar a atenção do Estado e sensibilizar a população. Assim, em Minas Gerais os principais tipos de ações são a concentração em espaço público, bloqueios de rodovias e avenidas, ocupação de prédio público e privado, manifestações temáticas, caminhadas, marchas e romarias, ocupação de agência bancária, dentre tantas outras formas de se manifestar.

Por sua vez, os espaços apropriados nos atos públicos estão carregados de significados e de uma simbologia estabelecida pelos que dele se utilizam, seja por estes espaços representarem o poder do Estado por meio dos órgãos públicos, ou por onde passam centenas de pessoas diariamente com quem é possível o diálogo. O espaço é um elemento essencial para se compreender a realidade aqui estudada em seus diferentes aspectos. Toda relação social se concretiza no espaço, e do mesmo modo as ações coletivas o tem como necessário para materializar os objetivos e reivindicações propostas.

Após compreender os tipos, destaca-se a identificação do que move estes sujeitos, quais as reivindicações expostas em cada prática contestadora, que é o objetivo central deste

trabalho, entendendo-as como o conteúdo das manifestações de luta pela terra. São as motivações e os porquês das ações públicas. Primeiramente, como já exposto antes, o principal tema das manifestações em Minas Gerais considerando o período 2000-2014 é a questão da terra, seguida da questão da água, direitos humanos e política agrícola, questões trabalhistas e ambientais, questão indígena e quilombola.

Destes temas desdobram-se as reivindicações e denúncias externalizadas pelos movimentos socioterritoriais, como por exemplo, acesso à água, incentivos à pequena produção, assentamento de famílias, por desapropriação, por reforma agrária, por saúde e educação, pela titulação de área, entre outras identificadas no levantamento DATALUTA. Por meio destas reivindicações, as organizações coletivas almejam diferentes propósitos, sendo estes a garantia de infraestrutura e de produção nos assentamentos, o direito ao acesso à terra; garantia dos direitos básicos à cidadania; contra a imposição do atual modelo de desenvolvimento do campo; e o acesso e permanência das populações tradicionais em seus territórios.

Em relação à região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o bloqueio de rodovia é o tipo de manifestação mais registrado pelo banco de dados, representando uma forma de protesto com significativa repercussão política e na dinâmica do cotidiano. Tanto o bloqueio de rodovia quanto os demais tipos de manifestações objetivam tanto expor cobranças aos órgãos públicos quanto manter o diálogo com a sociedade. A questão da terra também é a principal temática das manifestações, seguida da política agrícola, questões trabalhistas, questão da água e direitos humanos. Nota-se que, diferentemente como ocorre em nível estadual, as questões indígena e quilombola não são registradas para as manifestações em nível regional.

Nas reivindicações externalizadas nas manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por reforma agrária e desapropriação são as demandas mais expressivas, que objetivam o “Direito ao acesso à terra”. Outra reivindicação também significativa na região é contra a injustiça e violência, que representa neste estudo a “Garantia dos direitos básicos à cidadania”.

Estas reivindicações revelam os diferentes elementos que compõem a questão agrária, em Minas Gerais e especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e fazem compreender quais pontos precisam de mais atenção do Estado. Como se percebe, são demandas e denúncias que abarcam além do acesso, mas principalmente a permanência na terra, viabilizando cada vez mais a reforma agrária e demonstrando que esse sistema pode funcionar, basta acessar as condições básicas de vida e trabalho. Neste contexto, a luta consiste na conquista da terra, da autonomia política e econômica.

Por mais que o país possua uma política de reforma agrária, não se pode pensar que de fato exista a implementação e desenvolvimento desta política, uma vez que tem caráter conservador e não desconcentra a terra como se é proposto, pois esta seria a principal finalidade, a democratização da terra. Com famílias acampadas aguardando o assentamento e a concentração fundiária mantida, é necessário questionar a eficácia do modo como é implementada.

Destaca-se que as manifestações do campo têm caráter reivindicativo, mas principalmente caráter propositivo. Os movimentos socioterritoriais não apenas apresentam as demandas, mas juntamente propõem ações e políticas que atendam os assentados e demais envolvidos na luta pela terra. Essas propostas são retiradas das agendas de ações, encontros regionais, estaduais e nacionais, e pautadas nas necessidades dos diferentes grupos organizados.

Dentre estas organizações coletivas, como já observado o mais representativo é o MST, e destacam-se outras como o MAB com as questões dos atingidos por barragens e grandes empreendimentos; a CPT como apoio da Igreja Católica aos atingidos pelos conflitos e violência no campo; a Via Campesina ao representar um conjunto de movimentos sociais e projetar a luta em outras escalas, como a divulgação internacional da causa, entre tantos outros de cunho mais regional, e que levam a luta adiante.

Por fim, entendemos que estes movimentos objetivam criar fatos políticos, tensionar o Estado e despertar publicamente sua atenção. As mudanças pretendidas dependem do permanente processo de luta do povo, da pressão popular, no campo e nas cidades. Esse é o modo de acumular forças o suficiente para impor tais mudanças. Como indicam os próprios movimentos, o povo deve ser sujeito de todo o processo de mudanças na sociedade. Para tanto, é imprescindível organizar, articular ações e ampliar as lutas e mobilizações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- _____. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- _____. **A questão do território no Brasil**. 2^a Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009**. 2010. 350f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, 2008. p. 99-121. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/140/140>>. Acesso em: 19 jul. 2015.
- _____. Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos. In.: MENDONÇA, Maria Luisa; STEFANO, Daniela (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 2013. p. 65-75. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio_RH_2013.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- BRAY, Silvio Carlos. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: MARAFON, Glauco José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 11-16.
- _____. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, fev. 2008. p. 5-13. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11856/6939>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- CARDOSO, Lucimeire de Fátima. **A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo – Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG)**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2012.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In.: _____ (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 27-78.
- CARVALHO, Eduardo Rozetti de. **A luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da criação dos movimentos socioterritoriais aos assentamentos rurais (1995 – 2005)**. Monografia - Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2007.
- CARVALHO, Natálya Dayrell de. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território**. 140f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

CEDEFES. Sem Terra mantém ocupação do Incra em Minas Gerais contra despejos. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/?p=terra_detalhe&id_afro=9837>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CLEPS JUNIOR, João. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

_____. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

_____. et al. O contexto das lutas sociais do campo nas cidades: mapeamento das manifestações no período de 2000-2012. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 77, maio de 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2014.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

FABRINI, João Edmilson. Sem-terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 86, fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2015.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-272.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). Tese (Doutorado), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994. 208p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). 1999. 316p. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Via Campesina. In.: CALDART, Roseli Salete et al (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 767-770.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, v. 16, p. 39-70, 1º semestre/2001. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N16.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e o MST**. Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES, Renata Mainenti. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989 - 2001)**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. El sentido de la reforma agraria em los processos de desarrollo: por una crítica a los límites de la visión económico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola. In.: FERNDANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 303-324

LERRER, Débora Franco. Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 pp. 125-140 jul./dez. 2005.

LIEBGOTT, Roberto Antonio; BONIN, Iara Tatiana. Conflitos no campo e violência contra os povos indígenas no Brasil. In.: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA,

Edmundo Rodrigues (Org.). **Conflitos no Campo - Brasil 2014**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2014. p. 128-138.

MAB Nacional. **Atingidos por barragens fazem acampamento em Minas Gerais**. 21/09/2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-barragensfazem-acampamento-em-minas-gerais>>. Acesso em ago. 2014.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, n.19/20, 1997, p. 26-41.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 11-76.

MORAES, Antonio Robert Carlos. **Geografia Pequena história crítica**. 20ª Ed. Annablume, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/infraestrutura/ppa_2008_2011.gif>. Acesso em: dez. 2015.

MOTA, Maria Eleusa da. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF**: a construção da Educação do Campo no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MST. **Carta do 4º Encontro Estadual de Minas Gerais 2011**. Disponível em: <<http://www.cch.unimontes.br/edocampo/index.php/movimentos-sociais?download=22:movimentos-sociais>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A geografia agrária e a transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-137.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período 2000-2011.** Monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos coletivos de direitos. In.: CALDART, Roseli Salete et al (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 726-730.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas.** Três Lagoas – MS, v.1, n.3, Maio de 2006.

_____ ; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In.: CANUTO, Antônio et al (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2009.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 109-118.

_____ et al. O Campo se Manifesta: A Questão (da Reforma) Agrária. In.: CANUTO, Antônio et al (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2014.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2014, p. 150-163.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil:** Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999, p. 7-13. Disponível em:
<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e Geografia:** sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007#not. Acesso em: 24 fev. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia:** Conceitos e temas. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Glauco José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 17-39.

RAMOS, Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. **Programa Regional de Becas CLACSO**, 2003.

VICTOR, Fabiana Borges. **Da resistência à conquista da terra: as formas de manifestações de luta pela terra em Minas Gerais**. Monografia - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

VIEIRA, Wesley Alves. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas: (des)encontros, desafios e conquistas**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). In.: CALDART, Roseli Salete et al (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 489-493.

APÊNDICES



**Roteiro de Entrevista com lideranças e/ou integrantes de movimentos sociais do campo
do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

Pesquisadora: Fabiana Borges Victor

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Pesquisa: CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CAMPO BRASILEIRO: conteúdo das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI

Nome: _____

Movimento do qual participa: _____

Data da entrevista: ____/____/_____

1. Qual é o seu histórico de envolvimento na luta pela terra e no movimento social? O que a luta pela terra representa?

2. Como você descreve a realidade do campo hoje? Quais problemas ainda persistem e que necessitam urgentemente de soluções, especialmente na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?

3. Quais são as estratégias de luta feita pelo movimento do qual participa?

4. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o movimento defende?

5. Em sua opinião, qual a importância que uma manifestação promovida pelo movimento exerce na luta pela terra?

6. Quais são as etapas ao ser realizada uma manifestação de luta pela terra?

7. Quem são as pessoas envolvidas nas manifestações? De onde vêm?

8. Como se dá a escolha do(s) local(is) onde será realizada uma manifestação?

9. Sobre os números divulgados pela mídia, movimento e a polícia, o que tem a comentar?

10. Quando o movimento promove uma manifestação, quais objetivos pretende alcançar?

11. Percebemos que as manifestações de luta pela terra se destacam nas cidades. Como você vê essa realidade? O que os movimentos buscam ao protestarem nos espaços urbanos?

12. Por quais reivindicações os movimentos manifestam? Por exemplo, crédito para a produção, infraestrutura, escolas no campo.
13. Em sua opinião, as manifestações são veiculadas pela mídia de modo positivo ou negativo? Por quê?
14. Temos a capital mineira Belo Horizonte como a principal cidade onde é registrada a maioria dos atos públicos. Como você explica essa realidade?
15. Quais as principais conquistas da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba alcançadas pelo movimento? Por exemplo, criação de assentamentos, produção de alimentos, etc.
16. Qual sua leitura do governo atual (Dilma) e anteriores?
17. Quais são suas expectativas com relação à luta pela terra e à atuação dos movimentos sociais para o futuro?



Carta de Autorização

Eu, _____,
RG _____, autorizo a discente Fabiana Borges Victor, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, a realizar entrevista referente à pesquisa *Conflitos socioespaciais no campo brasileiro: conteúdo das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI*, sob orientação do Prof. Dr. João Cleps Junior. Autorizo a discente a utilizar em sua pesquisa acadêmica todas as informações concedidas em entrevista e questionários.

Obs.: Os dados coletados serão utilizados unicamente com finalidades acadêmicas e os sujeitos participantes serão preservados de suas identidades.

Uberlândia, _____ de _____ de 2015.

(Assinatura)